



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO - PPGTUR

WAGNER ARAÚJO OLIVEIRA

TURISMO, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL:
Uma análise da Área de Proteção Ambiental Recifes de Corais (APARC)
e Área de Proteção Ambiental Jenipabu (APAJ), RN.

NATAL - RN
2017

WAGNER ARAÚJO OLIVEIRA

TURISMO, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL:

Uma análise da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC) e Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (APAJ), RN.

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção de título de mestre em turismo.

Orientadora: Kerlei Eniele Sonaglio, Dr^a.

NATAL - RN
2017

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Oliveira, Wagner Araújo.

Turismo, unidades de conservação e inclusão social: uma análise da área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC) e Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (APAJ), RN / Wagner Araújo Oliveira. - Natal, 2017.

120f: il.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Kerlei Enele Sonaglio.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo.

1. Turismo – Dissertação. 2. Unidades de Conservação – Dissertação. 3. Inclusão Social - Dissertação. 4. Área de Proteção Ambiental - Jenipabu, RN - Dissertação. 5. Área de Proteção Ambiental - Recifes de Corais - Dissertação. I. Sonaglio, Kerlei Enele. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 338.48:504

TURISMO, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL:
Uma análise da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais
(APARC) e Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (APAJ), RN.

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado e aprovado para a obtenção do grau de Mestre em Turismo no Programa de Pós-Graduação em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Linha de pesquisa: Turismo e desenvolvimento regional.

Natal/RN, 08 de Março de 2017.

Prof. Dr Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Turismo

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Kerlei Eniele Sonaglio, Dr^a.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientadora

Prof.^o Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega, Dr
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinador Interno

Prof.^o Marcos Antônio Leite do Nascimento, Dr
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinador Interno

Prof.^o Antônio Jânio Fernandes, Dr
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
Examinador Externo

*Aos meus pais, irmã, amigos e a toda
minha família. Obrigado pelo apoio,
carinho e compreensão. Essa vitória não
é só minha, é nossa!*

*A satisfação está no esforço e não apenas na realização final.
Mahatama Gandhi*

AGRADECIMENTOS

Queria agradecer primeiramente a Deus, por ter me dado o dom da vida, saúde e força para superar as dificuldades.

Aos meus pais e minha irmã pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Aos meus amigos e colegas, pelo incentivo e apoio constantes.

Aos meus colegas de turma da graduação em turismo, Higor Azevedo, Rafaela dos Santos, Sebastiana Guedes, Vagner Alencar e Valdeci Pereira, pela amizade e torcida.

Aos meus amigos do tempo da escola e da vida que sempre acreditaram e torceram por mim, Micarla Dantas, Renata Barbosa e Mayara Ferreira.

Aos meus colegas de turma do curso de Mestrado pelas discussões e trocas de conhecimentos em sala de aula e pela amizade. Especialmente agradecer a Itamara Fonseca, Gislayne Laíse, Isabelle Nascimento e Jackson Souza pela amizade, companheirismo e pelos melhores momentos que vivenciamos durante os dois anos de mestrado, a vocês desejo todo sucesso do mundo, com certeza são amigos que levarei no coração para o resto da vida.

À Cleide Batista por ter me ajuda na logística da coleta de Jenipabu, Santa Rita e Redinha, que foi possível realizar aplicação dos questionários e agradecer pela amizade.

Ao Rogério orientador turístico da praia de Maracajaú, que prestou ajuda na indicação dos entrevistados das comunidades de Maracajaú, Perobas e Rio do Fogo.

Aos todos os respondentes das comunidades pertencentes a APAJ e APARC que fizeram parte da pesquisa, pela prontidão e disponibilidade de responder os questionários da pesquisa

A todos os professores do Mestrado em Turismo do PPGTUR/UFRN, pelos ensinamentos, discussões e incentivo que foram importantes para chegar à reta final da pós-graduação.

A coordenação e a secretaria do PPGTUR por sempre atender as solicitações demandadas em relação a documentos, diárias de eventos e dentre outros.

A minha ex professora do curso de Turismo da UFRN campus Currais Novos Clébia Silva, pela amizade, apoio, incentivo para ingressar e concluir o Mestrado.

Por fim, gostaria de agradecer a minha orientadora do mestrado, Kerlei Enele, pelas orientações da dissertação e pela oportunidade de participar dos projetos de pesquisa.

Oliveira, W. A (2017). **Turismo, Unidades de Conservação e Inclusão social**: Uma análise da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC) e Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (APAJ), RN. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Turismo PPGTur/UFRN.

RESUMO

O presente trabalho objetiva conhecer como o planejamento e a gestão do turismo no âmbito da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (APAJ) e a Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC) vem sendo desenvolvido sob a ótica da inclusão social das populações tradicionais do entorno. Para tanto, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, sendo de caráter exploratório e descritivo. Como instrumento de coleta foi utilizado a aplicação de roteiros de entrevistas semiestruturados, tendo como população do estudo atores sociais aliados atividade turística, além da apreciação de documentos oficiais e legais das UCs. Para apreciação dos dados, fez-se o uso do método de análise de conteúdo baseado nas dimensões da inclusão social no turismo desenvolvidas pelos os autores Sancho e Irving (2007). A partir dos resultados foi possível constatar que ambos os processos de criação (da APAJ e da APARC) não foram conduzidos de modo participativos e consultivos, pois não houve consulta e participação das comunidades nos seus processos de criação e implementação. Com relação ao turismo, observou-se que é a principal atividade econômica, na APAJ o turismo está concentrado nas praias de Redinha Nova, Santa Rita e nas dunas móveis da praia de Jenipabu por meio de passeios de buggy, passeios de dromedários e esquidunas. Enquanto na APARC o turismo é desenvolvido a partir dos passeios nos recifes de corais, na praia Maracajaú, é onde se concentra maior fluxo turístico, os passeios também são operacionalizados em Rio do Fogo, que no momento está em fase de cadastramento dos pescadores para se inserir na atividade, e na comunidade de Perobas, quem opera é um empresário local juntamente com os pescadores da comunidade. E por fim, com relação à inclusão social no planejamento e gestão do turismo na APAJ e APARC percebe-se que esse tema está atrelado, exclusivamente, a capacidade da atividade em gerar emprego e renda, sobretudo com a criação de novos postos de trabalhos que o mercado turístico oferece.

Palavras-chave: Turismo. Unidades de Conservação. Inclusão Social. Área de Proteção Ambiental de Jenipabu e Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais.

Tourism, Protected Areas And Social Inclusion: An analysis of Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC) e Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (APAJ), RN. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Turismo PPGTur/UFRN.

ABSTRACT

The present work aims to know how the planning and management of tourism within the Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (APAJ) and the Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC) has been developed from the point of view of the social inclusion of traditional populations from the environment. For this, the research adopted a qualitative approach, being exploratory and descriptive. The data was collected through the use of semi-structured interview scripts, Having as study population the social actors allied tourist activity, as well as the appreciation of conservation units' official and legal documents. In order to appreciate the data, it was used the content analysis method based on the dimensions of social inclusion in tourism develop by Sancho and Irving (2007). From the results, it was possible to verify that both creation processes (of APAJ and APARC) were not conducted in a participatory and consultative way, since there was no consultation and participation of the communities in their creation and implementation processes. Regarding tourism, it has been observed that it is the main economic activity; in the APAJ tourism is concentrated in the beaches of Redinha Nova, Santa Rita and in the mobile dunes of Jenipabu beach through buggy, dromedary rides and esquidunas. While in APARC the tourism is developed from coral reefs exploration, in Maracajaú beach, is where the tourist flow is concentrated, the tours are operationalized in Rio de Fogo, where the fisherman are actually in registration phase to apply in the activity, and in the Perobas' community, who operates is a local businessman allied with the fisherman from the community. Finally, on the social inclusion in the planning and management of tourism in the APAJ and APARC, it is possible to see that this theme is exclusively linked to the capacity of the activity to generate employment and income, especially with the creation of new jobs offered by the tourism market.

Key-Words: Tourism, Protected Areas, Social Inclusion. Área de Proteção Ambiental de Jenipabu e Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais.

LISTAS DE SIGLAS

APARC	Área de Proteção Ambiental Recifes de Corais
APAJ	Área de Proteção Ambiental Jenipabu
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis
IDEMA	Instituto de desenvolvimento sustentável do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
IUCM	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
MPA	Ministério da Pesca e da Aquicultura
OMT	Organização Mundial do Turismo
PEIA	Parque Estadual da Ilha Anchieta
PNUMA	<i>Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente</i>
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
UCMS	Unidades de conservação marinha
UCS	Unidades de conservação
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
WWF	<i>World WildlifeFund</i>

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Objetivos e usos permitidos das Unidades de Conservação.	33
Quadro 2: Sistema de suporte informacional ao processo de gestão de UCs	43
Quadro 3: Benefícios aportados pelas UCs a serem abordados nos programas de uso público.	46
Quadro 4: Dimensões para interpretação da inclusão social no turismo	52
Quadro 5: Contribuição de cada entidade na gestão de UC	54
Quadro 6: Dimensão, temas de análise e perguntas	73
Quadro 7: Resumo metodologia aplicada a presente pesquisa	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dados consolidados da UCs no Brasil	36
Figura 2: Agentes do Planejamento turístico.	39
Figura 3: Localização da APARC	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Localidades vizinhas à APARC	68
Tabela 2: Área de Estudo diagnóstico turístico APARC.	68
Tabela 3: Recorte da área de Estudo da presente pesquisa	69

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localidades vizinhas à APARC	63
Mapa 2: Área de Estudo diagnóstico turístico APARC.	66
Mapa 3: Localização da APA Jenipabu	76
Mapa 4: Limites da APARC	81

LISTAS DE FOTOS

Foto 1: Visão panorâmica da Praia de Jenipabu.	84
Foto 2: Passeio de buggy nas dunas móveis da praia de Jenipabu.	85
Foto 3: Passeios de Dromedários nas dunas da praia de Jenipabu.	86
Foto 4: Parte interior do Aquário Natal	87
Foto 5: Recifes de Corais da praia de Maracajaú	89
Foto 6: Praia de Maracajaú	90
Foto 7: Praia de Perobas	91
Foto 8: Praia Rio do Fogo	91
Foto 9: Mano-a Park	92

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICAS E ASPECTOS CONCEITUAS	29
2.1 Históricos das áreas naturais protegidas no Mundo	29
2.2 Áreas naturais protegidas no Brasil	30
3 PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	37
3.1 Planejamento Turístico em Unidades de Conservação	37
3.2 Gestão do turismo em Unidades de Conservação	42
4 INCLUSÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM DEBATE SOBRE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES	48
4.1 Políticas Públicas de Turismo e Natureza: Perspectivas acerca da Inclusão Social	56
5 METODOLOGIA	61
5.1 Tipo de Pesquisa	61
5.2 Caracterização da área de estudo	62
5.3 Abrangência da Pesquisa	66
5.4 Instrumentos de Coleta de Dados	69
5.5 Técnicas de Análise	72
6 RESULTADOS	74
6.1 Processo de Criação das Unidades de Conservação	74
6.1.1 Área de Proteção Ambiental de Jenipabu - APAJ	74
6.1.2 Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais - APARC	77
6.2 Desenvolvimento do turismo nas Unidades de Conservação	82
6.2.1 Turismo na Área de Proteção Ambiental de Jenipabu	82
6.2.2 Turismo na Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais	87
6.3 Percepção dos atores sociais acerca do desenvolvimento do turismo na APAJ e APARC	92
6.3.1 Dimensão Cultural	93
6.3.2 Dimensão Ambiental	95

6.3.3 Dimensão Política	97
6.3.4 Dimensão Social	100
6.3.5 Dimensão humana	102
6.3.6 Dimensão Trabalho	105
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICE	117

1 INTRODUÇÃO

A designação de áreas ou fragmentos de território para a proteção de recursos naturais, por razões religiosas ou culturais (e inclusive *status* social), é uma prática humana muito antiga e amplamente propagada. Hoje, a estratégia de definir espaços naturais protegidos está presente na legislação de diversos países, porém, não está mais fundamentada em conceitos religiosos ou culturais e sim expressa abertamente a intenção de garantir a existência de ecossistemas, espécies, genes, paisagens e culturas (Irving, 2006; Diegues, 2001).

O estabelecimento de áreas especialmente protegidas é uma das alternativas mais utilizadas para a conservação da natureza. Sendo assim, é uma das estratégias relevante para combater o uso desenfreado e predatório dos recursos naturais. A implantação dessas áreas tem enfrentado diversos desafios, parte disso está diretamente relacionado como foi dado o processo de criação e como está sendo a gestão das áreas. Segundo Bensusan (2006), além disso, é possível averiguar que muitos dos desafios têm ligação direta com as comunidades locais despejadas, as restrições de uso dos recursos naturais e, frequentemente, os gestores não tem levado em consideração os conflitos sociais e culturais que a criação da área protegida causou.

Nesse sentido, cada vez mais as Unidades de Conservação (UCs) constituem um fator fundamental no ordenamento ambiental dos territórios. Portanto, é importante discutir sob uma perspectiva interdisciplinar os dispositivos e estratégias que os países têm assumido no caminho da conservação da natureza. O alvo geral é propiciar uma verdadeira democracia e uma plena aplicação das ferramentas de lei que têm sido construídas, mas que precisam, por outro lado, evoluir e responder às novas necessidades e características das sociedades e da problemática ambiental, tanto local quanto global. Os trabalhos de pesquisa que abordam processos participativos em UCs são fundamentais. Isso porque reconhecem o papel das populações humanas na gestão das mesmas e oferecem subsídios para viabilizar a conservação dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, essas populações evidentemente têm facilidade de levar em conta as necessidades de sua sobrevivência (Lasso, 2008).

No cerne da discussão sobre alternativas para proteção dos recursos naturais e a promoção da inclusão social no turismo emerge na retórica das políticas

públicas, apesar de uma das dificuldades atuais no planejamento do turismo em áreas protegidas é considerar e interpretar o turismo prioritariamente pela ótica econômica, distanciando dos seus benefícios na vertente ambiental e social. Nesse sentido, o que se almeja é que o planejamento turístico seja enveredado como um veículo potencial para transformação social e como alternativa para a conservação e a inclusão social. A inclusão e a participação da sociedade no planejamento e gestão do patrimônio natural constituem um tema chave na contemporaneidade, tal fato evidencia a necessidade da discussão acerca de turismo em UCs e inclusão social por meio de novas formas de se pensar a pesquisa acadêmica e as políticas públicas.

No que tange a permanência de populações humanas no interior de áreas protegidas é um tema de diversos estudos acadêmicos e debates no âmbito das políticas públicas, no Brasil e no mundo, diversos problemas e conflitos existem na relação áreas protegidas/ populações locais, sobretudo as tradicionais. Em geral, as populações tradicionais não são “destruidoras da natureza”, principalmente quando depende da reprodução contínua dos recursos naturais renováveis para sua sobrevivência e quando o sistema de produção em que está inserido não é marcado pela rápida acumulação de capital (Diegues, 1996).

Nesse processo, os atores sociais mais vulneráveis são as populações tradicionais, que ainda mantêm uma relação intensa com os ambientes naturais, dependendo desta para sua sobrevivência e, também, para manutenção das suas representações sociais. Essas populações, em muitos casos, vislumbram diversas oportunidades possíveis proporcionadas pelo desenvolvimento do turismo, sobretudo a valorização de suas terras pelo mercado imobiliário e as ofertas de empregos. E por isso, em muitos casos quando não vendem suas terras, abandonam suas práticas tradicionais, como a pesca, a agricultura de subsistência e o artesanato, para ocupar, postos de trabalho temporários e não qualificados, com baixos salários e longas jornadas (Gastón; Cañada, 2007).

Contudo, percebe-se que o discurso dos órgãos ambientais tenta promover a inclusão social dessas populações no contexto das áreas protegidas, visando o turismo como uma das alternativas. Para tanto, a atividade turística tem que ser pensada de modo que contribua para reaproximar as populações tradicionais das áreas protegidas, mas em muitos casos tem afastado ainda mais esses grupos populacionais do processo de gestão do patrimônio natural e cultural que

historicamente contribuíram para proteger. Mas o turismo pode contribuir para o desenvolvimento de uma região, dependendo da forma como é concebido e gerido. Na busca por uma iniciativa que consiga aliar o desenvolvimento do turismo com a proteção do patrimônio natural e cultural e, também, distribuir os benefícios econômicos nas regiões visitadas, diversas experiências vêm sendo realizadas pelo mundo, como alternativa ao turismo global, ao mesmo tempo em que surge uma demanda interessada por essa nova opção (Silveira-Junior; Botelho, 2011).

Sem dúvida alguma, o processo de envolvimento das populações tradicionais é uma das grandes chaves para que o turismo seja praticado de forma ordenada, porém, deve-se ter desde o início da concepção do projeto a clareza de que o turismo não irá atender e resolver todos os problemas sociais. É importante frisar que o turismo é um instrumento valioso na medida em que, além do comprometimento dos envolvidos serem essencial, as contrapartidas entre as partes devem ser verificadas e acordadas, de forma equilibrada.

Diante do exposto, a questão problema norteadora desse trabalho é: **Como o planejamento e a gestão do turismo no âmbito da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu e a Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais vem sendo desenvolvido de maneira a contribuir para a inclusão social das populações tradicionais do entorno?**

O turismo em áreas naturais representa parte considerável da atividade turística praticada mundialmente; e o Brasil não é diferente. Nesse sentido, o turismo dirigido às áreas naturais assume destaque nas estatísticas dos órgãos oficiais internacionais e nacionais, registrando um crescimento da demanda da ordem de 20% ao ano, superando as taxas de crescimento do setor de turismo, em geral. Nos países da América do Sul, o aumento do turismo em áreas protegidas tem sido também crescente e, acompanhando essa demanda, muitas experiências criativas e inovadoras têm se desenvolvido (Mitraud, 2003).

A partir do século XX, visitação às áreas protegidas aumentou substancialmente em países industrializados em grande parte influenciada pela riqueza da sociedade e a possibilidade de experiências de viagem extensa. Durante os anos 1960, com o aumento da demanda de turismo, viu-se a necessidade de oferecer uma ampla gama de experiências de recreação (Eagles, 2001).

O progresso da ecologia como uma ciência também destacou a importância da conservação da biodiversidade e impactos ambientais associados ao turismo. O

aumento da procura de diferentes oportunidades de recreação ligado ao meio ambiente resultou no desenvolvimento das práticas do turismo em áreas naturais protegidas de forma planejada e ordenada (Pettengill & Manning, 2011).

Em termos de crescimento, tem-se registrado em números percentuais o que vem provando a importância do turismo em UCs, portanto, atualmente, as visitas em UCs foram estimadas em 8 bilhões por ano, o que gerou cerca de US \$ 250 bilhões no excedente do consumidor e US \$600 bilhões em gastos diretos no país (Balmford et al., 2015). Diante disso, ver-se a relevância das UCs para a conservação do meio ambiente, como também do turismo para o desenvolvimento socioeconômico das populações locais e do potencial que a atividade tem de promover a educação ambiental e a inclusão social.

O que tem registrado na prática que em sua maioria as áreas ainda preservadas do território brasileiro são habitadas com maior ou menor densidade por populações indígenas ou por comunidades rurais “tradicionais” - caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, caipiras - para as quais a conservação da fauna e flora é a garantia de sua perenidade. A pesquisa do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (Nupaub) em suas últimas pesquisas indica também que em cerca de 88% do entorno das UCs pesquisadas vivem populações tradicionais (49%) e não tradicionais (88%) que, de alguma forma, relacionam-se com estas unidades.

O processo de expansão das fronteiras agrícolas e extrativistas da sociedade brasileira, por sua vez, reproduz e se pauta por um modelo de ocupação do espaço e de uso dos recursos naturais gerador da degradação ambiental e de enormes custos sociais. A política ambiental vigente, por outro lado, tenta viabilizar por uma postura autoritária totalmente dependente de fiscalização repressiva, carecendo de embasamento técnico-científico e legitimidade social entre a população regional, fadada na melhor das hipóteses a uma preservação ao estilo “jardim zoológico”, resguardando apenas algumas áreas intocáveis, num recorte insuficiente para a reprodução integral dos ecossistemas, para a manutenção da biodiversidade e da pluralidade cultural. As populações tradicionais são discriminadas por sua identidade sociocultural e impedidas de reproduzir seu modo de vida, tanto pelo modelo de ocupação predatório que se expande quanto pelo modelo de conservação ambiental vigente. Assim, paradoxalmente acabam por desenvolver uma postura anticonservacionista, identificando o ambientalismo como o substituto dos antigos

grileiros e passando a desenvolver práticas predatórias do meio ambiente como único meio de garantir sua subsistência e não cair na marginalidade ou na indigência. A política ambiental vigente, ao ignorar o potencial conservacionista dos segmentos culturalmente diferenciados que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam, tem desprezado possivelmente uma das únicas vias adequadas para alcançar os objetivos a que se propõe. Essa via é a da inclusão da perspectiva das populações no nosso conceito de conservação e o investimento no reconhecimento de sua identidade, na valorização de seu saber, na melhoria de suas condições de vida e na garantia de sua participação na construção de uma política de conservação da qual sejam também beneficiadas (Arruda, 1997).

Um caso exemplar citado por Diegues (1996) é o plano de manejo da Ilha do Cardoso, produzido em 1976, em que sequer se menciona a presença de centenas de famílias de moradores tradicionais caiçaras e em que se proíbem as atividades de subsistência delas, obrigadas assim a migrar para a cidade de Cananéia, engrossando o número de moradores pobres dos bairros periféricos. Outra situação ilustrativa da “invisibilidade” destas populações, mas de resultado oposto ao anterior, é o caso da Estação Ecológica do Iquê, no Mato Grosso, criada em 1981 totalmente dentro do território do povo indígena Enauenê-Nauê. Este povo, contatado apenas em 1972, era na ocasião totalmente desinformados sobre as características e a dinâmica social da sociedade envolvente, vivendo há séculos de forma autônoma e independente na região. Dois anos depois da criação da Estação Ecológica, os índios, ao descobrirem estupefatos a destruição da mata provocada pelo picadão de demarcação da Estação Ecológica (uma derrubada de 10 metros de largura e mais de 50 km. de comprimento, realizada com instrumentos de corte preciso e surpreendente), seguiram a estrada aberta e destruíram totalmente um trator de esteira e a recém-construída sede da administração, inviabilizando desde então sua efetiva implantação. A Estação Ecológica do Iquê é uma unidade de conservação de papel, mas sua existência provocou um atraso de anos na demarcação da área indígena (só realizada em 1995) e contribuiu para o agravamento dos conflitos com outros segmentos sociais pela indefinição legal dos limites da área (neste intervalo foram assassinadas cerca de nove pessoas em ocasiões diversas).

Portanto, as populações residentes no interior ou no entorno das UCs é de fundamental importância no processo de desenvolvimento; portanto, deve ser inserida desde o início do planejamento, atuando em sua implementação e colhendo

seus resultados. Isso se deve pela dependência das comunidades locais em relação à atividade ecoturística e quanto às atividades tradicionais e sua demanda. Nem sempre essas comunidades conseguem obter seu sustento apenas com suas atividades corriqueiras (agricultura, pecuária e outras). Assim, com as comunidades interagindo nesse processo visando atingir os benefícios oriundos da atividade e com os turistas ao mesmo tempo, acrescenta conhecimentos de novas identidades culturais através do entrosamento, formando um sistema de troca que gera oportunidades para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades (Santos, Rezende, Borges e Borém, 2011).

Diante disso, o turismo praticado em áreas naturais para se tornar um elemento propulsor ao desenvolvimento local deve existir uma gestão participativa e pautada nos princípios da inclusão social, sendo assim, o planejamento adequado deve contemplar a interação entre os atores sociais e sempre levando em consideração a geração de benefícios positivos e distribuído de forma equitativa.

Diante do que foi discutido, pensou-se na realização do presente trabalho, porque percebeu-se a necessidade de investigar se a inclusão social das populações locais está sendo contemplada no processo de planejamento e gestão do turismo nas UCs. Para a elaboração dessa pesquisa as UCs Estaduais elegidas para investigação foram aquelas de intenso fluxo turístico do estado do Rio Grande do Norte (RN). Atualmente, o RN possui 238 mil hectares em Unidades Estaduais de Conservação, o que corresponde a 8 UCs, entre parques, APAs e reserva sustentável (SECOM/IDEMA). A saber:

- Parque Estadual Dunas do Natal “Jornalista Luiz Maria Alves”;
- Parque Ecológico Pico do Cabugi;
- Parque Estadual Mata da Pipa;
- Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guaráira;
- Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una;
- Área de Proteção Ambiental Jenipabu;
- Área de Proteção Ambiental Recifes de Corais;
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão

No Rio Grande do Norte, a gestão destas Unidades compete ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - IDEMA/RN, por meio do Núcleo de Unidades de Conservação (NUC). O setor, juntamente com o Programa Estadual de

Unidades de Conservação, foi instituído, no âmbito interno do IDEMA, por meio da portaria nº 455 de 26/12/2003, com a finalidade de dar cumprimento ao que estabelece o SNUC, regulamentado pelo Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. O NUC tem a missão de planejar, definir, propor a criação, implantar e gerir as Unidades Estaduais de Conservação de forma participativa, assegurando a proteção da natureza e qualidade de vida das gerações presentes e vindouras.

Para esta investigação foram escolhidas duas UCs estaduais de uso sustentável no estado do Rio Grande do Norte, a saber: Área de Proteção Ambiental de Jenipabu e a Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais, ambas têm como principal atividade econômica o turismo. As escolhas das UCs foram definidas a partir dos critérios que ambas deveriam ser da mesma categoria de acordo com o SNUC e pelo motivo de que as APAs têm como principal atividade econômica o desenvolvimento do turismo, dessa forma, Jenipabu e Maracajaú sede das APAs são os principais destinos turísticos do estado. Na APAJ o turismo está concentrado nas praias de Redinha Nova, Santa Rita e nas dunas móveis da praia de Jenipabu por meio de passeios de buggy, passeios de dromedários e esquidunas, como também atividades como passeios de barco, cavalo e jegue na praia de Jenipabu. Enquanto na APARC o turismo é concentrado nos passeios nos recifes de corais. De acordo com o plano de manejo, existem três parrachos (dado esse nome para os recifes de corais pela comunidade) passivos a visitação turística, a saber: parracho de Maracajaú, onde já possui uma infraestrutura turística e uma visitação consolidada; parracho de Perobas, que a visitação ainda é realizada de forma esporádica, por meio de duas empresas; e parracho de Cioba que ainda não é realizada nenhuma visitação turística.

A escolha de duas unidades fundamenta-se pelo motivo de não restringir apenas a uma realidade, além disso, apesar de serem duas UCs o estudo não pretende fazer uma análise comparativa, pelo contrário, pretender investigar e apresentar as realidades distintas de duas UCs, onde o turismo apresenta crescimento e ganha importância para àquelas populações que se encontram no entorno das UCs. Sendo assim, pode-se afirmar que o presente estudo possui relevância no modo em que propõe investigar peculiaridade do turismo, da inclusão social e conservação dos recursos naturais das UCs escolhidas.

Ainda sobre a justificativa, pode-se citar o outro motivo relevante para que esse trabalho seja realizado é que no cenário de pesquisa acerca sobre o turismo

em UCs, especialmente no estado do Rio Grande do Norte, nota-se que existem relativamente poucos estudos, especialmente, na APA de Jenipabu e na APA de Maracajaú. De acordo com a pesquisa feita em periódicos nacionais e no repositório da Biblioteca da UFRN acerca de estudos científicos nas APAs foi possível encontrar apenas seis estudos. Na APA de Jenipabu foi possível encontrar três estudos acerca do cenário do turismo, a saber: dois estudos em nível de pós-graduação, um mais recente do ano de 2015 sobre Indicadores de Sustentabilidade de Destino Turístico em Unidades de Conservação: Percepções, Expectativas e Influências: Jenipabu (RN), elaborado pelo autor Silvino, que trata sobre diferentes percepções acerca da sustentabilidade da praia de Jenipabu, na qual identificou que o local possui baixa sustentabilidade com a necessidade de projetos e ações de melhorias. Outro do ano de 2011 sobre Ecoturismo e Égide do consumo pela autora Soares, ambos os trabalhos desenvolvidos no Programa de Pós Graduação em Turismo da UFRN (PPGTUR), este último tratou da distinção dos modelos de desenvolvimento adotados em cada UCs, a APAJ baseado no modelo de consumo e capitalismo enquanto a RDSPT uma gestão voltada mais para o conservacionismo e ecoturismo. E por fim, um artigo científico acerca Análise de Paisagens Turísticas da Praia de Jenipabu (RN), elaborado no ano de 2013, pelos autores Soares, Medeiros e Sales Filho, esse identificou os principais elementos que constitui a paisagem da praia e os aspectos que precisam ser melhorados.

Enquanto na APA dos Recifes de Corais, também foi possível encontrar poucos estudos, também foram encontrados três, o primeiro em nível de pós-graduação o trabalho de Silva (2009) realizou uma análise da imagem que turistas e comunidade local têm da Área de Proteção Ambiental dos recifes de corais - APARC (RN), especificamente na comunidade de Maracajaú, nesse tratou de resultados acerca da satisfação da comunidade e dos turistas quanto ao desenvolvimento do turismo e os principais desafios que a gestão tem enfrentado com relação atividade turística nos recifes de corais. Os demais, em níveis de graduação o primeiro estudo realizado por Aires (2012), foi uma pesquisa que buscou investigar as possibilidades da isenção da comunidade de Perobas na atividade turística, desse trabalho a autora evidenciou resultados acerca de como a comunidade está sendo inserida e possibilidade de inserção na atividade turística. E por fim o de Oliveira (2014), também na comunidade de Perobas acerca da percepção da comunidade e dos turistas sobre o desenvolvimento do turismo, esta pesquisa relatou sobre as

principais percepções da comunidade e dos turistas acerca do desenvolvimento do turismo, trabalho semelhante desenvolvido por Silva (2009).

Diante disso, pode-se notar que foram realizados estudos pontuais nessas UCS, porém nenhum trabalho apresenta discussões acerca da inclusão social das comunidades que fazem parte da APAs. Os motivos para quais estimularam a trabalhar com essa temática estão ligados à problemática recorrendo encontrada nos estudos em UCs acerca da exclusão social das populações locais, além disso, pelo o turismo ser considerado um instrumento importante para a promoção da inclusão social e por ter relativamente poucos estudos em nível nacional que aborda a temática da inclusão social e pela a inexistência de pesquisa nessa temática nas UCs estaduais do RN.

Sendo assim, as contribuições do estudo na APARC e APAJ são importantes porque resultará em informações relevantes sobre o turismo, conservação e a inclusão social das comunidades do entorno de UCs com fluxo turístico. Com o resultado desse trabalho pretende-se facilitar o planejamento e a gestão de modo que seja pautado nos princípios da conservação e inclusão social e como também no gerenciamento e ordenamento da atividade turística nas APARC e APAJ.

Para o pesquisador esse trabalho contribuiu para o melhor aprofundamento da problemática que envolve o turismo, conservação e inclusão social, servindo como um vetor para a ampliação teórica. Além disso, ao término deste trabalho, pretende-se apresentar a análise dos resultados aos Conselhos Gestores da APAJ e APARC, servindo como banco de dados e que esses possam auxiliar nas tomadas de decisões acerca da gestão e planejamento da área, visando assim tornar o lugar economicamente, socialmente e ambientalmente sustentável. Outra contribuição do presente trabalho refere-se a gestão do Polo Costa das Dunas, já que há concentração de fluxo turístico nas UCs investigadas e tais áreas fazem parte do citado Polo. Desse modo, os resultados da dissertação podem contribuir para o planejamento turístico e para as ações do Polo, uma vez em que esses destinos figuram como pauta na gestão regional do turismo devido a sua importância, bem como pela necessidade de investimentos para melhor desenvolvimento do turismo.

A pesquisa destaca-se como importante no âmbito acadêmico devido ser um estudo que somará ao acervo das Bibliotecas da UFRN como também nas mdissertações do Programa de Pós-graduação em Turismo e poderá contribuir para futuras pesquisas. Quanto à importância social o trabalho revelará importantes

resultados que onde alia diretamente as relações sociais atrelados ao desenvolvimento do turismo e da conservação da natureza em UCs.

Dessa forma, objetivo central do presente trabalho é compreender como o planejamento e a gestão do turismo no âmbito da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu e a Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais vem sendo desenvolvido sob a ótica da inclusão social das populações tradicionais do entorno. E como objetivos intermediários: a) Discriminar a concepção e processo de criação das APARC e APAJ; b) Diagnosticar a realidade do turismo e os fatores limitantes para o desenvolvimento da atividade turística na APARC e APAJ e c) Investigar a percepção das comunidades do entorno da APARC e APAJ acerca da dinâmica do desenvolvimento do turismo e dos temas relacionados à inclusão social.

Com relação a organização do trabalho está dividido em 6 principais tópicos, o primeiro que compreende ao tópico anterior que é composto pela introdução que é desmembrada em subtópicos que são os objetivos e organização do texto. Na sequência será apresentado o referencial teórico onde foi feita uma breve discussão sobre os principais temas que norteia a pesquisa, tais como, turismo, inclusão social em unidades de conservação. Em seguida será apresentada a metodologia descrevendo os principais procedimentos metodológicos que foram utilizados para o alcance dos objetivos, seguido dos principais resultados e por fim as considerações finais e as referências.

2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICAS E ASPECTOS CONCEITUAIS

2.1 Breve históricos das áreas naturais protegidas no Mundo

Uma das mais antigas referências existentes sobre proteção ambiental é datada no ano de 684 a.C., quando o Rei de Srivijya criou, na Ilha de Sumatra, a primeira área de proteção da Indonésia. Outro exemplo vem da Índia, no ano de 252 a.C., quando o imperador Ashoka ordenou a proteção de certos animais, peixes e áreas florestais (Miller, 1997).

Na antiguidade, a proteção ambiental foi muito ligada ao sagrado, o exemplo registrado foi em Gana, no continente africano, onde o local mais sagrado dos Asante era floresta. Essa questão também se estendeu por milhares de anos, outro exemplo foi na Nova Zelândia, na qual os Maoris solicitaram ao governo a criação de área natural protegida, em função das terras consideradas santas pela população contra as ações inadequadas do homem (Miller, 1997).

Com o passar do tempo, ainda de forma bastante pontual existiam medidas de preservação, com a criação do primeiro parque nacional no mundo Yellowstone, em meados do século XIX, considerado o marco do ambientalismo, (apesar de que essas ideias surgiram muito antes na Europa), foi o resultado de pensamentos preservacionistas que se tornavam importantes nos Estados Unidos desde o início daquele século (Diegues, 2000).

A partir disso, se tornou cada vez mais acentuado a movimentação de cidadãos conscientes da destruição dos recursos advindo das práticas irracionais de extração, influenciando o crescente número de criação de parques nacionais no continente americano, como o Parque Nacional de Banff (Canadá), NaheulHuapi (Argentina), Vicente Pérez (Chile), Henri Pitier (Venezuela) e El Chico National Park (México), (Miller, 1997).

Hosaka (2010) ressalta que alguns governos criaram parques para impor o controle à exploração excessiva da fauna silvestre, citando os parques de Kruger na África do Sul e Serengeti (Tanganica, Ásia) entre outros. Na Índia, após a independência, houve a conversão pela ação do governo das antigas reservas de caça em UCs e em parques nacionais.

O período entre 1940 a 1970 foi marcado por várias convenções e conferências que tinha como objetivo promover ações a partir de base científica visando garantir a perpetuidade dos recursos naturais. Já a partir da década de 1970, teve em destaque o estabelecimento de áreas protegidas. Que segundo Brito (2000, apud Hosaka, 2010), o crescimento estava sendo verificado desde 1950, e nesse período houve a criação de 1.300 novos parques no mundo.

A partir das décadas de 1980 e 1990, surgem as controvérsias sobre o estabelecimento e gerenciamento dos parques nacionais. Além disso, começou a discussão acerca da importância da participação da comunidade, a fim de assegurar os direitos dos indivíduos. Então isso, já no início do século XXI discussões acerca da proteção ambiental e o crescimento das áreas naturais protegidas continuaram por meio de grandes eventos nacionais e internacionais, como por exemplo que poderia destacar como marco histórico para o século XXI, em 2002, dez anos após a ECO 92, a Organização das Nações Unidas realizou-se a Conferência das Nações Unidas, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em Joannesburgo, na África do Sul. Conhecida como Rio+10, teve como objetivo central estabelecer e rever novas metas e propostas pela Agenda 21, e além disso da continuidade e aprimorar o que já vinha sendo realizado em prol da conservação e preservação da natureza

2.2 Áreas naturais protegidas no Brasil

O primeiro marco histórico de áreas protegidas no Brasil data em 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa no país. Na oportunidade, foi criado o “Real Horto” no Rio de Janeiro, no qual foi estabelecido por meio do decreto do príncipe D. João VI, com objetivo de cultivar melhor as plantas e especiarias da Índia. No qual, hoje, o Real Horto é conhecido como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Rylands e Brandon, 2005).

Décadas depois o político e engenheiro André Rebouças (1833-1898) se configurou como uma das personalidades brasileiras pioneira da ética conservacionista no Brasil, sugerindo a criação de duas áreas: a Ilha do Bananal, no rio Araguaia, e uma extensa área entre as Cataratas de Guaíra e as do Iguaçu, no rio Paraná, porém não se estabeleceu na prática. Já no século XX, a década de 30 representa um marco no sentido da criação de um conjunto mais amplo de instrumentos legais e uma estrutura administrativa no aparelho do Estado. Com a

incorporação da Constituição de 1934 de um ideário outorgava a natureza um novo valor, ela passa a ser considerada como patrimônio nacional a ser preservado, desse modo, proteger a natureza entra definitivamente na agenda governamental brasileira, passando a configurar um objetivo complementar da política de desenvolvimento nacional (Rylands e Brandon, 2005).

Nesse sentido, como consequência, ainda em 1934 os principais dispositivos legais de proteção da natureza, que levariam inclusive a criação dos primeiros Parques Nacionais no Brasil. Entre eles destacam-se o Código Florestal (1934), o Código da Caça e Pesca (1934), Código de Aguas (1934) e o Decreto de Proteção dos Animais também em 1934. De todos, o código florestal se tornou um dos mais importantes instrumentos da política da natureza. Como formalização da criação dos primeiros Parques Florestais e Florestas Nacionais do Brasil, o primeiro parque brasileiro foi o do Itatiaia, criado em 1937, nas montanhas da Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro, junto com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, dos parques nacionais das Sete Quedas (incluindo as Cataratas de Guaira) e do Iguaçu, em 1939 (Rylands e Brandon, 2005).

Segundo Hosaka (2010 citado por Pádua 1997), a partir disso, novos parques e outros tipos de áreas protegidas foram criadas, a saber:

- Floresta Nacional do Araripe – Apodi (CE), em 1946;
- Parque Nacional Paulo Afonso (BA), em 1948;
- Reserva Biológica da Serra Negra (PE); Parque Nacional de Aparados da Serra (RS), Parque Nacional Araguaia (GO) e Parque Nacional Ubajara (CE).

Em 1958, foi criado o Parque Turístico do Alto Ribeira (PETAR), que compreende os municípios de Apiaí e Ipiranga no estado de São Paulo, e que abriga o maior conjunto espeleológico do Brasil com aproximadamente 240 cavernas (Miller, 1997).

Alguns anos mais tarde, em 1967 as UCs passaram a ser administrado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Já na década de 1970 foi marcado por diversos movimentos nacionais e internacionais e a criação de 11 áreas naturais protegidas no país e a criação da Secretaria especial do Meio Ambiente (Sema). No final da década de 1970 o IBDF propôs a primeira etapa do Plano do Sistema de Unidades de conservação para o Brasil. Na década de 1980

destaca-se a criação do primeiro parque nacional marinho, Abrolhos, no litoral sul da Bahia (Hosaka, 2010).

Na década de 1990 houve o aumento de criação das áreas protegidas, o que representou um montante de 32.005.257 ha que correspondia a 3,8% do território brasileiro. Nessa mesma década foi enviado para o Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.892, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que só será efetivado no ano 2000 (Hosaka, 2010).

Apesar dos avanços quanto à criação de áreas protegidas e instrumentos legais, percebe-se que existem alguns gargalos que precisam ser vistos para garantir que o sistema seja articulado e que haja eficiência na gestão, até que iniciou uma reflexão nesse período sobre a necessidade de concepção de um sistema mais integrado para a criação e gerenciamento das áreas protegidas. Foi quando no ano de 2000, com a aprovação da Lei nº 9985/2000, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

O SNUC foi instituído como o objetivo de ordenar e adequar à gestão das UCs. A adoção desse sistema foi fundamental para que as áreas tivessem proteção embasada em Lei nº 2.892 (Costa, 2002). O SNUC por sua vez, definiu oficialmente no seu artigo 2º Unidades de Conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000, p.1).

Além disso, o SNUC tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a conservação das variedades de espécies biológicas e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- Proteger as espécies ameaçadas de extinção;
- Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

- Proteger as características relevantes de natureza geológica, morfológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- Proporcionar meio e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- Favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza; e
- Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

O SNUC divide as UCs no território nacional, em dois grandes grupos: Unidades de Conservação de Proteção Integral e as Unidades de Conservação de Uso sustentável, o que mais uma vez ilustra a integração de percepções distintas da sociedade com relação ao significado da natureza: a percepção e a ideologia dos denominados “preservacionistas”, inspirada na intocabilidade dos recursos renováveis e, a concepção de inclusão social na gestão das áreas protegidas, originária do grupo dos denominados “socioambientalistas” (Irving, 2010).

Pelo SNUC são previstas 12 categorias de manejo distintas: cinco de Proteção integral e sete de uso sustentável (ver quadro 1). A responsabilidade pela criação, manutenção e gestão destas áreas é realizada majoritariamente pela União, através do Governo Federal, estados e municípios (11 das 12 categorias existentes atualmente). Mas pode ser exercida voluntariamente pela sociedade civil, através das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) (Medeiros, Irving e Garay, 2006).

Desse modo, o quadro 1 mostra de forma resumido o que é estabelecido pelo o SNUC.

Quadro 1: Objetivos e usos permitidos das Unidades de Conservação.

CATEGORIA	TIPO DE UC	OBJETIVO	USOS PERMITIDOS
	Estação Ecológica	A preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.	Pesquisa, educação ambiental
	Reserva Biológica	A preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites	Pesquisa, educação ambiental
	Parque Nacional	A preservação de	Pesquisa, visitação,

PROTEÇÃO INTEGRAL		ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica	lazer, educação, turismo	recreação, ambiental,
	Monumento natural	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica	Pesquisa, lazer, educação, turismo	visitação, recreação, ambiental,
	Reserva de Vida Silvestre	Proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução flora e da fauna local	Pesquisa, lazer, educação, turismo	visitação, recreação, ambiental,
USO SUSTENTÁVEL	Área de Proteção Ambiental	Proteção e utilização sustentável dos recursos naturais	Pesquisa, visitação, lazer, recreação, educação ambiental, uso sustentável	
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Proteção de ecossistemas naturais de importância local ou regional	Turismo, extrativismo	manejo dos recursos
	Floresta Nacional/Estadual	Uso múltiplo e sustentável dos recursos florestais	Extrativismo	manejo dos recursos
	Reserva Extrativista	Proteger os meios de vida e a cultura das populações; assegurar o uso sustentável dos recursos naturais	Pesquisa, lazer, educação	visitação, recreação, ambiental
	Reserva de Fauna	Proteger populações animais de espécies nativas, residentes ou migratórias	Pesquisa, pública, ambiental	visitação, educação
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Proteger a natureza, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e assegurar condições para a melhoria dos modos de vida da população	Pesquisa, lazer, educação, turismo, manejo dos recursos	visitação, recreação, ambiental,
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Área de domínio privado com objetivo de proteger a biodiversidade	Pesquisa, lazer, educação, turismo	visitação, recreação, ambiental,

Fonte: Elaborado com base no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei n.º 9.985/2000).

A criação do SNUC como fator relevante para a proteção das áreas naturais brasileiras permitiu a regulamentação das áreas protegidas, auxiliando consequentemente no planejamento e gestão visando atingir os objetivos das UCs. No entanto, segundo Hosaka (2010), ainda há muito por fazer, tanto no planejamento como no tratamento dos problemas socioeconômicos que envolvem

as comunidades, bem como enfrentar as dificuldades na definição de políticas claras e na fiscalização adequada.

Como o presente trabalho tem foco em duas áreas de proteção ambiental, será realizado um breve destaque quanto as APA's. De acordo com o SNUC, Área de Proteção Ambiental é entendida como uma área dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, é uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

De acordo com o SNUC (2000)

§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privada.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições CAPÍTULO III DAS CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 12 para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§ 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

A APA é uma categoria de Unidades de Conservação de uso sustentável e permite realização de pesquisa, recreação, educação ambiental e, sobretudo o uso turístico desde que seja de forma sustentável. Além disso, geralmente são propriedades extensas, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas.

De acordo com o cadastro de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente, foi possível averiguar que há uma concentração em criação de APAs a no território brasileiro por área, tanto na esfera Federal como Estadual e Municipal, como pode ver na figura 1 a seguir.

Figura 1: Dados consolidados da UCs no Brasil.

Tipo / Categoria	Esfera						TOTAL	
	Federal		Estadual		Municipal			
Proteção Integral	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)
Estação Ecológica	32	74.681	59	47.495	1	9	92	122.185
Monumento Natural	3	443	28	892	11	73	42	1.407
Parque Nacional / Estadual / Municipal	71	253.183	195	94.816	113	383	379	348.383
Refúgio de Vida Silvestre	7	2.017	26	1.731	2	22	35	3.770
Reserva Biológica	30	39.037	23	13.447	8	51	61	52.534
Total Proteção Integral	143	369.361	331	158.380	135	537	609	528.278
Uso Sustentável	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)	Nº	Área (Km ²)
Floresta Nacional / Estadual / Municipal	65	163.934	39	135.908	0	0	104	299.842
Reserva Extrativista	62	124.714	28	19.896	0	0	90	144.610
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	2	1.026	29	110.090	5	176	36	111.293
Reserva de Fauna	0	0	0	0	0	0	0	0
Área de Proteção Ambiental	32	100.167	188	336.071	80	25.970	300	462.208
Área de Relevante Interesse Ecológico	16	431	25	451	9	138	50	1.020
RPPN	634	4.831	155	687	1	0	790	5.518
Total Uso Sustentável	811	395.103	464	603.103	95	26.285	1370	1.024.491
Total Geral	954	764.464	795	761.483	230	26.822	1979	1.552.769
Área Considerando Sobreposição Mapeada	954	759.348	795	755.316	230	26.793	1979	1.515.119

Fonte: CNUC/MMA - www.mma.gov.br/cadastro_uc Atualizada em: 26/02/2016

A categoria APA totaliza (Federal, Estadual e Municipal) 300 APA no Brasil que corresponde 462.208 km² de área. Enquanto em quantidade vem os Parques Nacional/Estadual/Municipal com 379 que corresponde a 348.383 km². Acredita que essa concentração de criação de APAs é devido ser uma categoria que permite a ocupação humana, sem necessidade de desapropriação, e além disso, permite o desenvolvimento de atividades humanas (sendo a maioria de subsistência) sujeitas as regras específicas visando conciliar ocupação humana com o uso sustentável da área.

Portanto, no próximo tópico serão abordados os objetivos, princípios e instrumentos no que tange ao planejamento e gestão das UCs.

3 PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Os recursos naturais são utilizados para diversas finalidades na incessante busca por condições de vida para a humanidade, e por esse motivo é imprescindível planejar e gerir todos os usos de forma adequada e integrada. Para este fim as Unidades de Conservação (UCs) apresentam-se como uma ferramenta de gestão dos recursos naturais, do território e das atividades humanas que visam compatibilizar com o objetivo da conservação da geo e biodiversidade, além disso, fornecem uma diversidade de produtos e serviços ambientais.

Desse modo, serão discutidos dois elementos bases e essenciais para o desenvolvimento do turismo de forma adequada: o primeiro será abordado os princípios e as ferramentas essenciais para o planejamento turístico, e; o segundo será realizada uma discussão sobre a gestão das UCs com o enfoque no desenvolvimento do turismo.

3.1 Planejamento Turístico em Unidades de Conservação

A importância do turismo na dimensão econômica e social é um fator destacado em todos os níveis de gestão territorial, prova disso é que os organismos como a Organização Mundial do Turismo (OMT) e World Travel and Tourism Council (WTTC), como também os governos em nível nacional, estadual e municipal, têm-se mostrado interessados no desenvolvimento turístico de suas regiões. Diante disso vêm percebendo o papel importante do planejamento correto no desenvolvimento da atividade turística.

Em se tratando do turismo em UCs, tem aumentado seus fluxos de turistas nacionais e internacionais, essas áreas tem sido uma alternativa para prática do lazer em contato com a natureza, desse modo, ver-se a importância do planejamento turístico em UC, de modo que sejam estabelecidas ações que vise o ordenamento das atividades humanas com a conservação do meio ambiente.

Segundo Ruschmann (2001, p. 83), “o planejamento é uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos. Ele tem por objetivo o provisionamento de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda seus desejos e necessidades”. Ainda em termo

conceituais, Beni (2001, p. 189) conceitua planejamento como “um processo que estabelece objetivos, define linhas e ação e planos detalhados para atingi-los e determina os recursos necessários à sua consecução”.

Quanto os objetivos do planejamento podem ser observados no que os autores Molina e Rodríguez (2001) afirmam, a saber: a) planejar, em seu sentido mais amplo, implica a identificação de uma série de variáveis com o objetivo de adotar um rumo de ação que, baseado em análises científicas, permite alcançar os objetivos e metas [...]; b) planejar é prever o rumo dos acontecimentos. É um processo contínuo de tomada de decisões coerentes com os objetivos propostos; c) planejar é um processo sistemático e flexível, cujo único fim consiste em garantir a consecução dos objetivos que, sem este processo, dificilmente poderiam ser alcançados.

Para que o planejamento turístico consiga atingir seu objetivo proposto é importante a harmonia de ações e como também o envolvimento de agentes do turismo, neste caso, os atores que estão diretamente envolvidos com atividade turística que são o estado, a iniciativa privada, comunidade e o terceiro setor.

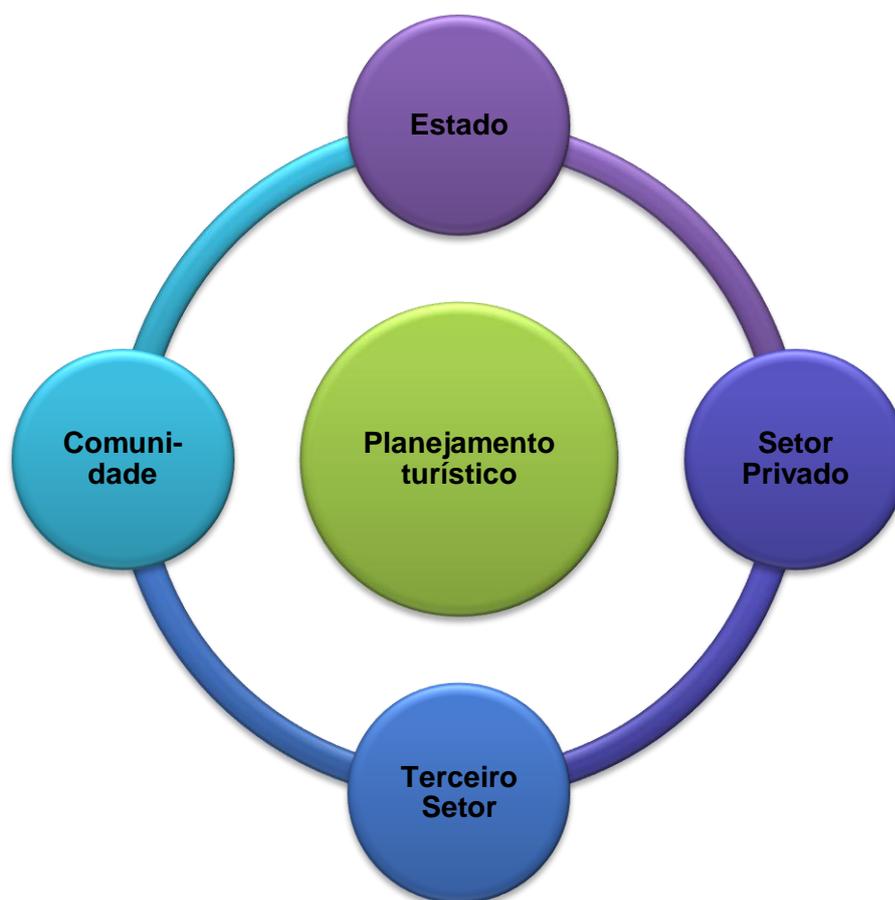
Em se tratando do papel do Estado no planejamento turístico pode-se fazer alusão que as funções do Estado estão relacionadas ao estabelecimento de diretrizes e políticas para o desenvolvimento do setor. A União Internacional de Organizações de Viagens (Iuoto) (1974), precursora da OMT, destaca que o papel do Estado no turismo poderia ser dividido em cinco áreas de desenvolvimento: coordenação, planejamento, legislação e regulamentação, empreendimentos e incentivo. Sendo que Hall (2001, p. 184) acrescentou mais duas funções: um papel de turismo social e de proteção de interesses.

Ao setor privado, caberiam os investimentos nos equipamentos (meios de hospedagem, transportadoras, agências de viagens e transportes), nos serviços (guias, hospedagem, transporte, recreação), nos equipamentos de apoio (postos de gasolina, rede gastronômica, rede de diversões, hospitais, farmácias, bancos, casas de câmbio, lojas de suvenires e de objetos afins ao local) e serviços de apoio (alimentação, assistência médica, serviços mecânicos e de socorro, expedição de documentos, bombeiros, telefones e rádios PX), sendo que, neste último item, haveria a participação conjunta do setor público e privado (Barretto, 2002).

Cabe à iniciativa privada segundo Ruschmann (2001, p.68):

- a) Observar leis e regulamentos, bem como mecanismos de fiscalização e controle;
- b) Atuar no desenvolvimento da infraestrutura turística;
- c) Planejar cuidadosamente o funcionamento de suas atividades e equipamentos para atender com qualidade às necessidades e desejos do turista;
- d) Utilizar-se de mão de obra capacitada;
- e) Desenvolver associações, com vistas à troca de experiências e informações bem como para melhor articulação na criação e defesa de interesses perante empresariado e/ou governo;
- f) Manter-se atualizada quanto às tendências do turismo;
- g) Elaborar pesquisas com clientes, acompanhando a funcionalidade e a qualidade de seu estabelecimento.

Figura 2: Agentes do Planejamento turístico .



Fonte: Elaboração própria com base em Ruschman (2001).

O terceiro setor é representado por diversas entidades, sendo algumas sem fins lucrativos, são conhecidas como organizações não governamentais. Dentro desse grupo pode encontrar as associações, cooperativas, fundações, institutos, organizações de voluntariado, entidades beneficentes e etc.

Quanto ao papel do terceiro setor no planejamento turístico pode-se afirmar que assume a responsabilidade de integrar aos outros setores da sociedade, incluindo, sobretudo, o estado, setor privado e a comunidade no tocante a participação de programas, projetos e ações que visem incrementar e fomentar o turismo de modo qualitativo, visando complementar as preocupações e práticas sociais que geram bens e serviços de caráter público.

Outro agente de considerável importância no planejamento turístico é a comunidade, pois é ela que ganha ou pelo menos deveria ganhar no processo de desenvolvimento da atividade turística como alternativa econômica e social. Para melhor desenvolvimento do turismo, é necessário que a comunidade local esteja inserida no processo de tomadas de decisões do planejamento turístico, feito isso, o turismo deixa de ser de forma vertical, ou seja, uma política imposta negligenciando os desejos e anseios da comunidade, e passa a ser de forma horizontal, onde a população residente participe do planejamento. A participação da comunidade se dá por meio da organização de associações para fortalecer, reivindicar seus direitos visando o bem estar de todos envolvidos como também garantir o acesso e a inclusão das futuras gerações. Essa perspectiva vai de encontro com o desenvolvimento local a partir da escala humana bastante discutida por Boisier (2003), onde afirma que esse desenvolvimento (desenvolvimento em uma escala humana) é concentrada e baseada na satisfação necessidades humanas básicas, níveis de geração de aumento da autossuficiência e articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e os, processos globais pessoais com comportamentos locais, de tecnologia com sociais, de planejamento com autonomia e da sociedade civil com o Estado.

Para se alcançar o desenvolvimento equilibrado do turismo, em consonância com os preceitos da conservação das áreas naturais, é necessário estabelecer mecanismos de planejamento e de gestão ambiental dinâmicos, flexíveis e integrados. O planejamento deve garantir, ao mesmo tempo, a conservação dos recursos naturais e o uso turístico em harmonia com os interesses e necessidades dos diversos atores sociais envolvidos (Fontoura e Simiqueli, 2006).

A relação intrínseca que existe entre o ambiente natural com o processo de desenvolvimento turístico requer mudanças de atitude, como também garantir o objetivo de conciliar os princípios de um desenvolvimento equilibrado, que conserve os recursos naturais e identificar as necessidades e preocupações das comunidades necessárias para a manutenção do planejamento correto. Para isso se tornar possível na sua prática é necessário um planejamento turístico que contemple uma abordagem global, atrelado as dimensões econômicas, ecológicas e culturais.

Desta forma, é de suma importância o conhecimento acerca de ações de planejamento turístico e ambiental no âmbito técnico, financeiro, institucional e normativo, de modo que contribuam para uma gestão mais eficaz dos aspectos ambientais do turismo. Medidas mitigadoras e ações de conservação podem reduzir o potencial impacto do turismo em áreas naturais, portanto, é importante a conciliação de técnicas de ordenamento do território, que podem auxiliar na gestão do turismo em UCs. Desse modo, fica evidente afirmar que o deve existir um equilíbrio do fluxo de turistas e visitantes com a conservação dos recursos naturais, de modo que ser almejada na busca de um turismo responsável e sustentável.

Historicamente o planejamento turístico tem sido realizado principalmente para o desenvolvimento de equipamentos e serviços em escala pontual ou local. O surgimento do planejamento turístico em escalas maiores do que a escala local é um fenômeno recente. Em particular, a escala regional tem sido crescentemente usada, tanto para fins de planejamento como para investigação turística (Araújo, 2009).

Esse é o caso do Brasil, cujo Ministério do Turismo criou um programa nacional voltado para a regionalização do turismo. Essa escala de planejamento abre novas e importantes possibilidades de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se constitui em tema complexo. Surge, por exemplo, a questão de como envolver vários atores e agentes do turismo, assim como as comunidades e sociedade civil organizada no processo de planejamento (Araújo, 2009).

Nesse sentido, o Brasil, por meio da atuação do Mtur tem a intenção de se incluir a questão da sustentabilidade e do planejamento e gestão das áreas protegidas nos compromissos turísticos e passou a integrar tais questões no PNT (2013/2016) em vigor. Isto pode ser constatado quando se evidencia no referido Plano. Também aproveitamos para incluir conceitos que até então ocupavam uma posição periférica na estratégia de turismo no Brasil. A sustentabilidade é um deles. Embora detenha um quinto das espécies da Terra e tenha 67 parques nacionais

abertos à visitação, sendo por isso considerado pelo Fórum Econômico potência do planeta em recursos naturais, o Brasil jamais teve uma política de turismo em suas áreas protegidas. Além disso, o Mtur tem trabalhado em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, buscando realizar uma visão na qual a natureza do Brasil poderá ser conhecida – e conservada – por todos e com renda para as populações que habitam o entorno dos nossos parques.

Deste modo, de acordo com o instituto, as diretrizes são a vanguarda do SNUC, pois nelas estão presentes, dentre outras, as preocupações com a participação sociedade nas diversas instâncias do sistema, tanto no estabelecimento de políticas, como nos processos de criação e gestão das unidades; com a integração de unidades nas políticas de administração de terras e águas que as circundam; com a sustentabilidade econômica das unidades.

3.2 Gestão do turismo em Unidades de Conservação

A gestão de UCs deve buscar aglutinar esforços constantes para uma gestão integradora, com também a consorciação do desenvolvimento sustentável com alternativas econômicas e sociais na região onde se insere, dentro dos parâmetros técnicos preconizados para cada categoria de manejo legalmente reconhecida (Faria e Pires, 2007).

Faria (2004, p. 39) conceitua a gestão de UCs como:

Um processo que inclui planejamento, coordenação e controle dos componentes políticos, técnicos e operacionais e os atores sociais que incidem sobre o desenvolvimento da área, de maneira a obter-se a eficácia requerida para serem atendidos os objetivos que norteiam a existência da unidade de conservação.

Assim, para que UC atinja seu objetivo é necessário possuir desde sua criação, um orçamento adequado, recursos humanos capacitados, bases institucionais sólidas, apoio a sociedade e harmonização com o cenário político. Além disso, como ferramentas de gestão primordial realização de monitoramento contínuo, pesquisas, zoneamento, visitação ao público, conhecimentos gerais e específicos e entre outras ações que visem o alcance dos objetivos da UCs.

É necessária realização contínua de monitoramento em UCs, considerado um ponto positivo no que tange ao gerenciamento, dessa forma, o Faria (2004) faz

alusão que o monitoramento envolve a avaliação de um objeto ou fenômeno de natureza biológica, exata ou humana, mas, sobretudo no processo de repetição da observação, no espaço e no tempo, mediante o uso de procedimentos metodológicos para a coleta e comparação de dados. É uma ciranda que, ao ser iniciada, entusiasma os sujeitos dessa ação, porque estes veem que os resultados foram válidos e aproveitáveis.

Deste modo, os gestores e técnicos devem internalizar o monitoramento como instrumento imprescindível para conhecer e saber decidir (e quando ir), visando retroalimentar melhorar a efetividade da gestão de modo consistente e sistemático (Faria e Pires, 2007).

Nesse sentido, é pertinente a realização de pesquisas científicas para a geração de conhecimento que possa contribuir para a administração das UCs, sobre isso, Pauda e Chiaravalloti (2010) no manejo das UCs, o conhecimento tem a mesma importância que na sociedade. Quando usamos informação gerada por povos tradicionais ou cientistas, há mais garantia de que eles já foram testados e, conseqüentemente, as ações serão mais efetivas, uma vez que esses dois tipos de conhecimento vêm sendo construídos há centenas de anos.

Portanto, é essencial se apropriar do conhecimento científico e tradicional para o gerenciamento e do manejo das UCs. Em consonância com isso, a eficácia da gestão está fortemente relacionada com o acesso de informações, que por sua vez devem ser apresentadas na forma de documentos (digitais e analógicos) e serem acessíveis para consulta de técnicos e cidadãos. Contudo, todos devem englobar o conjunto de informações relacionadas ao ambiente natural e construído, dentro e no entorno da unidade de conservação com suas características físicas, sociais e econômicas (Debetir e Orth, 2007).

Para tanto, Debetir e Orth (2007), sugerem um sistema de suporte informacional que auxilia no processo de gestão de UCs, este sistema é composto por documentos legais, administrativos e técnicos, ver Quadro 2.

Quadro 2: Sistema de suporte informacional ao processo de gestão de UCs.

TIPOS	CONTEÚDOS
Acervo de documentos legais	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos específicos das unidades de conservação; • Documentos genéricos referentes à gestão ambiental e territorial incidentes na região onde se localizam das unidades; • Registros da situação fundiária (títulos de propriedade).
Planos, programas e projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de manejo e zoneamento; • Programas de atividades;

	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos de obras e ou ações
Relatórios técnicos	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de acompanhamento da implementação de planos, programas e projetos; • Relatórios anuais de apresentação dos resultados – “Avaliação do desempenho da gestão da unidade de conservação”.
Processos administrativos	<ul style="list-style-type: none"> • Pareceres; • Licenciamentos.
Inventários dos recursos da unidade	<ul style="list-style-type: none"> • Patrimônio natural; • Patrimônio histórico cultural; • Benfeitorias; • Materiais e equipamentos.
Controle da qualidade ambiental da unidade conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Situação/valores de referência; • Rotinas de monitoramento.

Fonte: Elaborado com base no quadro desenvolvido por Debetir e Orth (2007).

Portanto, um dos problemas para a gestão do UCs é a dispersão dos documentos legais como também o desconhecimento tanto por parte da comunidade e quanto pelos gestores, desse modo é importante construir e manter atualizado esse tipo de acervo.

Outro suporte essencial para planejamento de UC é a gestão do território, desse modo, a legislação brasileira estabelece um apoio para as iniciativas de gestão do território, que neste caso as estratégias são o zoneamento. Para o SNUC zoneamento é definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com a intenção de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.

Segundo lei do SNUC, Brasil (2002, p.2) o zoneamento ambiental pode ser dividido em setes zonas, a saber:

- I – Zona intangível: primitividade natural intacta. Dedicado à proteção integral;
- II – Zona primitiva: pequena ou mínima intervenção humana;
- III – Zona de uso extensivo: área natural, podendo apresentar alguma alteração;
- IV – Zona de Uso intensivo: área natural ou alterada pelo homem;
- V – Zona Histórica- Cultural: visa proteger os sítios históricos;
- VI – Zona de Recuperação: áreas naturais consideravelmente alteradas pelo homem;
- VII – Zona de Uso especial: é a que contém as áreas necessárias à administração.

Além disso, o SNUC tornou obrigatória a existência de zonas de amortecimento e corredores ecológicos, antes conhecidas como zonas de tampão, para algumas categorias de UCs. O primeiro é definido pelo SNUC como o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a

normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. E o segundo, é entendido como porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando UCs, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

Diante dessa discussão, essas definições devem estar previstas no plano de manejo da UC. O plano de manejo é definido como um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Brasil, 2000).

De acordo com Brasil (2000, p 3) o Art 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de manejo.

§1º. O Plano de manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

§2º. Na elaboração, atualização e implementação do Plano de manejo das Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento sustentável, Áreas de Proteção Ambiental, e quando couber, das Florestas Nacionais e Áreas de Relevante Ecológico, será assegurado a ampla participação da população residente.

§3º. O plano de manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir de sua criação.

Ainda com aplicação no conceito gestão das UCs com o intuito de integrar a conservação com práticas de atividades humanas, ver-se nos últimos anos o estabelecimento de atividades recreativas, educacionais e turísticas. Como estratégias para atingir esse objetivo de gestão percebeu-se a necessidade nas atividades a inclusão da interpretação e educação ambiental como uma ferramenta para a sensibilização dos visitantes.

Quando planejado corretamente e com a devida organização o uso público para visitação, seja por turistas ou residentes do entorno pode contribuir com a geração de benefícios ambientais, econômicos e sociais. O quadro 3 a seguir mostrará de forma resumida alguns benefícios potenciais advindo do uso público em UCs.

Quadro 3: Benefícios aportados pelas UCs a serem abordados nos programas de uso público.

BENEFÍCIOS AMBIENTAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Guardar ecossistemas naturais e modificados que são essências na manutenção dos sistemas sustentadores de vida; • Conservar espécies da flora e fauna silvestre representativos de um ou mais ecossistemas, mantendo a diversidade genética das espécies presentes na área; • Conservação das características biofísicas importantes para a regulação dos ciclos hidrológicos e climáticos local e/ou regional.
BENEFÍCIOS ECONÔMICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de empregos diretos e indiretos às comunidades do entorno elevação dos ingressos em razão do ecoturismo nas áreas silvestres; • Possibilidade de haver aproveitamento direto sustentável dos recursos naturais por meio da coleta de produtos alternativos; • Provimento de barreiras naturais contra enfermidades em cultivos agrícolas e animais de criação.
BENEFÍCIOS SOCIOCULTURAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade para a educação e pesquisa científica; • Manutenção de sítios relevantes à inspiração espiritual, e entretenimento e a recreação; • Proteção e conservação de locais de importância cultura, lugares históricos, monumentos antropológicos, e sítios onde há uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza.

Fonte: Faria e Pires, 2007 (citado por UICN/PNUMA/WWF, 1991).

Um desafio bastante acentuado no manejo é a gestão de visitação, sobre isso, Passold e Kinker (2010), fala que a visitação pública, que pode levar ao desenvolvimento do turismo, com a participação de uma diversidade de atores e forte envolvimento das comunidades locais, é uma das principais atividades geradores de recursos para as UCs e para fora delas, e deve ser estimulado de maneira a potencializar os benefícios, sem interferir na implementação de outros programas e atividades de manejo e ocasionar impacto negativo aos recursos naturais e valores históricos culturais.

Com mecanismo das práticas de conservação, Neiman (2008) visualiza o ecoturismo em UC como uma estratégia de conservação e valorização dos recursos naturais e culturais, pois é uma atividade que busca conciliar a conservação, educação ambiental e benefícios às comunidades receptivas.

Nesse sentido, é pertinente afirmar que no planejamento do uso público e nas práticas do ecoturismo, deve incluir a interpretação e educação ambiental como ferramenta capaz de fazer com que o visitante tenha uma experiência que consiga adquirir conhecimentos, e ser sensibilizado acerca da importância dos princípios da conservação da natureza.

Corroborando com isso, Neiman (2008), ressalta que os participantes da atividade em UCs devem ser levados a trabalhar a sensibilização, a emotividade e intuição. As atividades não podem estar ligadas exclusivamente ao raciocínio, mas sim aos aspectos emocionais. A educação, interpretação e o lúdico são utilizados para possibilitar a expansão da consciência conservacionista através, sempre, do envolvimento afetivo das pessoas com a natureza e a cultura local, numa tentativa de aproximação desse novo território como sendo o seu. Além disso, é pertinente destacar a importância da inclusão da população do entorno no processo de elaboração e implementação de projetos, que visem a viabilidade econômica, vertente ambiental e a inclusão social.

Dessa forma, a eficiência e qualidade da gestão das UCs tornam-se pontos imprescindíveis que tendem auxiliar o desenvolvimento do turismo, podendo assim garantir a conservação dos recursos naturais, inserindo a comunidade do entorno no processo de planejamento e execução do turismo, visando à valorização dos aspectos históricos culturais.

Ainda em se tratando da inclusão e participação social em UCs, tem sido uma estratégia nas políticas ambientais e turísticas, na busca de uma gestão descentralizada e participativa, porém ainda encontra vários desafios e entraves. Nesse sentido, a participação social na gestão de UCs deve ser pautada a partir da aplicabilidade dos princípios relativos à equidade, ética e transparência. Portanto, o próximo tópico abordará acerca da gestão participativa em UCs pautado nos princípios da participação e inclusão social.

4 INCLUSÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM DEBATE SOBRE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Para início de discussão faz-se necessário compreender o que venha ser o conceito e entendimento de exclusão social, em termos teóricos esse conceito é relativamente recente, com a tradição sociológica no início do século XX. De acordo com Nascimento e Costa (2015) a noção de inclusão social não é simples ou passível de redução em termos teóricos, mas se a associa a uma leitura complexa do processo social. Embora, o excluído seja considerado como “aquele que está fora”, o fenômeno da exclusão não pode ser interpretado apenas pela perspectiva desse binômio: *est ar fora/ estar dentro*, ou *inside/outside*, já que ambas as condições são sempre relativas de moveis. A exclusão ou processo de exclusão social ocorre sempre em sentido plural e implica em diversidade. Por isso mesmo, as razões da exclusão podem ser as mais distintas e suas manifestações refletem dimensões variadas da mesma problemática. As exclusões podem ser de caráter religioso, cultural, econômica, político.

Em contraponto ao debate de exclusão social, a temática da inclusão social pode ser entendida com mais clareza e compreendida. Desse modo, a questão da inclusão social é normalmente abordada como o reverso da noção de exclusão social. Por vezes, internaliza a abordagem sobre a inserção econômica, mas tende a ser entendida como um processo, sobretudo de reconhecimento social e de acesso a direitos. Esses decorrem, em grande parte, do grau de participação dos indivíduos e de suas associações na gestão da “coisa pública”. Em geral, o sentido de inclusão social tanto de ponto de vista econômica, quando política, releva o grau de democratização e disseminação de direitos que uma determinada sociedade alcançou (Nascimento e Costa, 2015).

No tocante a inclusão social aplicado as UCs e Turismo têm se o registro que para o naturalismo reativo do final do século XIX, quando foi criado o primeiro parque nacional em Yellowstone, nos Estados Unidos, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem pelo estabelecimento de ilhas, para que o homem moderno pudesse admirá-la e reverenciá-la. Desse modo, o modelo de parques nacionais sofreu críticas tanto dentro quando fora dos Estados Unidos, sem que parte das críticas internas partiu dos preservacionistas puros (Diegues, 1996).

A criação dos parques obedeceu a uma visão antropocêntrica, na medida em que beneficiava as populações urbanas e valorizada, principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos seres humanos. Os idealizadores dos parques nacionais negam que a natureza selvagem tenha direitos e um valor em si própria, e que deva ser protegida por suas qualidades intrínsecas. Esse modo de preservação da natureza é inadequado e injustamente seletivo, pois privilegia áreas naturais que são apelativas do ponto de vista estético, segundo valores ocidentais, como florestas grandes rios, canyons, discriminando áreas naturais menos nobres, como pântanos, brejos etc., ainda que esses ambientes possam ser essenciais para o funcionamento dos ecossistemas (Rodman, 1973 apud Diegues, 1996).

Considerando a importância da simbiose homem-ciclos naturais existentes nas populações tradicionais, a noção de parques ou áreas naturais protegidas que excluam as populações tradicionais é incompreensível para as culturas portadoras desse pensamento bioantropomórfico. A disjunção forçada entre a natureza e a cultura tradicional, em que os homens são proibidos pelo Estado de exercer as suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa a imposição de um mito moderno: o da natureza intocada e intocável, próprio da sociedade urbano-industrial sobre mitos das sociedades tradicionais (Diegues, 1997).

As áreas naturais que são sujeitas a um regime de proteção externo, com território definido pelo Estado, cujas autoridades decidem as áreas a serem colocadas sob proteção e sob que modalidade, e que, independentemente, formulam e executam os respectivos planos de manejo. As pessoas que vivem no interior ou no entorno das áreas não participam em nada destas decisões. Mais que isso, as decisões costumam ser mantidas em sigilo até sua transformação em lei, justamente para evitar movimentações sociais que possam criar embaraços para os planejadores oficiais. Assim, esse modelo supõe uma dicotomia conflitante entre ser humano e natureza; supõe que as comunidades locais são incapazes de desenvolver um manejo mais sábio dos recursos naturais (o que pode ser verdade nos casos de extrativismo comercial em grande escala, mas não em todos os casos); e finalmente, que estas áreas podem ser perpetuadas num estado de natural equilíbrio (Arruda, 1997).

O mesmo autor ainda faz alusão das consequências indesejáveis que esse modelo tem provocado, a saber:

- Tem promovido em muitas comunidades humanas impactos nocivos em suas condições de vida.
- Tem se somado aos processos de expulsão das populações tradicionais para as periferias das cidades, engrossando as multidões em situação de miséria e a proliferação de favelas.
- Muitas vezes promovem uma maior degradação ambiental. Em muitos países do terceiro mundo tem elevado o nível de destruição florestal, à medida que a população expulsa passa a ocupar e derrubar novas áreas para moradia.
- O crescimento do conflito rural. As restrições decorrentes do estabelecimento de unidades de conservação de uso restrito tem produzido descontentamento crescente em muitos países. No Brasil, país com graves problemas de desemprego urbano, má distribuição de renda e estrutura fundiária superconcentrada, a contribuição desse modelo para o agravamento da situação rural tem sido grande.
- Em contrapartida, pressões de grupos econômicos e, de outro lado, das populações locais mais organizadas, somados com as dificuldades financeiras, operacionais e políticas de fiscalização e manejo destas áreas fazem com que a legislação, em parte ou totalmente, não seja cumprida.

Corroborando com esse pensamento Mendonça e Irving (2004) afirmam que a realidade contemporânea, no entanto, mostra que o modelo de desenvolvimento econômico vigente não pode mais ser mantido, pois as diversas estratégias econômicas em curso estão associadas a um sistema político-operacional que rapidamente destrói dois processos importantes para a vida humana: o processo de manutenção de recursos naturais e o desenvolvimento das comunidades locais. Em todo o mundo há inúmeras evidências de que as diversas atividades econômicas têm ação destrutiva em áreas cada vez maiores, afetando de forma significativa a qualidade de vida das comunidades locais. Na atividade turística, este contexto não é diferente. Em diversos empreendimentos turísticos, a cultura local tem sido elemento muitas vezes negligenciado; a apropriação de terras para a criação de parques e outras UCs, assim como a escolha de locais para a instalação de grandes complexos hoteleiros está frequentemente associada a riscos e injustiças sociais.

Com a emergência desses novos modelos de desenvolvimento, a conservação da bio e geodiversidade adquiriu uma nova dimensão, ou seja, ultrapassou a ideia

que a conservação deveria ser separada das atividades humanas, considerando a conservação como agente de transformação social.

Os esforços da conservação passaram a ter que identificar e promover os processos sociais que permitem às comunidades locais a conservar a geo e biodiversidade como parte de seus modos de vida. As expressões ligadas à participação e inclusão social passaram a fazer parte da linguagem de muitas agências de desenvolvimento e políticas públicas (Bensusan, 2006).

A preocupação com as "populações tradicionais" que vivem em UCs é relativamente recente no Brasil, pois até pouco tempo eram consideradas "caso de polícia" e deveriam ser expulsas da terra em que sempre viveram e foram transformadas em parques e reservas. Essa visão preservacionista "pura" em oposição a uma outra visão de UCs integrada à sociedade reflete a própria constituição e história do conservacionismo brasileiro. A partir de meados dos anos 1980, começa a surgir um outro tipo de ambientalismo, mas ligado às questões sociais. Esse novo movimento é mais ativo e surge no bojo da redemocratização, após décadas de ditadura militar. Esse novo ambientalismo é muito crítico do modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza que teve seu apogeu durante o regime militar (Diegues, 1997).

No cerce da discussão acerca das populações tradicionais em UCs, é pertinente conceituar o significado dado às populações tradicionais, tendo em vista que não há um consenso acerca da conceituação dos termos de populações nativas, tribais, indígenas e tradicionais, além de que se confunde bastante com o conceito de comunidade, dessa forma, este estudo apoiou-se em dois conceitos. O primeiro citado por Diegues e Arruda (2001, p.27) que define como "grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza". E o segundo escolhido foi o da legislação brasileira a partir do Decreto nº 6.049 (2007) que entendido como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Estabelecido delimitação conceitual acerca das populações tradicionais, que também poderá ser mencionado como população residente ou local. Portanto, faz-se necessário discutir que, atualmente, as questões das populações tradicionais no interior ou no entorno de conservação sempre tem sido desafiador nas UCs. Pois, as estratégias e instrumentos de inclusão social não têm sido muito eficientes.

Em se tratando de inclusão social é pertinente fazer alusão o que a autora Irving (2010) afirma que a promoção de inclusão social está diretamente ligada a formação de uma consciência crítica e cidadã na sociedade que contemple aspectos relacionados a educação, a ética, a solidariedade a responsabilidade nas ações e no compromisso com os direitos e interesses coletivos, de forma que o cidadão passe a assumir um papel central e decisivo, ao lado do poder público, no processo de desenvolvimento do país.

Ainda sobre isso, Irving (2010) reafirma que nessa lógica, o compromisso de inclusão social pressupõe a articulação de políticas econômicas, sociais e também ambientais, integrando questões relacionadas à inserção (ou reinserção) no mercado e ao fortalecimento da noção de cidadania e dos espaços de participação social, de maneira a possibilitar a minimização dos processos que levam a desigualdade social. E para tal, o ponto de partida parece ser o reconhecimento de que o conflito faz parte das sociedades humana e que, se este não for explicitado, radiografado e discutido, não será possível uma construção de políticas públicas consistentes, baseadas na realidade e nas dinâmicas sociais a ela associadas.

Quadro 4: Dimensões para interpretação da inclusão social no turismo

DIMENSÕES	TEMAS DE ANÁLISE
Política	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Formação cidadã no sentido de adquirir condições efetivas para participar e se fazer representar na esfera política ✓ Espaço para o exercício dos direitos e deveres do cidadão ✓ Descentralização de poder e das ações por parte dos órgãos governamentais ✓ Acesso ao processo de tomada de decisão por todos os atores sociais envolvidos no desenvolvimento do turismo.
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reconhecimento, valorização e fortalecimento das tradições, aspectos e costumes da população residente nos destinos turísticos; ✓ Proteção e conservação do patrimônio histórico artístico cultural das destinações turísticas
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conservação dos recursos renováveis; ✓ Acesso a visão coletivo do patrimônio natural ✓ Incentivo a adoção de práticas sustentáveis de conservação dos recursos não renováveis
Social	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fortalecimento/melhoria das relações sociais; ✓ Prevenção/combate aos problemas sociais gerados pelo turismo (violência, tráfico de drogas, prostituição, exploração sexual infantil e etc.);

	✓ Prevenção contra exploração de turistas
Humano	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acesso a oportunidades de se fazer turismo ✓ Educação como meio de inserção no mercado de trabalho ✓ Acessibilidade a novas tecnológicas ✓ Acesso aos meios de créditos ✓ Investimento na melhoria das infraestruturas básicas e turísticas
Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento da oferta de empregos; ✓ Emprego reconhecimento pela legislação ✓ Estabilidade nos postos de trabalho

Fonte: Elaboração própria adaptado da fonte de Sancho (2007) e Irving (2010)

O Sancho (2007) e Irving (2010) abordam a temática da exclusão social como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura de vínculos, em quatro dimensões e perspectivas da existência humana em sociedade: trabalho, social, política e cultural. A vulnerabilidade do trabalho recai sobre o aumento do desemprego, do emprego precário e da instabilidade a ele associada. Com relação à dimensão social, há a ruptura e/ou fragilização das relações familiares, de vizinhança e no interior do grupo social, levando o indivíduo ao isolamento e a solidão. Na dimensão política, as trajetórias envolvidas se baseiam na precariedade no acesso e no exercício dos direitos de cidadão e na impossibilidade de participação e representação na esfera pública. Na dimensão cultural, exclusão se caracteriza pela indiferença, discriminação e pelo não reconhecimento dos costumes e tradições culturais de um determinado grupo social. Além dessas dimensões, a interpretação do tema exclusão/inclusão social requer ainda uma nova leitura sob a perspectiva das dimensões ambiental e simbólica. Assim, para se pensar mecanismos futuros para a avaliação de políticas públicas de proteção da natureza, em sua vertente de inclusão social, algumas dimensões de análise precisam ser consideradas e estão sistematizadas no quadro 4.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da atividade turística em UCs pautado no planejamento adequado e com devida organização pode se constituir em uma relevante alternativa para a conservação da biogeodiversidade, promoção da inclusão social e redução da pobreza na sociedade contemporânea. Quanto ao planejamento e o desenvolvimento do turismo em UCs, é importante que seja pautada nos princípios da participação e inclusão social, de forma democrática e descentralizada, incluindo os diferentes atores sociais nos processos de tomadas de decisões.

Dessa forma, as populações tradicionais no entorno e no interior das UCs têm a chance de uma inclusão social, através de sua inserção nas atividades ligadas ao

turismo. Nesse sentido, é indispensável uma gestão eficiente vinculado a parcerias públicas e privadas visando proverem a infraestrutura necessária para que realmente possam influenciar de maneira positiva nas condições de vida dessas populações.

O turismo, organizado pela cooperação e sinergia entre os atores sociais, produz um valor social agregado intangível. É uma oportunidade de fortalecer as relações entre as pessoas que moram e convivem em uma mesma região. Elas têm a possibilidade de se mostrarem como realmente são, podendo relatar seus costumes, valores e sua história, e ainda agregar renda pela venda de serviços (Mielke, 2009).

As comunidades e suas organizações políticas vinculado com o desenvolvimento do turismo vêm discutindo qual são suas contribuições e a dos parceiros da sociedade civil no processo de gestão e consolidação das UCs. Os resultados desse debate foram compilados por Abreu e Pinheiro (2012) citado por Queiroz Silva, no Seminário de Reflexão sobre a Categoria RESEX (WWF-Brasil, 2008), destacando as seguintes contribuições:

Quadro 5: Contribuição de cada entidade na gestão de UC

<p>COMUNIDADE DA UC</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a associação local, por meio de assembleias, encontros, oficinas e reuniões; • Vigiar e zelar o patrimônio natural da UC; • Manter as atividades produtivas e extrativistas com qualidade e de acordo com o Plano de Manejo; • Oportunizar a capacitação do seu capital social; • Participar das discussões sobre o Plano de Gestão e constituição do Conselho Gestor; e • Informar-se sobre as políticas previstas para a UC
<p>ASSOCIAÇÃO LOCAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Representar os interesses das comunidades da UC; • Identificar as demais entidades e estabelecer parcerias; • Indicar as entidades para composição do Conselho Gestor; • Acompanhar e opinar sobre a elaboração do Plano de Gestão da UC; • Cobrar do órgão gestor a implementação das políticas previstas para a UC; • Participar de eventos formativos e de intercâmbios; e • Propor projetos/ convênios para seu fortalecimento institucional e extrativista/produtivo;

<p>ENTIDADES PARCEIRAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunizar a formação das lideranças de base e intercâmbios; • Denunciar os descasos, violações de direitos civis, de posse da terra e cobrar a implementação das políticas previstas para a UC; • Indicar oportunidades de captação de recursos para projetos de fortalecimento institucional e extrativista/ produtivo; • Se fizer parte do Conselho Deliberativo, colaborar com as discussões da UC; e • Apoiar as lideranças (Diretoria) da associação local
-----------------------------------	---

Fonte: Elaboração própria compilada por Abreu e Pinheiro (2012) citado por Queiroz Silva

Na gestão participativa das UCs é preciso o envolvimento sistemático dos agentes sociais na tomada de decisão, mas esse processo é complexo e exige responsabilidade e interdependência dos envolvidos (Aires e Irving, 2006). De forma mais direta pode-se afirmar que uma gestão participativa garante sucesso quando gera impactos que atendam simultaneamente a interesses ecológicos e sócio-econômico-culturais.

Os processos participativos, além de serem diretrizes legais, são fundamentais para que os projetos desenvolvidos com comunidades habitadas em Unidades de Conservação (UCs) alcancem seus resultados com eficácia. Entretanto, a sua prática é um desafio. O diálogo de qualidade, que poderia ser alicerce para a qualificação da participação é muitas vezes desconhecido em seu significado e potencialidade. Caso a participação e o diálogo fossem instaurados, desde o início do processo de criação das UCs, talvez alguns dos graves conflitos que lhes são comuns, tais como: desmatamento criminoso, disputa de territórios, invasões ilegais, violência contra analistas ambientais, pudessem ser amenizados, incluindo conflitos socioambientais comuns ao turismo. Neste caso, todas as ações contemplariam, implicitamente, a variável da legítima participação, com a aprendizagem social e o empoderamento comunitário (Minari e Rabinovici, 2014).

A interferência humana apresenta profunda complexidade quando se trata de manejo em áreas com exuberância de recursos naturais. As comunidades tradicionais apresentam uma interação maior com esse meio, diferente das urbanas, que cada vez mais estão se distanciando desse ambiente. A interferência ocorre em maior ou menor intensidade. As populações tradicionais desempenham um papel de fundamental importância para a preservação da diversidade ecológica. Respeitando

sem dúvida, a diversidade cultural existente formando uma nova aliança entre homem e natureza (Diegues, 2000).

No tocante, ao processo de criação e gestão das UCs sem a devida preocupação com a realização de estudos que leve em consideração a compreensão acerca do modo de vida e das relações sistêmicas entre as populações residentes e a natureza, juntamente com um planejamento coerente visando o desenvolvimento local tendo em vista as necessidades locais gera um cenário de conflitos.

É importante destacar que a participação e inclusão social das populações residentes nas UCs é um procedimento complexo e que tem sido bastante debatido e entendido da relevância disso no processo de planejamento e apoio a gestão da UC e do turismo. De maneira contrária, ocorrendo na prática de modo pontual, sem a devida atenção peculiar, perdem-se os benefícios e oportunidades de ampliação e fortalecimento das relações entre os atores.

Como mecanismo para garantir que as populações tradicionais sejam incluídas no processo de inclusão social no turismo, no âmbito das políticas públicas tem percebido uma intenção de considerar esse processo de suma importância e tentativa de elaborar ações e estratégias objetivando o turismo e a natureza como uma alternativa para atingir o objetivo da inclusão social.

4.1 Políticas Públicas de Turismo e Natureza: Perspectivas acerca da Inclusão Social

Esse tópico ficou reservado para apresentar e discutir acerca das políticas públicas de turismo e da proteção à natureza que traz no cerne da discussão a perspectivas acerca do processo e a importância da inclusão social.

- Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC

Inicialmente, será feito a discussão sobre a lei nacional brasileira na qual é relevante no estabelecimento de criação e gestão de UCs. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) da Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. O SNUC representa um avanço em relação aos demais instrumentos legais, onde o

destaque ficou dado ao estabelecimento dos instrumentos de gestão com participação da sociedade civil, como o conselho gestor e o plano de gestão, na qual ficou acordado que as populações residentes do entorno tenham oportunidade de participar de forma democrática na criação e gestão das UCs.

No artigo 4º do SNUC onde está exposto com objetivos das UCs, o último objetivo é proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo socialmente e economicamente. Enquanto no artigo 5º foram estabelecidas as diretrizes, aonde a terceira diretriz diz respeito a assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das UCs. E o décimo objetivo relata que deve garantir que às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das UCs meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos.

Ainda é assegurado pelo SNUC que na elaboração do plano de manejo atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente. Como também estabelece que na composição do conselho gestor, seja ele deliberativo ou consultivo, da oportunidade para o envolvimento dos diversos autores da sociedade civil.

Segundo Lino (2000), os principais avanços com a instituição formal do primeiro SNUC no Brasil, foram:

- Reconhecimento da existência de populações tradicionais em várias unidades; respeito aos seus interesses de cidadania e a percepção dessas comunidades como possíveis e importantes aliados para a conservação da natureza.
- Colaboração para uma gestão mais integrada e participativa, colocando as unidades definitivamente entre os instrumentos de ordenamento territorial em nosso país.
- Exigência da criação de conselhos (consultivos e deliberativos) para a gestão de unidades de conservação, envolvendo vários setores da sociedade.

- Diretrizes voltadas para a busca de parceiros, onde a criação, o planejamento e a gestão das unidades passam pela participação das populações tradicionais.

- Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP

No ano de 2006, foi instituído o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), por meio do Decreto no 5.758, integrando ações e metas para a gestão ambiental, como também estratégias para o desenvolvimento de um sistema de áreas protegidas. Neste plano, houve o avanço de considerar as Terras Indígenas e Quilombolas no processo de inclusão e participação social, que antes foram esquecidas nas políticas e leis.

Desse modo, o plano é composto por 4 eixos temáticos, dentre eles será dado destaque ao eixo que pressupõe os princípios da gestão participativa e da inclusão social, que é o eixo Governança, participação, equidade e repartições de custos e benefícios. Esse plano prevê ações relacionadas como: participação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais na gestão das UCs e demais áreas, como também estabelecimento de sistemas de governança participativa e repartições equitativa dos custos e benefícios.

- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)

Outros instrumentos legais foram criados e que servem de referência para promover e garantir a participação da sociedade no processo de planejamento e gestão das UCs, além dos documentos citados vale destacar, sobretudo, no tocante à gestão das UCs, como o Decreto nº 6.040/2007, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e as Instruções Normativas do ICMBio nº 01/2007, nº 02/2007, nº 03/2007 e nº 04/2008, que tratam sobre a participação da sociedade nas ações pertinentes à gestão das UCs.

A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento,

fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Além disso, é constituído por princípios e objetivos específicos que tratam sobre garantir os direitos das comunidades tradicionais entre acesso aos recursos e os direitos sociais.

Agora em se tratando de políticas públicas de turismo sob a perspectiva da inclusão, foram escolhidas duas políticas, primeiro a Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo e em segundo e por último o Plano Nacional de Turismo 2007/2010.

- “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”

Em 1994, foi elaborado o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, fruto de um grupo de trabalho interministerial (Ministério da Indústria e do Comércio e do Turismo do Meio Ambiente e da Amazônia Legal). Onde o ecoturismo foi conceituado como

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p. 19).

A partir do conceito é possível perceber que há uma preocupação com as populações residentes. O objetivo central estabelecido nesse documento prevê que seja feita articulação entre os agentes governamentais, como também setor público e o envolvimento da comunidade local. A partir desse objetivo foram definidas 9 ações, onde a última está relacionada com a participação comunitária, que tem como direcionamento principal buscar o engajamento das comunidades localizadas em destinos ecoturísticos, potenciais e existentes estimulando-as a identificar no ecoturismo uma alternativa econômica viável.

- Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão

Ainda na perspectiva de contribuir para discussão da atividade turística e promoção da inclusão social, encontra-se no âmbito das políticas públicas de turismo o Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – “Uma Viagem de Inclusão”. A

escolha desse plano deu-se pelo motivo de ser o único plano que trabalhou a temática da inclusão social com mais veemência do que os demais.

O PNT 2007/2010 traz também uma mudança importante com relação ao enfoque dirigido às estratégias de desenvolvimento para o setor, ao priorizar o fortalecimento do turismo interno, como caminho para a promoção da inclusão social. Como resultado desse direcionamento, o objetivo central do PNT 2003/2007, dirigido à ampliação dos índices de entrada de turistas estrangeiros no país, adquire apenas foco secundário na política (Sancho e Irving, 2011).

O sentido profundo do Plano Nacional do Turismo 2007/2010 é a inclusão social. Trata-se de erguer pontes entre o povo brasileiro e as esferas de governo federal, estadual e municipal, bem como da iniciativa privada e do terceiro setor, para construir um lazer que seja também uma visão compartilhada da nossa terra, da nossa gente, da nossa imensa vitalidade econômica, cultural e ambiental. Trata-se de um importante estímulo para o turismo interno, que vai retribuir em empregos, desenvolvimento e inclusão social. Não se trata apenas de incentivar um negócio, mas de transformar em cidadania o direito de conhecer o nosso país e a nossa identidade (Brasil, 2007).

Considera-se a ideia de inclusão social é ainda superficial e não clara, ficando restrito no incremento do mercado turístico, levando em conta as perspectivas da geração de emprego e ampliação do acesso ao mercado como fatores para inclusão. Portanto, Sancho e Irving citado por Escorel (1997), afirma que o PNT 2007/2010 deixa de abordar outras questões relevantes de ordem social, ambiental, cultural e política. Isto porque o compromisso de inclusão social envolve também a garantia de direitos sociais e políticos, universalidade da condição de cidadania, participação ativa da sociedade nos processos decisórios, igualdade de oportunidades, adoção de práticas e condutas sustentáveis, acesso a condições mínimas de habitação, educação, saúde, entre outras.

5 METODOLOGIA

A seguir são apresentados os itens que compõe a metodologia. O primeiro refere-se ao tipo de estudo realizado. O segundo trata das populações e amostras utilizadas no estudo. O terceiro item refere-se aos instrumentos utilizados na coleta de dados. No quarto item são abordados os procedimentos utilizados na coleta de dados. No quinto e último item são apresentadas as técnicas utilizadas na análise e interpretação dos dados.

5.1 Tipo de Pesquisa

Para elaboração do presente estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica em todo o processo investigatório que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003) tal pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia tornada público em relação ao tema de estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. Portanto, para realização da pesquisa bibliografia, foi feito um levantamento de material teórico compreendido em livros, artigos, dissertações e teses.

A busca foi realizada no acervo da Biblioteca Central Zila Mamede, Biblioteca do CCSA e do Ceres, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bem como foi realizado buscas em fontes de internet, como via Google acadêmico, periódicos Capes, em especial nas revistas qualificadas em turismo em nível nacional e internacional (inglês e espanhol), como também foi utilizada para busca a base digital de teses e dissertações. A busca resultou em textos selecionados e filtrados a partir de “palavras chaves” como, Unidades de Conservação/Áreas Naturais Protegidas, Turismo, Gestão, Planejamento e Inclusão Social.

O presente estudo contou com pesquisa documental, que consiste em uma pesquisa a fontes de coleta de dados, onde está restrita a documentos, constituído o que se denomina de fontes primárias (Marconi e Lakatos, 2003). Desse modo, foi realizado levantamento dos documentos da APARC e APAJ desde oficialização até o ano de 2015 e que compreendeu documentos como: decreto de criação, plano de manejo, regimento interno, diagnóstico turístico e atas de reuniões do Conselho Gestor.

A pesquisa se caracteriza como pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória porque teve como principal finalidade desenvolver, esclarecer e

modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problema mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Além disso, tem objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. É descritiva porque teve como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 1994).

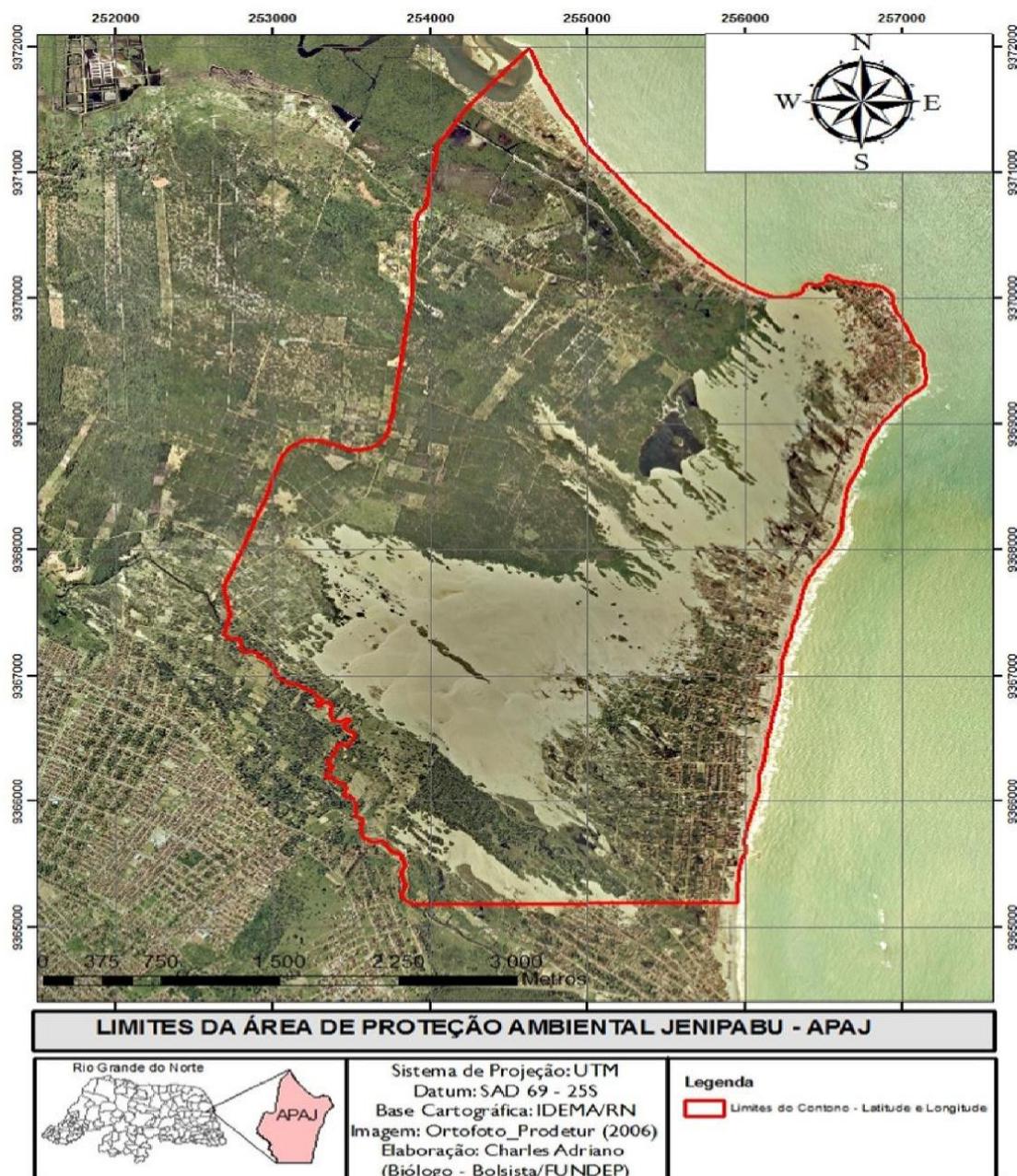
Por fim, contou com uma abordagem qualitativa, que para Minayo (2001), trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

5.2 Caracterização da área de estudo

Área de Proteção Ambiental de Jenipabu

A Área de Proteção Ambiental de Jenipabu foi criada através do Decreto Estadual N° 12.620 de 17 de Maio de 1995, com o objetivo de ordenar o uso, proteger e preservar os ecossistemas de praias mata atlântica e manguezal, lagoas, rios e demais recursos hídricos, dunas e espécies vegetais e animais presente nos municípios de Natal e Extremoz. Com uma área de 1.881 hectares, a APA Jenipabu, assegurando a preservação ambiental de uma área de tabuleiros, bem como o importante complexo dunar de Jenipabu, região com intensa atividade turística (SECOM/IDEMA, 2014). O mapa 1 apresenta os limites da APA Jenipabu e seus respectivos municípios.

Mapa 1: Localidades vizinhas à APARC



Fonte: SECOM/IDEMA, 2014.

Em termos de infraestrutura, esta UC dispõe de uma sede, o Ecoposto, localizado no município de Extremoz/RN. O Ecoposto é um conjunto de três prédios em uma mesma área, composto por uma sede administrativa, uma casa do pesquisador e uma casa para alojamento da Companhia Independente de Proteção Ambiental – CIPAM (SECOM/IDEMA, 2014).

A Área de Proteção Ambiental Jenipabu - APAJ é também composto por um Conselho Gestor. Este colegiado foi instituído através do Decreto Estadual N°

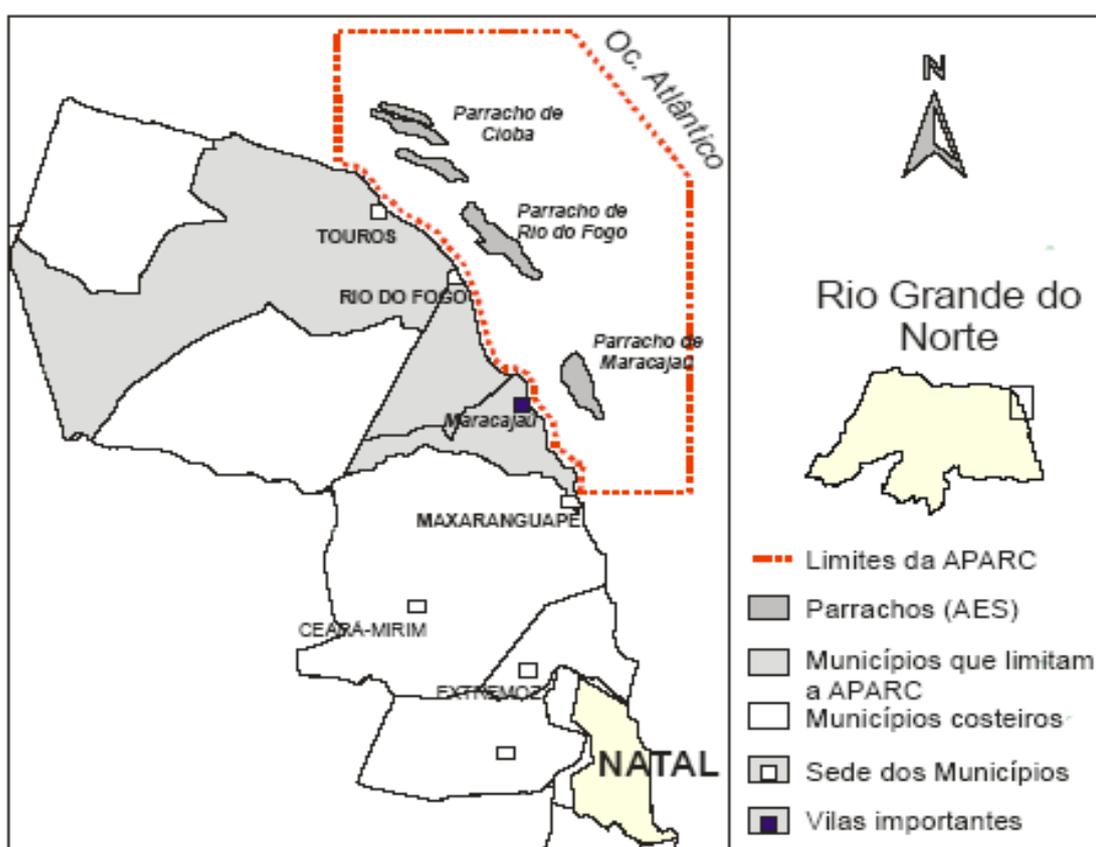
19.139 de 05 de Junho de 2006. O mesmo é composto por IDEMA, SETUR, Representante do segmento das empresas de hospedagens e de alimentação, Representante dos prestadores de serviços de passeios de buggy, Representantes de entidades de moradores das comunidades de Natal e Extremoz, inseridas na APA e em seu entorno imediato, Representantes de entidades ambientalistas sediadas em cada município, Prefeituras dos municípios de Extremoz e Natal, Câmara de Vereadores dos municípios de Extremoz e Natal, IBAMA, SPU e Duas entidades de ensino e pesquisa que desenvolvam atividades na área da APAJ (SECOM/IDEMA, 2014).

A Área de Proteção Ambiental Jenipabu – APAJ possui o seu Plano de Manejo desde 2009 e foi instituído através da Lei N° 9.254 de 06 de Outubro de 2009, o Zoneamento Ecológico Econômico (SECOM/IDEMA, 2014).

Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais

A APARC foi criada através do Decreto estadual n° 1 5.476, de 6 de junho de 2001, sua área é de 32500ha. Ela engloba três parrachos: Cioba, Maracajaú e Rio do Fogo. A qual está localizada na plataforma rasa adjacente aos municípios de Rio do Fogo, Touros e Maxaranguape (Figura 3) (Amaral *et al.*, 2005).

Figura 3: Localização da APARC.



Fonte: Amaral *et al*, 2005.

Os objetivos de criação da APARC foram: proteger a vida marinha presentes na área com ocorrência de recifes de corais e suas adjacências; controlar e normatizar as práticas de ecoturismo comercial, do mergulho e da pesca local; desenvolver na comunidade, nos empreendedores e visitantes uma consciência ecológica e conservacionista sobre o patrimônio natural e os recursos ambientais marinhos; incentivar a utilização de equipamentos de pesca artesanal ecologicamente corretos e incentivar a realização de pesquisas para a identificação e o comportamento dos organismos marinhos visando propiciar um maior conhecimento do ecossistema (Rio Grande do Norte, 2001).

O Conselho Gestor é presidido pelo IDEMA e por um membro representante de cada um dos seguintes órgãos, entidades e segmentos (Rio Grande do Norte, 2001, p.3).

- Secretaria de Estado de Turismo;
- Prefeituras Municipal de Touros, Rio do Fogo e Maxaranguape.
- Câmara dos vereadores de Touros, Rio do Fogo e Maxaranguape;
- Empresários do turismo que praticam passeios marítimos na área da APA;
- Mergulhadores;
- Organização não governamental ambientalista sediada e atuante nos Municípios abrangidos pela APA;
- Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU);
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
- Secretaria Especial de Agricultura e Pesca (SEAP)
- Colônia de pescadores de Maracajaú, Touros e Rio do Fogo; e
- Associação de moradores das praias dos Municípios de Touros.

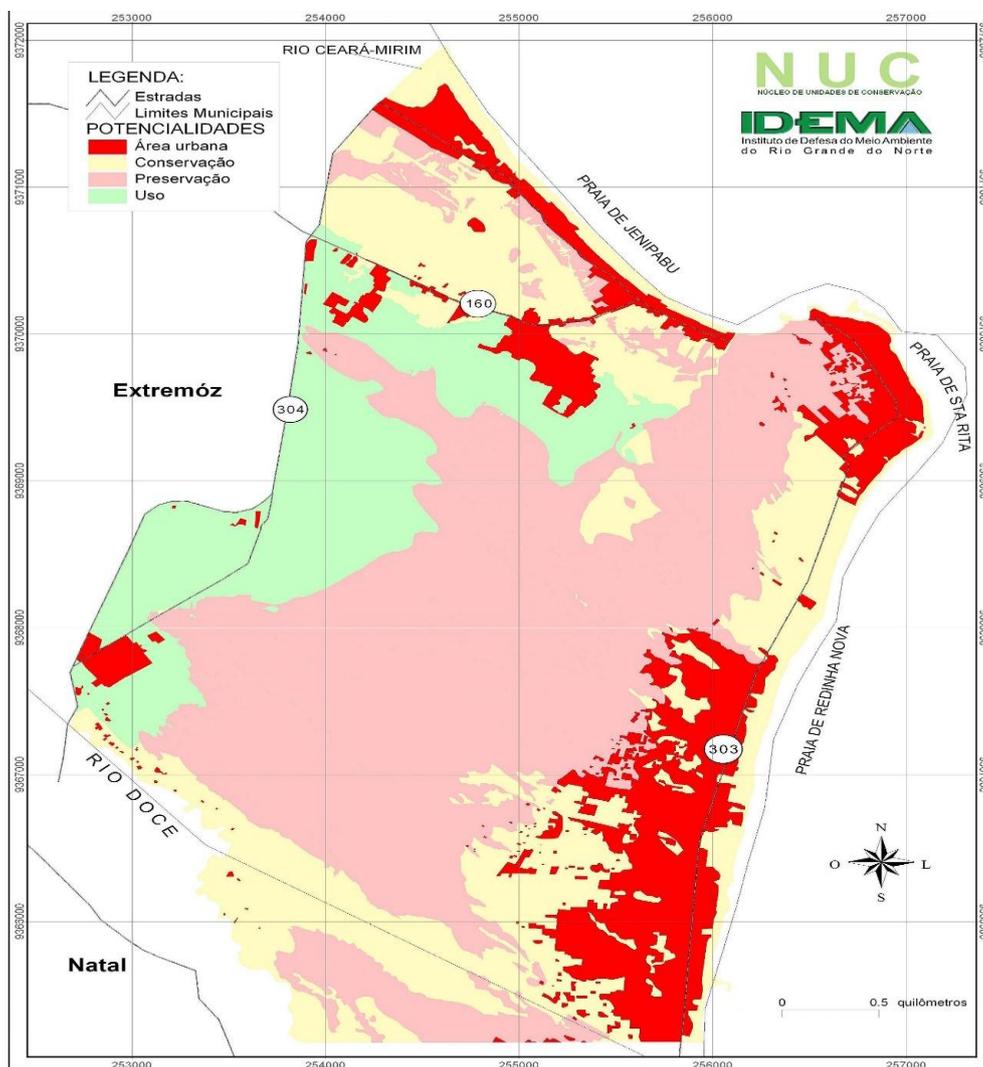
No entanto, existem assentos que não possui representante que são Colônia de Pescadores de Touros, associação de moradores das praias do município de Maxaranguape e dos empresários. As principais atividades desenvolvidas na APARC são o turismo e pesca. Em Maracajaú o turismo encontra-se consolidado, enquanto a pesca está descaracterizando. Já em Perobas o turismo ainda está em fase inicial e a pesca ainda é considerada como a principal atividade econômica da

comunidade. No tocante ao turismo, este se concentra nos passeios aos parrachos e o maior fluxo encontra-se na comunidade de Maracajaú. Em Perobas, duas empresas fazem os passeios aos parrachos e em Rio do Fogo tal atividade ainda está em fase de cadastramento e qualificação dos pescadores que tem interesse em oferecer transporte para os passeios aos recifes de corais.

5.3 Abrangência da Pesquisa

O universo desta pesquisa foi composto pelas comunidades que fazem parte (ou está na área de influência) da APAJ e APARC e os respectivos gestores. Assim, a APA Jenipabu abrange porções territoriais dos municípios de Extremoz (96,9%) e Natal (3,1%), incluindo as praias de Redinha Nova, Santa Rita e Jenipabu, as quais foram escolhidas para a realização da pesquisa (ver no mapa 2 a seguir).

Mapa 2: Localidades vizinhas à APARC



Fonte: Idema, 2014.

Na APARC, foram observados os locais de acordo com o diagnóstico turístico as comunidades litorâneas vizinhas à APARC, ou seja, as que estão mais diretamente relacionadas à ela e podem ser vistas na Tabela 1.

Tabela 1: Localidades vizinhas à APARC

Touros	Buracos Caina Cajueiro Carnaubinha Sede Gameleira Lagoa do Sal Monte Alegre Peroba Ponta do Calcanhar Ponte São José Tourinho	Rio do Fogo	Barra do Punaú Estrela do Mar Pititinga Sede Zumbi	Maxaranguape*	Caraúbas Maracajaú Sede
	População total das localidades		12.861		População total das localidades

*Não foi informado a quantidade de pessoas por localidade e sim por distritos, uma divisão maior que aquela.

Fonte: Secretarias Municipais de Saúde de Touros, Rio do Fogo e Maxaranguape, 2009.

Fonte: Diagnóstico turístico APARC, 2009.

Para realização do diagnóstico turístico da APARC nesta dissertação, foi considerada uma área de estudo mais específica, levando-se em consideração a presença da pesca e do turismo. Sendo assim, a área de estudo por município ficou como apresentado na tabela 2.

Tabela 2: Área de Estudo diagnóstico turístico APARC.

Touros	Cajueiro* Carnaubinha Sede Peroba	Rio do Fogo	Barra do Punaú** Pititinga Sede Zumbi	Maxaranguape***	Caraúbas Maracajaú Sede
	População total das localidades (sem Cajueiro)		6.990		População total das localidades
População Total da área de Estudo					18.169

*Cajueiro, com uma população de 2.289, faz parte da área de estudo, entretanto, ele não será incluído no coleta de dados do campo, uma vez que é o local com menos expressividade de turismo de segunda residência em comparação com os outros locais de Touros. Outros fatores levados em consideração foram o tempo e os recursos para a realização da coleta de dados. Porém, esta lacuna será preenchida com informações da Secretaria de Turismo de Touros.

**Punaú é uma comunidade agrícola, mas parte se seu território é litorâneo e nesta parte fica localizado um equipamento turístico. Este será alvo de estudo juntamente com seus funcionários, não a população da área que é de 55 pessoas.

***Não foi informado a quantidade de pessoas por localidade e sim por distritos, uma divisão maior que aquela.

Fonte: Secretarias Municipais de Saúde de Touros, Rio do Fogo e Maxaranguape, 2009.

Fonte: Diagnóstico turístico APARC, 2009.

No entanto, para esta pesquisa, foi realizado um recorte de comunidades, tendo em vista a limitação de tempo e recursos financeiros (que referem-se a atuação do pesquisador) e dois critérios relativos a localidade em si, a saber: a sede do município e a comunidade que tem mais expressividade no turismo e na pesca (considerando dados do diagnóstico turístico da APARC). Dessa forma, o recorte estabelecido pode ser visto na tabela 3 a seguir.

Tabela 3: Recorte da área de Estudo da presente pesquisa

Touros	Sede Perobas	Rio do Fogo	Sede Zumbi	Maxaranguape	Maracajaú Sede
---------------	-----------------	--------------------	---------------	---------------------	-------------------

Fonte: Oliveira, 2015.

Levando-se em consideração a literatura e as características da população, optou-se por fazer um estudo por amostragem. A amostra é “uma porção ou parcela do universo, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo” (Oliveira, 1997, p. 160).

Dessa maneira, para realização desta pesquisa foi escolhida amostra intencional. A técnica de amostragem intencional, para Gil (1999), constitui um tipo amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis possa ser considerado representativo de toda a população. A escolha fundamenta-se pelo motivo investigar variáveis inerentes a uma comunidade, desse modo, foi definido a partir de estratos, que foram os empresários de hospedagem e restaurantes, artesões, professores de ensino médio, líderes formais e informais da comunidade e entre outros. A escolha desses elementos justifica-se pelo motivo de serem pessoas representativas e relevantes tendo em vista o objetivo e o problema que o presente trabalho se propõe. Com relação a amostra dos gestores todo o universo foi pesquisado, que soma a dois gestores, que compreende respectivamente a APARC e APAJ.

5.4 Instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de dados é a etapa da pesquisa em que se inicia aplicação de instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta de dados previstos. Para realização da coleta de dados foram realizadas pesquisas de campo e de gabinete que teve como o objetivo conseguir informações e/ou conhecimentos acerca do problema, para qual o presente estudo procura resposta, e ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (Marconi e Lakatos, 2003).

Na oportunidade das realizações de pesquisa de campo foram realizadas aplicações de roteiros de entrevistas semiestruturado, levantamento documental e capturas de imagens.

Para atingir o objetivo “Discriminar a concepção e processo de criação das APARC e APAJ”, foi feito levantamento documental, que compreendeu aos documentos de oficialização como decreto de criação, ata de reunião da criação da unidade e do conselho gestor e regimento interno, como técnica de análise foi feita a descritiva.

Para o objetivo que propõe “Diagnosticar a realidade do turismo e os fatores limitantes para o desenvolvimento da atividade turística na APARC e APAJ”, também foi feita uma pesquisa documental, que compreende a documentos oficiais, relatórios e artigos científicos que retratem sobre o desenvolvimento do turismo nessas UCs. E ainda realizou-se capturas de imagens dos locais, como técnica de análise utilizou-se a descritiva.

No tocante a atingir o objetivo “Investigar a percepção das comunidades do entorno da APARC e APAJ na dinâmica do desenvolvimento do turismo e do temas relacionados a inclusão social” foi feita aplicação do roteiro de entrevista semiestruturada, este estruturado com perguntas abertas. Para desenvolvimento desse roteiro de entrevista foi levado em consideração as dimensões da inclusão social no turismo, essas foram desenvolvidas pelos autores Sancho e Irving (2007), são estabelecidas 6 dimensões, a saber: política, ambiental, cultural, social, humana e trabalho. Para cada dimensão foi feita descrição dos temas de análise de acordo com a teoria estudada, com base nisso, foram elaboradas as questões, além disso o roteiro de entrevista foi elaborado com base no instrumento aplicado na pesquisa e Silva (2009). Como pode ser visto no quadro 6 a seguir:

DIMENSÕES	TEMAS DE ANÁLISE	PERGUNTAS
Política	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação cidadã no sentido de adquirir condições efetivas para participar e se fazer representar na esfera política 2. Espaço para o exercício dos direitos e deveres do cidadão 3. Descentralização de poder e das ações por parte dos órgãos governamentais 4. Acesso ao processo de tomada de decisão por todos os atores sociais envolvidos no desenvolvimento do turismo. 	<p>Quem você acha que toma as decisões sobre o que deve e o que não deve ser feito no APAJ e APARC? Por que esta pessoa/instituição? Você acha que a opinião da comunidade é leva em consideração nas tomadas de decisões sobre APAJ ou APARC? Quem você acha que toma as decisões sobre o turismo em APAJ ou APARC? Você já foi a alguma reunião que tratava sobre o APAJ ou APARC? Quantas vezes você foi? Quem organizou a reunião? O que você achou da reunião? Você fez/faz alguma coisa para que sua opinião seja leva em consideração pelas pessoas que você considera como os tomadores de decisão sobre o turismo na APAJ ou APARC.</p>
Cultural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecimento, valorização e fortalecimento das tradições, aspectos e costumes da população residente nos destinos turísticos; 2. Proteção e conservação do patrimônio histórico artístico cultural das destinações turísticas 	<p>Você frequenta o parracho ou dunas? Se sim, com que frequenta você vai? O que você faz lá? Se não frequenta, por quê? O que o parracho ou dunas representa para você? Você acha que o parracho ou dunas é importante?</p>
Ambiental	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conservação dos recursos renováveis; 2. Acesso a visão coletivo do patrimônio natural 3. Incentivo a adoção de práticas sustentáveis de conservação dos recursos não renováveis 	<p>Você sabe o que é uma (APA) Área de Proteção Ambiental? Se sim, o que é? Você sabe que o Parracho ou dunas faz parte de uma APA (Área de Proteção Ambiental)? Você acha que isso é importante? Por quê? Você sabe o que pode e o que não se pode fazer no parracho ou dunas? Exemplifique a questão anterior.</p>
Social	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecimento/melhoria das relações sociais; 2. Prevenção/combate aos problemas sócias gerados pelo turismo (violência, tráfico de drogas, prostituição, exploração sexual infantil e etc); 3. Prevenção contra exploração de turistas 	<p>Em sua opinião, o turismo traz benefícios à comunidade? Se sim, quais O turismo traz alguma coisa de “ruim” para a comunidade? Se sim, quais? Você acha que o turismo deveria “acabar”? Por quê?</p>
Humano	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso a oportunidades de se fazer turismo 2. Educação como meio de inserção no mercado de trabalho 3. Acessibilidade a novas tecnológicas 4. Acesso aos meios de créditos 5. Investimento na melhoria 	<p>Você já participou de algum curso de capacitação na área do turismo? Já participou de alguma ação voltadas à disponibilização de linhas de financiamento para a aquisição e/ou modernização de equipamentos de uso turístico? Tem conhecimento de alguma ação voltando a revitalizar e impulsionar o setor de crédito para a atividade turística? Conhece alguma política públicas de turismo</p>

	das infraestruturas básicas e turísticas	(municipal, estadual e federal) com investimentos e ações destinados à implantação, revitalização e modernização da infra-estrutura básica e turística?
Trabalho	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento da oferta de empregos; 2. Emprego reconhecido pela legislação 3. Estabilidade nos postos de trabalho 	<p>Quantas pessoas moram com você? Quantas trabalham? Alguém de sua família desenvolve algum trabalho relacionado ao turismo? Se sim, qual a função desenvolvida? Antes de trabalhar com turismo o que você/esta pessoa fazia? A renda da família é proveniente de onde? Qual fonte de renda é a mais importante para sua família? Você acha que a atividade econômica mais importante de é: Por quê?</p>

A coleta de dados aconteceu em dois dias: a) no dia 5 de março de 2016 foi realizado nas comunidades da APARC, Maracajá, Rio do Fogo e Perobas; b) no dia 12 de março de 2016 foram realizados nas comunidades da APAJ, Jenipabu, Redinha Nova e Santa Rita. Para realização de cada entrevista, foi feita a abordagem do entrevistado de modo respeitoso e onde ocorriam a apresentação e a explicação do objetivo da entrevista/pesquisa. Após esta etapa, se pedia permissão para que a entrevista fosse gravada e para isso foi utilizado um aparelho *smartfone*. Quanto às durações das entrevistas, ficaram em média de 15 a 20 minutos.

Os roteiros de entrevistas foram aplicados junto aos empresários locais do turismo, pescadores, orientadores turísticos, presidentes de associações e representantes da sociedade civil das comunidades da APARC (Maracajá, Rio do Fogo e Perobas) e da APAJ (Jenipabu, Redinha Nova e Santa Rita) e conselheiros do Conselho Gestor das respectivas APAs. A partir dos critérios estabelecidos na metodologia o quantitativo de entrevistas foram 16, sendo 8 entrevistas em cada UC. Assim como o perfil dos respondentes e o número de entrevistados permitiu-se o alcance de informações relevantes e precisas que contribuíram a discussão do presente trabalho,

Para identificação dos entrevistados será por meio de uma codificação afim de que os respondentes não tenham suas identidades reveladas e que fique claro qual segmento da comunidade ele faz parte. Desse modo, o código [A1] será utilizado para os empresários locais, [A2] pescadores, [A3] orientadores turísticos, [A3] presidentes de associações, [A4] representantes da sociedade civil e [A6] conselheiros do CG das APAs.

Por fim, ainda como instrumento de coleta de dados foi feita uma pesquisa de observação não participante por meio das reuniões do conselho gestor da APARC e APAJ. Este instrumento consiste que o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudo, mas sem integrar-se a ela (Marconi e Lakatos, 2003). Foi possível participar de duas reuniões do CG de cada APA, na oportunidade foi feito gravações por *smartphones*, anotações e conversas informais com os conselheiros.

5.5 Técnicas de Análise

Uma vez os dados coletados e obtidos os resultados, o passo adiante é análise e interpretação, desse modo, para os resultados a partir dos objetivos A e B a análise escolhida foi a análise descritiva. A escolha dessa técnica justifica-se pelo fato de ser suficiente para atingir os objetivos propostos.

Diferente do objetivo C (Investigar a inclusão das comunidades do entorno da APARC e APAJ na dinâmica do desenvolvimento do turismo) para isso a técnica escolhida foi a análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2009) a análise de conteúdo, enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A escolha dessa técnica é que o seu próprio conceito justifica, além disso, considera-se o objetivo chave da pesquisa, desse modo, viu-se a necessidade de aprofundar na análise dos resultados que o objetivo irá revelar.

Por fim, para melhor visualização, o quadro 6 a seguir, mostrará de forma resumida os objetivos e os respectivos instrumentos de coleta de dados e técnica de análise.

Quadro 7: Resumo metodologia aplicada a presente pesquisa.

OBJETIVO	INSTRUMENTO DE COLETA	FONTE	TÉCNICA DE ANÁLISE
Discriminar a concepção e processo de criação das APARC e APAJ;	Documentos legais da APARC e APAJ	Idema	Análise descritiva
Diagnosticar a realidade do turismo desenvolvido na APARC e APAJ;	Aplicação de formulário do inventário turístico Mtur Capturas de imagens	Visita <i>in loco</i> Documentos oficiais Relatórios Artigos científicos	Análise de descritiva
Investigar a percepção das comunidades do entorno da APARC e	Aplicação de questionários	Comunidades da APARC e APAJ	Análise de conteúdo

APAJ na dinâmica do desenvolvimento do turismo e do temas relacionados a inclusão social.			
--	--	--	--

Fonte: Oliveira, 2016.

6 RESULTADOS

Este tópico ficou reservado para apresentação dos resultados do presente estudo. Está dividido em quatro principais subtópicos, cada um destes apresentará: (1) inicialmente o processo de criação das APAs, (2) em seguida será apresentado um panorama geral do turismo, (3) depois a percepção das comunidades residentes nas APAs e por fim os resultados da gestão de cada uma dessas UCs.

6.1 Processo de Criação das Unidades de Conservação

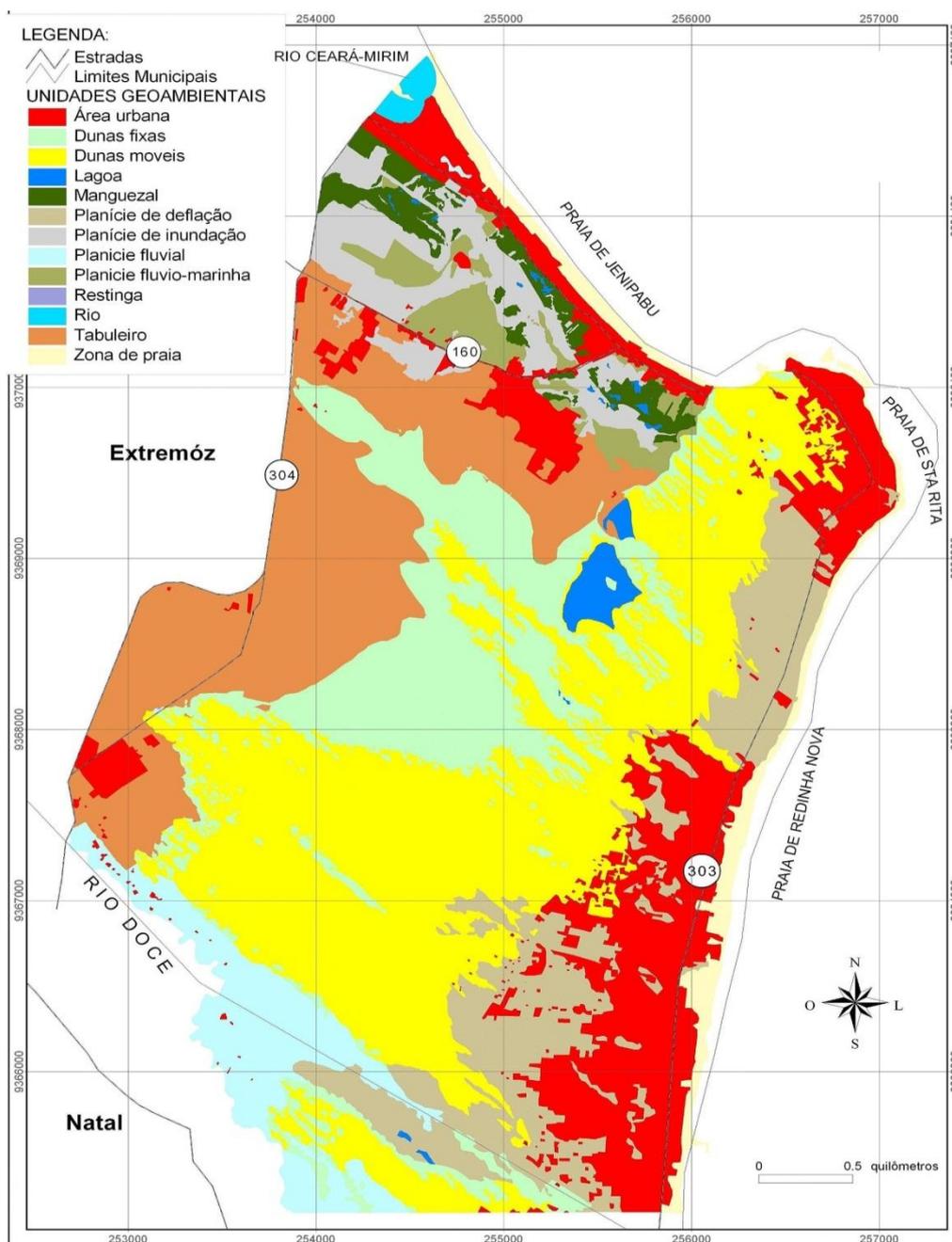
6.1.1 Área de Proteção Ambiental de Jenipabu¹ - APAJ

Partindo de Natal, o acesso à APA pode ser realizado pela ponte Newton Navarro, saindo da Praia do Forte, atravessando o Rio Potengi e seguindo pela RN 303 ou pela RN 304. Outro trajeto pode ser realizado pela Ponte de Igapó, na Zona Norte, seguindo pela estrada da Redinha, em um percurso de 15 quilômetros, ou ainda atravessando o rio por meio da balsa, que sai de Santos Reis, próximo às praias dos Artistas e do Meio.

A APA Jenipabu faz parte do Bioma Costeiro, formado por um mosaico de ecossistemas encontrados ao longo do litoral brasileiro. Manguezais, dunas, restingas, praias, lagoas, matas e outros ambientes importantes exemplificam a diversidade de ecossistemas encontrados. No mapa 3 é possível ver como é constituído sua área, os municípios e suas principais unidades geoambientais.

¹ Texto elaborado de acordo com o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (IDEMA, 2009).

Mapa 3: Caracterização da APA Jenipabu



Fonte: IDEMA, 2016.

A justificativa para a criação da APA Jenipabu deu-se a partir do desenvolvimento do turismo voltado para o passeio de buggys nas dunas de Jenipabu. A atividade turística foi iniciada nos anos 1980, como uma alternativa de lazer para aqueles que possuíam buggys, depois de ganhar visibilidade passou a ter interesse por parte dos turistas que visitavam a grande Natal. A partir disso, a demanda cada vez aumentava, gerando a necessidade de uma organização na atividade. No final da década de 1980 o passeio de buggy em Jenipabu passou a ser

um dos principais atrativos turísticos do estado, impulsionando a região e exigindo a organização de trilhas e procedimentos. Os passeios no complexo dunar de Jenipabu impulsionaram o desenvolvimento da localidade, pois com o aumento dos passeios que duravam o dia inteiro, houve a necessidade de postos de alimentação e bebidas para suprir as necessidades dos turistas.

Devido o fluxo de visitantes na área surgiram empreendimentos, que em sua maioria são de propriedade de moradores locais que exploram a culinária de frutos do mar. Os bares e, principalmente as barracas de beira de praia, aproveitam a presença dos turistas e oferecem serviços de bebidas e alimentação.

Por se tratar de uma área procurada com a finalidade específica dos passeios de buggy, e pela proximidade com Natal, a hospedagem nunca chegou a se tornar uma necessidade local, o que justifica a pouca quantidade de hotéis e pousadas instalados na região. As paradas em pontos estratégicos para contemplação abriram espaço para algumas atividades complementares, como presença de vendedores ambulantes com produtos variados (*souvenir*) e bebidas. Os proprietários dos terrenos nos quais aconteciam os passeios, por exemplo, passaram a cobrar uma taxa de uso sobre as áreas utilizadas (Soares, 2011).

Conforme o Plano de Manejo da APAJ (2009) foi neste contexto que foi iniciado o processo de criação desta unidade de conservação, ou seja, a partir do desenvolvimento de um turismo voltado para o passeio de buggys nas dunas, processo este que enfrentou dois grandes obstáculos: o interesse dos proprietários das áreas em cobrar pelo uso de suas propriedades, e as potenciais alterações aos recursos ambientais disponíveis, caso a atividade não fosse realizada de maneira sustentável.

A solução para o conflito gerado, bem como para a conservação dos recursos ambientais, à época, foi a elaboração de um Termo de Acordo Extrajudicial, com cunho de título executivo, sob a presidência da Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Norte – EMPROTURN, com o comprometimento de diversos setores envolvidos, e a interveniência do Ministério Público Estadual. Este Termo teve com o objetivo ordenar e disciplinar o uso das dunas e conter ou reduzir a degradação ambiental, sem prejuízo da atividade turística.

Como parte do acordo firmado constava a elaboração de um amplo estudo do local, visando o levantamento da situação e o acompanhamento da atividade, além da realização de pesquisas objetivando a preservação e conservação das Dunas de Jenipabu. Em virtude da ausência do estudo supracitado, o IBAMA interditou a área em dezembro de 1994 para a realização do mesmo.

Visando estabelecer critérios de uso para a atividade dos “bugueiros”, para que, conseqüentemente, fosse cessada a interdição das dunas, e ainda, preocupado com os impactos negativos causados ao turismo, o Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte – CONETUR, entidade constituída pela Secretaria de Turismo e principais representantes privados do setor, solicitou a imediata intervenção do Governo do Estado, através do IDEMA/CMA, para a resolução do problema.

A criação de uma APA foi a alternativa mais viável para se dar início, de forma rápida e eficiente, às atividades de preservação ambiental da área abrangida, ao mesmo tempo em que se buscava a manutenção de importantes atividades econômicas existentes.

Criando os arranjos institucionais necessários para a atividade de passeio de buggy e a conservação da natureza, a visitação na área passou a gerar significativo fluxo de capital, envolvendo diferentes serviços e empreendimentos de apoio aos visitantes. A partir dos incentivos ao turismo, da proximidade com a capital, das condições únicas cênico-paisagísticas, e da “aventura” que os passeios de buggys evocam, a APA de Jenipabu tornou-se um dos mais importantes destinos turísticos no Estado do Rio Grande do Norte, divulgado em todo o Brasil e no mundo.

Ainda sobre o processo de criação da APAJ, pesquisa realizada em documentos e trabalhos desenvolvidos na área, foi possível levantar que nesse processo houve alguns entraves. Um deles, que pode ser destacado, foi que houve um engajamento e a discussão do processo de criação da APA se deu exclusivamente no âmbito do poder público, entre governo estadual e municipal, não havendo nenhum diálogo junto com a comunidade, e principalmente com o “burgueiros” – já que inicialmente eram os primeiros a serem atingidos. Sendo assim, a falta de conhecimento por parte da comunidade e dos “burgueiros” foi motivo para geração de vários conflitos, pois a ideia da proibição dos passeios de buggy em detrimento a conservação do local não foi aceita.

De acordo com os relatos dos gestores e moradores da APA, mesmo após o decreto de criação nada foi feito, durante 9 anos a gestão da APAJ era totalmente inoperante, não ocorria nenhuma ação de ordenamento ou fiscalização da área. Prova disso, são as várias ações inadequadas que ocorrem nesse período, como a construção de mais de 450 moradias em cima das dunas, atividade turística desordenada, ausência de fiscalização, instalações de barracas e ambulantes nas dunas e subidas de turistas/moradores no paredão dunar.

Segundo relatos de pessoas envolvidas nesse processo, foi possível averiguar que até o ano de 2004, a partir de uma denúncia do Procurador Antônio Siqueira ao visitar casualmente a praia de Jenipabu, percebeu que as dunas estavam sendo impactadas negativamente. Motivo esse atrelado ao desordenamento da atividade turística, como medida de prevenção, solicitou ao município de Extremoz, que fossem tomadas medidas cabíveis para que as dunas viessem a ser preservadas. Em contrapartida, o IDEMA por sua vez, convocou representantes da Comunidade dos Municípios localizados no perímetro da área “protegida” (Natal e Extremoz) para apresentar esta solicitação e a partir daí, iniciar os trabalhos de apresentação da APAJ para a Comunidade. E como passo inicial foi criado o Conselho Gestor, com 16 representantes dos segmentos públicos e da sociedade civil.

Após essas reivindicações, o Governo do Estado, através do IDEMA e recursos provenientes do Programa de Desenvolvimento Turístico – PRODETUR/RN, contratou a Acquatool Consultoria S/C LTDA. com intuito de elaborar o Plano de Gestão para a Área de Proteção Ambiental APA Jenipabu, visando o estabelecimento de estratégias para sua implementação. O principal objetivo era a formulação de diretrizes e normas de uso e ocupação do solo, como forma de assegurar a conservação e proteção dos ecossistemas da área. Entretanto, o Plano de Gestão não foi implementado, sendo os estudos revisados em 2005 em decorrência da criação do Programa Estadual de Unidades de Conservação – PEUC.

Com isso, muitas discussões e reuniões ocorreram devido ao Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico Econômico da área, sendo paralelamente instituído o Conselho Gestor da APAJ, através do Decreto nº 19.139, de 5 de julho de 2006. No ano de 2007 o IDEMA instalou uma equipe executora composta de dois técnicos com o objetivo de desenvolver atividades de cunho administrativo e o

monitoramento, realizado de forma incipiente, e com o apoio da Companhia Independente de Proteção Ambiental – CIPAM, a qual era responsável pela fiscalização da Unidade (IDEMA, 2007).

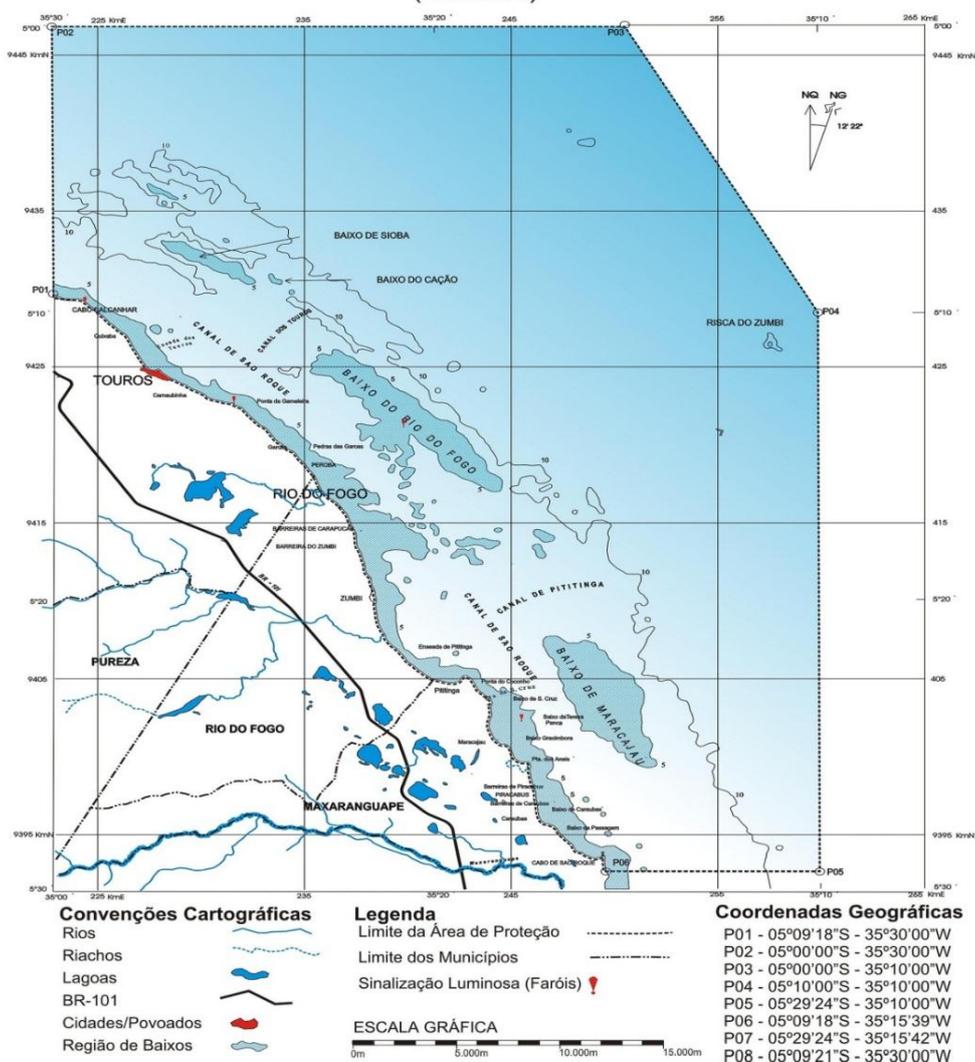
Através da Lei Estadual nº 9.254, de 06 de outubro de 2009, foi instituído o Zoneamento Ecológico Econômico da APA Jenipabu, com o objetivo de estabelecer as normas de uso e as metas ambientais específicas, visando à proteção dos recursos naturais, a recuperação de áreas degradadas e a promoção do desenvolvimento sustentável, tendo seu limite geográfico definido por meio do Decreto nº 12.620, de 17 de maio de 1995. Nele são estabelecidos os parâmetros de ocupação máxima prescrita, identificadas às áreas de interesse social, as formas de uso e ocupação do solo, mapeamento das áreas degradadas com prescrição de uso compatível com a recuperação das mesmas e a identificação das áreas ambientalmente significativas.

6.1.2 Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais - APARC

A APARC foi criada através do Decreto estadual nº 1 5.476, de 6 de junho de 2001, sua área é de 32500ha. Ela engloba três parrachos: Cioba, Maracajaú e Rio do Fogo. A qual está localizada na plataforma rasa adjacente aos municípios de Rio do Fogo, Touros e Maxaranguape (ver mapa 4).

Inicialmente o processo de criação da APARC foi uma demanda do primeiro empresário que operacionalizou os passeios nos recifes de corais, antes disso, o pioneiro dos passeios realizava suas atividades pesqueiras na praia de Maracajaú, logo percebeu que a comunidade existe potencial para o desenvolvimento do turismo por meio dos passeios aos recifes de corais.

REA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL DOS RECIFES DE CORAI
(Anexo I)



M
apa 4:
Limites
da
APARC

Fonte: IDEMA.

Após iniciar os passeios nos recifes de corais, o local foi ganhando visibilidade para potenciais investidores, desse modo, como medida de controle o empresário resolveu solicitar aos órgãos competentes que a localidade fosse transformada em uma área protegida. Feito isso, como já citado o decreto de criação foi no ano de 2001, porém, no período de 2001 a 2007 não houve nenhuma atuação na área, somente em 2008 foi quando iniciou-se as atividades de gestão da APARC.

A criação da APARC, apesar de ter sido uma solicitação de um indivíduo que viu a necessidade a partir do crescimento do turismo o local necessitaria de intervenções em prol da conservação dos recursos naturais, além disso, ordenador atividade de modo que pudesse beneficiar todos. Portanto, observou-se que a criação implicou exclusivamente na proteção e no controle dos recursos naturais, que no caso da APARC são os recifes de corais. Isto significa que a criação da APARC não contemplou a participação da comunidade em seu processo, ou seja, uma condução imposta que resultou conflitos sociais, devido à falta de conhecimento os moradores, pescadores, “burgueiros” e demais veem o órgão competente como um punidor ou proibitivo, pois o processo não foi conduzido de modo participativo de maneira que as comunidades tomasse posse do que estava sendo realizado.

Além disso, como a criação da APA ocorreu em paralelo com o desenvolvimento do turismo, os moradores das comunidades, sobretudo os pescadores que foram os que se sentiram mais prejudicados, tiveram a percepção que a APARC foi criada para beneficiar exclusivamente os empresários. Pois até aquele presente momento apenas eles tinham permissões para realizar os passeios, enquanto isso, os pescadores sofriam limitações e proibições para realizar suas atividades pesqueiras nos recifes de corais.

Nesse processo de criação, primeiramente a atividade turística foi ordenada, que foi uma demanda dos empresários, ao mesmo tempo as questões dos pescadores foram deixadas em segundo plano, desse modo, houve geração de mais conflitos e insatisfação das comunidades com a gestão da APARC. Até então nada teria sido feito em relação a inserção das comunidades, sobretudo dos pescadores na atividade turística, depois de muitos conflitos e solicitações, a questão da permissão e cotas para os pescadores realizarem os passeios foi sendo analisada pelo Conselho Gestor, portanto ficou decidido que os pescadores também teriam oportunidade de operacionalizar os passeios, depois de adaptações nas embarcações, qualificações e etc.

O diagnóstico turístico da APA relata que ainda existem conflitos entre pescadores e empresários, pois os pescadores acusam os empresários do setor de mergulho de extrapolarem a quantidade de turistas que estes podem levar ao parracho, o que pode causar aspectos e impactos ambientais. Os empresários de setor de mergulho, por sua vez, acusam os pescadores de pescarem com

apetrechos ilegais no parracho, o que também pode causar aspectos e impactos ambientais. Ainda segundo os pescadores a área dos recifes de corais onde ocorre o passeio está “acabada” em comparação ao restante da área. Eles também relatam que o óleo derramado das embarcações prejudica o parracho.

Após diversos conflitos, a comunidade pesqueira de modo geral conseguiu se inserir e ser beneficiada com o turismo há 5 anos. A operacionalização dos passeios se dá por meio de cota, essas estão divididas entre empresários e pescadores, são 880 cotas por dia, 220 para os pescadores, e 660 para os 4 empresários da comunidade de Maracajaú. Em Rio do Fogo estão em fase de cadastramento dos pescadores para realizar os passeios, em Perobas, já são realizados os passeios, na comunidade são 100 cotas por dia, metade para o empresário local e a outra metade para os pescadores da comunidade. Além disso, para os antigos pescadores que não estão operacionalizando os passeios, eles atuam como orientador turístico nas comunidades, que no caso se resume a abordar os turistas para vender passeios.

O que pode ser observado é que as questões de conflitos existentes no processo de criação da APARC e da APAJ é a falta de conhecimento esclarecimentos por parte dos moradores/pescadores/bugueiros. Tal fato é evidenciado pela ausência das políticas públicas participativas por parte dos órgãos administrativos municipal, estadual ou federal, sendo assim, não tem tornado os processos de forma participativa, que inclusive são princípios assegurados no SNUC que em muitos casos são omissos.

6.2 Desenvolvimento do turismo nas Unidades de Conservação

Esse tópico ficou reservado para descrever de forma breve um panorama do desenvolvimento do turismo nas UCs. Primeiro será feito a apresentação da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu, em seguida a da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais.

6.2.1 Turismo na Área de Proteção Ambiental de Jenipabu

A Área de Proteção Ambiental de Jenipabu tem sua economia baseada na pesca artesanal, agricultura de subsistência, agropecuária e no turismo. Será feito o

destaque para atividade turística, sendo atualmente, considerada a principal atividade econômica desenvolvida no interior e no entorno da APAJ. A atividade turística na APAJ foi iniciada no final da década de 1980, no período da consolidação do Rio Grande do Norte como destino turístico no contexto nacional.

Inicialmente a atividade turística teve seu marco histórico com a criação do o Parque Turístico Ecológico Dunas de Genipabu Ltda, que confunde com a criação da APA de Jenipabu, pois a justificativa da criação da área protegida foi devido o avanço da atividade turística. O objetivo do Parque Ecológico era fomentar o potencial turístico. Por meio do Decreto Estadual nº 19.346/2006 ordenou e disciplinou o uso de veículos credenciados na área das Dunas de Jenipabu e estabeleceu o passeio de buggy sobre o campo de dunas da APAJ.

Após o avanço dos passeios de buggy, que foi o responsável pelo início da atividade turística, ganhou cada vez mais destaque, com isso o turismo se tornou uma atividade de expansão por meio da sua cadeia produtiva, representada pelas várias opções de passeios, serviços, alimentação e hospedagem.

Atualmente Jenipabu dispõem de um leque de atrativos, além de passeios de dromedários, cavalo, jangada, passeio de buggy, entre outros serviços que compõem o produto turístico do destino.

Foto 1: Visão panorâmica da Praia de Jenipabu.



Fonte: Oliveira, 2016.

O principal passeio turístico realizado na APA de Jenipabu são os passeios de buggy. As praias vizinhas de Redinha Nova e Santa Rita fazem também fazem parte do roteiro desenvolvido pelos “bugueiros”, onde são realizados nas dunas fixas

e móveis da APA. O passeio conta com paradas obrigatórias, que ocorrem em pontos de visão panorâmica da lagoa de Jenipabu, visual da cidade do Natal, na praia de Santa Rita, onde existe um coqueiro que atrai turistas para tirar fotos e passeios de dromedários. Atualmente, de acordo com Associação dos proprietários e Condutores de Buggy de Aluguel- APCBA existem cerca de 350 bugueiros realizando passeios, além disso, foi possível perceber que há uma necessidade de ações com objetivo de minimizar os impactos provocados ao ambiente, como também a capacitação dos “bugueiros”, para que possam melhor atender aos clientes.

Foto 2: Passeio de buggy nas dunas móveis da praia de Jenipabu.



Fonte: Oliveira, 2016.

Já existem e foram ministrados vários cursos de capacitações voltados para a qualidade no atendimento e línguas estrangeiras para a categoria dos bugueiros. Para os bugueiros iniciantes é obrigatório a capacitação e aulas práticas na duna por no mínimo 6 meses de preparação, dirigidos pela Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR – RN). A categoria dos bugueiros conta com uma associação a APCBA (Associação dos Proprietários e Condutores de Buggy de Aluguel), atua a mais de 30 anos no mercado, e tem 75 associados que realizam passeio de buggy.

O passeio de dromedário é o único da América do Sul, e é capaz de atrair um público nacional e internacional, se tornando parada obrigatória dos turistas no

Litoral Norte de Natal. A empresa Dromedunas Turismo dispõe de uma relevante visibilidade na mídia, sem contar que a empresa mostra está preocupada com o meio ambiente, através de ações de educação ambiental, trazendo benéficos para a comunidade local, cumprindo assim com sua responsabilidade socioambiental.

Foto 3: Passeios de Dromedários nas dunas da praia de Jenipabu.



Fonte: Oliveira, 2016.

A praia da Redinha pertencente a APA Jenipabu, considerada também como um dos principais atrativos, geograficamente é o local mais afastada do núcleo da APA, e faz parte do município de Natal, a praia é frequentada principalmente pelos moradores da própria região e tem como um de seus principais atrativos, considerado patrimônio imaterial de Natal, a comida regional, gíngua com tapioca. Além disso, da praia é possível visualizar a Ponte Newton Navarro e a Fortaleza dos Reis Magos.

Ainda na praia da Redinha, encontra-se o Aquário Natal, considerado o maior do nordeste, este tem como objetivo a conservação e educação ambiental, na qual abriga espécies marinhas e terrestres. O mesmo tem como principal tarefa a reabilitação dos animais encontrados nas estradas e na orla marítima. O local é bastante visitado por turistas e alunos da região e estados vizinhos.

Foto 4: Parte interior do Aquário Natal



Fonte: Oliveira, 2016.

Em Jenipabu, o principal destino da APA, está concentrado um considerável número de pousadas, além disso, tem ganhado gradativamente novos empreendimentos desse tipo. No aspecto de empresas de alimentação e bebidas, a localidade apresenta-se com pouca oferta quantitativa de equipamentos de restauração.

O destino incide grande importância para o desenvolvimento socioeconômico do estado, pois ele é responsável por gerar ganhos econômicos em grande escala, por meio da geração de emprego e renda, além disso, a localidade turística é uma ferramenta utilizada para gerar mídia nacional e internacional devido ao seu apelo turístico.

Nesse sentido, existe a necessidade de melhorias em uma série de aspectos expostos ao longo do diagnóstico, com intuito de contribuir para o desenvolvimento do turismo em Jenipabu e por consequência o desenvolvimento da própria comunidade.

Atualmente, apesar de alguns avanços na APAJ, a gestão do turismo na UC passa por diversas dificuldades, que vem sendo obstáculos para o andamento das atividades praticadas dentro e no entorno da área, sendo assim, foi possível ainda verificar que isso tem relação direta com os seguintes motivos:

O primeiro agravante da unidade é a ausência total de fiscalização em toda a APAJ, sobretudo no complexo dunar, não há fiscalização e monitoramento das atividades que são executadas nas dunas, isso tem comprometido bastante a manutenção e conservação dos recursos naturais.

Atrelado a esse problema está a extinção da CIPAM dentro da APAJ, este órgão é para atuar de maneira preventiva e em prol a proteção e defesa do patrimônio ambiental, além de atuar de maneira repressiva em caso de violação de áreas de relevante valor ambiental para o Estado.

Foi possível averiguar que existe uma morosidade do órgão que coordena a APAJ (IDEMA) quanto às demandas solicitadas pelo Conselho Gestor, via protocolo geral (SEDE), todas oriundas da Comunidade, nas pessoas tanto físicas, que habitam essas localidades, como jurídicas que desenvolvem suas atividades dentro da APAJ.

Outro entrave encontrado na APAJ foi ausência da Gestora atual na Comunidade e o cumprimento das solicitações realizadas por alguns Conselheiros tanto formalmente, como informalmente, embora com o mesmo teor de importância;

Por fim, foi ainda possível levantar que não há um compromisso com as Zonas da APAJ estabelecida pelo Plano de Manejo, em especial a Zona de Conservação -, em especial a ZC3, que abrange a Planície de deflação e as Orlas Marítimas de Ponta de Santa Rita, Praia de Redinha nova e Jenipabu, encontra em estado completamente atrasado, haja vista que nesta área a problemática maior devido a vulnerabilidade ambiental, e com a expansão populacional, imobiliário e da atividade turística problemas maiores vem sendo agravados.

6.2.2 Turismo na Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais

As comunidades que fazem parte da APARC tem seu desenvolvimento a partir das atividades pesqueiras, assim como na APAJ, porém, perceberam que na localidade existia potencial para o desenvolvimento do turismo nos recifes de corais. Dessa forma, a partir do ano 2000 iniciou-se a atividade turística, na qual se confunde com a criação da unidade de conservação, portanto, as atividades turísticas iniciaram primeiramente na praia de Maracajaú.

Atualmente, as principais atividades econômicas desenvolvidas na APARC são: o turismo e a pesca artesanal. O turismo desenvolvido na APARC tem como principal atrativo o mergulho nos recifes de corais. O parracho com maior concentração de turística é o de Maracajaú que tem aproximadamente 9 km de comprimento e 3 km de largura, mais especificamente na Área de Uso Turístico Intensivo (AUTI), que corresponde a um espaço de 540.000km², e localiza-se a 7

km da praia de Maracajaú. Em seu interior há quatro flutuantes fixos (um é usado no monitoramento turístico), e um móvel (Silva, 2009).

Foto 5: Recifes de Corais da praia de Maracajaú



Fonte: Oliveira, 2016.

A APARC dispõe de sete monitores ambientais para fazer o monitoramento da atividade turística, apenas no parracho de Maracajaú. Estes são moradores do local que foram qualificados para exercer esta função (Silva, 2009)

Das sete organizações que têm autorização para desenvolver a atividade turística no parracho de Maracajaú, uma delas é a Colônia de Pescadores de Maracajaú. Esta por sua vez repassa sua cota para uma empresa que já tem outra. As demais empresas são de um único dono. Isso faz com que na prática existam quatro pontos de embarque para o parracho. Os passeios também são operacionalizados em Rio do Fogo, que no momento está em fase de cadastramento dos pescadores para se inserir na atividade, e na comunidade de Perobas, quem opera é um empresário local juntamente com os pescadores da comunidade. A recepção dos turistas é realizada em restaurantes ou em um parque temático, os quais são de propriedade dos donos das empresas de mergulho. O passeio ocorre durante a maré baixa. Os turistas vão ao parracho de lancha ou catamarã. O passeio dura em média 2h30min, incluindo a ida e a volta ao parracho (SILVA, 2009).

Foto 6: Praia de Maracajaú



Fonte: Oliveira, 2016.

Foto 7: Praia de Perobas



Fonte: Oliveira, 2016

Foto 8: Praia Rio do Fogo



Fonte: Oliveira, 2016

A atividade turística é a única que contribui financeiramente para a manutenção da APARC através de duas taxas pagas pelas empresas, uma à prefeitura de Maxaranguape (R\$ 2,00), mais o Imposto Sobre Serviço - ISS - (R\$ 1,00) e outra ao IDEMA (R\$ 2,00) por turista, ou seja, de cada passeio vendido, R\$ 5,00 são repassados aos órgãos competentes para que estes recursos sejam investidos na APARC. Os pescadores têm livre acesso à APARC e, não pagam nenhum tipo de taxa.

Além dos passeios dos recifes de corais, ainda é possível realizar passeios de buggy, quadriciclo e passeios a cavalo. A região conta com uma oferta de hospedagem, dentre pousadas, hotéis e casas de condomínio. A gastronomia oferecida é a base de frutos do mar, destaque para camarões, peixes e lagostas.

Ainda no local, encontra-se empreendimento de lazer, parque temático Mano-a Park, que fica localizado na praia de Maracajaú, o local dispõe de variedades de serviço, incluído os passeios nos recifes de corais.

Foto 9: Mano-a Park



Fonte: Site oficial do Mano-a Park.

A APARC, sobretudo a praia de Maracajaú, é considerada um dos principais destinos turístico do estado do RN, isso tem comprovado por meio do aumento gradativo do fluxo turístico na localidade. Desse modo, vê-se a importância da UC atingir seus objetivos em consonância com o planejamento da atividade turística e com os princípios da inclusão social.

Com relação aos entraves quanto a desenvolvimento do turismo e da inclusão social na APARC, primeiramente foi identificado como entrave às ações predatórias advindas do turismo e pesca (alimentação artificial de peixes recifais, pisoteio nos corais, ancoragem de embarcação em locais indevidos). Outra ameaça bastante evidente é que as informações sobre as normas da APA que deveria ser repassadas para o turistas são negligenciadas dando margens a práticas inadequadas que pode vim a comprometer a conservação do local.

Quanto a fiscalização da APARC dispõe de sete monitores ambientais para fazer o monitoramento da atividade turística. Estes são moradores do local que foram qualificados para exercer esta função e trabalham exclusivamente na APARC, mas que são terceirizados. Esses monitores são responsáveis por fazer a contagem de turistas que são embarcados no dia para não ultrapassar o limite estabelecido pela gestão. A fiscalização se torna insuficiente porque a única ação de fiscalizar é a contagem, mas a fiscalização deveria incluir também a verificação da operacionalização dos passeios nos recifes de corais por partes dos turistas e

operadores dos passeios que são os responsáveis pelas práticas inadequadas como citadas anteriormente.

Outro entrave identificado foi ausência de recursos financeiros para manutenção da infraestrutura como também ausência de funcionários para trabalhar exclusivamente na gestão da APARC. Isso vem comprometendo a gestão da UC, pois torna um elemento limitante para o desenvolvimento do turismo.

Há existência de conflitos considerados como entrave para o desenvolvimento do turismo, que se configura pela pressão do aumento de cotas de turistas que podem utilizar os parrachos da APARC diariamente, comportamentos indevidos por parte dos operadores, atraso no pagamento da tarifa ambiental ao órgão gestor, conflitos entre empresas e comunidade local por disputa de cotas.

Por fim, foi constatado a ausência de membros importantes no conselho gestor da APARC, como representante do IBAMA, da Prefeitura municipal de Touros, Colônia de Pescadores de Touros e Rio do Fogo, associação de moradores das praias do município de Rio do Fogo, Mergulhadores e os empresários dos passeios. Essa franqueza torna-se um aspecto consideravelmente problemático, pois o conselho gestor é um espaço fundamental de participação e de negociação entre os diversos atores envolvidos. E o envolvimento de todos os atores é importante para a gestão do turismo seja eficiente para que exista uma consonância entre o crescimento da atividade turística como os aspectos naturais.

6.3 Percepção dos atores sociais acerca do desenvolvimento do turismo na APAJ e APARC

Este tópico ficou reservado para apresentar os resultados do terceiro objetivo deste trabalho que consiste em mostrar a percepção das comunidades do entorno acerca da inclusão social por meio da atividade turística. Portanto, como explicado na metodologia, foram aplicados questionários juntos aos atores sociais, para fins de análise foi dividido em 6 categorias, cultural, ambiental, política, social, humana e trabalho. Serão apresentados os resultados das duas UCs, mas não será no sentido de comparação e sim para melhor apresentação e análise dos resultados obtidos.

6.3.1 Dimensão Cultural

A primeira categoria a ser analisada será a Cultural, essa é composta por dois principais temas, a saber: reconhecimento, valorização e fortalecimento das tradições, aspectos e costumes da população residente nos destinos turísticos e a proteção e conservação do patrimônio histórico artístico cultural das destinações turísticas. De modo geral, foi questionado aos respondentes sobre o reconhecimento do local por meio da frequência de visita e atividades realizadas no entorno da APAJ e APARC e a representação e importância do local de modo individual e coletivo.

Sendo assim, foi possível averiguar que a população local tem acesso aos recursos naturais e turísticos, pois todos responderam que frequentam os locais, os moradores da APAJ em sua maioria realizam atividades como caminhadas nas dunas, acompanham amigos/turistas nos passeios turísticos, contemplação da paisagem, atividades diversas e para quem trabalha no complexo dunar, frequentam para realizar atividade do trabalho, como passeios de buggy, esquidunas, dromedários ou vendas variadas. Enquanto os moradores da APARC frequentam os parrachos para lazer, e, além disso, para os que trabalham nas embarcações realizam seus trabalhos diários na operacionalização dos passeios. Sendo assim, verificou que as comunidades têm acesso e fazem usos dos recursos naturais e turísticos, e não apenas usos econômicos, mas também para lazer. Isso se torna importante para a promoção da inclusão social, uma vez em que os recursos não são restringidos apenas para os turistas, porém é necessário que as comunidades sejam sensibilizadas de modo que venham utilizar de maneira adequada, evitando assim, impactos nocivos ao ambiente natural.

No tema Reconhecimento, valorização e fortalecimento das tradições da população residente nos destinos turísticos, foram feitas duas perguntas, a primeira, no sentido mais individual, o que o parracho ou dunas representa para você? E no sentido mais coletivo, você acha que o parracho ou as dunas são importantes?

Na APAJ, as dunas são o principal recurso natural utilizado para comercialização e promoção turística do local, de Natal e do Estado. Desse modo, obtiveram-se várias respostas, para alguns, as dunas represente o desenvolvimento do turismo “[A5] *Representa o turismo*”, “*Para mim representa melhor lugar para o turismo*”, além disso, para alguns representa uma fonte de renda, uma vez que as dunas levaram o desenvolvimento para o turismo, a partir disso, vários postos de

trabalhos foram criados, e conseqüentemente, movimenta a economia local. Em algumas outras repostas foi possível perceber o sentimento de pertencimento, como: “[A5] *Jenipabu para mim representa meu ninho*”, “[A5] *Jenipabu para mim é lugar que desejo ver muito bem conservado e preservado*” e “[A5] *Lugar legal para relaxar, louvar e é um lugar de tranquilidade*”, além de outras como [A6] “*Ambientalmente é importante para o ecossistema, turisticamente falando cartão postal apesar de ser dunas de Santa Rita*”.

Diante disso, é possível analisar que o sentimento de pertencimento das populações residentes nos destinos turístico implica diretamente na valorização da identidade e no resgate da auto-estima, elementos essenciais para compor o objetivo da inclusão social.

Na APARC, o parracho é o principal recurso natural para o desenvolvimento do turismo nas comunidades, portanto, todas as respostas respaldaram os recifes de corais como uma fonte de renda, como pode ser visto a seguir:

“[A4] *Toda a sustentabilidade de Maracajaú está através dos recifes de corais*”,

“[A5] *Fonte de renda*”

“[A1] *É uma atividade de renda, eu faço a exploração dos corais*” e

“[A2] [...] *hoje em dia, apareceu mais esse emprego para nós aqui, para sobreviver melhor do que a pesca né*”.

Diante das respostas, o que se pode observar é que elas são atribuídas exclusivamente para a geração de ganhos econômicos por meio do uso dos parrachos, inserida numa lógica de mercado, convergindo a ideia de que o turismo é uma atividade apenas de ganhos financeiros, negligenciado outros benefícios que a atividade pode gerar, como a conservação dos recursos naturais, valorização do território e da cultura local. Mas para isso, é necessário planejamento adequado e correto, gestão descentralizada e compartilhada, e prática dos princípios da inclusão social.

As repostas para o segundo questionamento era se as dunas ou parrachos aferia alguma importância de modo coletivo, todos consideram que a dunas e os parrachos é de suma importância para a comunidade. Pois, como já mencionado anterior, as dunas como os recifes de corais foram o principal meio para o desenvolvimento do turismo, e isso foi de extrema importância para as

comunidades, pois muitas dessas tiram o seu sustento familiar por meio das atividades a partir do turismo.

Na APAJ e na APARC foi possível resgatar dois depoimentos que comprovam essa discussão, tais como:

“[A5] As dunas são importantíssima, a comunidade não existiria se não houvesse as dunas”

“[A2] Sim, muito, sem esses recifes de corais aqui era uma vila de pescadores, só tinha casa de taipa e o povo só sobrevivia da pesca”.

Por isso, volta a afirmar da importância que deve se dá para atividade turística, e para o planejamento participativo, de maneira que não só prevaleçam as ações do poder público e dos agentes de mercado que comandam de forma hegemônica a atividade, excluindo a possibilidade de considerar o residente enquanto agente ativo e participante da gestão do espaço turístico.

6.3.2 Dimensão Ambiental

Atrelado a essa categoria cultural, a próxima foi a ambiental, composta pelos seguintes temas, Conservação dos recursos renováveis; Acesso a visão coletiva do patrimônio natural e Incentivo a adoção de práticas sustentáveis de conservação dos recursos não renováveis. Nessa categoria, houve perguntas no sentido de reconhecimento do que seria uma APA, se tinha conhecimento que o local fazia parte de uma APA, se considera isso importante, e se tinha acesso a informações das normas do local e se achava que o local estava conservado.

A primeira pergunta foi no sentido de investigar se os entrevistados sabiam o que seria uma Área de Proteção Ambiental, todos os respondentes de ambas as APAs, afirmaram o que seria uma APA, e, além disso, sabiam que assim como as dunas e os recifes de corais faziam parte de uma área de proteção ambiental. Logo em seguida, foi questionada a importância disso para a conservação dos recursos naturais.

Importância dos recursos naturais fazer parte de uma APA	
APARC	<p><i>“Porque no momento em que a área é preservada, preserva a vida marinha e os seres humanos também, ne?”</i></p> <p><i>“É importante por causa que nós tem uma segurança que daqui a 20 anos vai continuar como hoje. Porque tem a fiscalização ambiental e cuidando e tomando de conta”.</i></p>

	<p><i>“Vai proteger mais atividade turístico, apesar que os homens vivem destruindo, as pessoas não respeitam as áreas protegidas”</i></p> <p><i>“Porque precisa ne? preservação para futuras gerações. E para que esse trabalho se desenvolva por mais tempo. “</i></p>
APAJ	<p><i>“Porque é preservar ne, porque se não vai acontecer várias coisas errada, desmatar, então é melhor preservar.”</i></p> <p><i>“Importantíssimo, talvez se ela não fizesse parte dessa APA ela já não existia mais, não pela natureza e sim pela ação humana, pela próprias pessoas que utilizam dessa área indevidamente e incorretamente.”</i></p> <p><i>“Para não depredar e manter mais tempo o patrimônio natural.”</i></p>

Diferente do cenário que foi apresentado no processo de criação das UCs verificou-se que as comunidades têm conhecimento que o local onde moram faz parte de uma APA, acredita-se que para chegar a esse nível de conhecimento, passou considerável tempo para que todos pudessem ter esse conhecimento. Isso mostra ser um resultado relevante uma vez que o conhecimento é disseminado, então as comunidades são conscientes que no local existem regras que devem ser cumpridas em favor da conservação, e que os próprios moradores possam se tornar potenciais agentes fiscalizadores, podendo verificar os usos inadequados nas localidades.

Quanto a importância dada as dunas e os parrachos fazerem parte de uma APA podem associar as categorias de ajuda a preservar/conservar o meio ambiente, assim como também a vida marinha e por fim pode garantir a continuidade das atividades turismo e pesca, e que as futuras gerações possam ter acesso aos recursos naturais.

Logo, foi perguntado se consideravam que os locais estavam conservados, as respostas referentes as duas UCs foram bastante semelhantes. Por meio das respostas foi possível perceber que os moradores consideram que o local está conservado comparado com anos atrás, quando não existia ação nenhuma em prol da conservação, porém mesmo considerando o local conservado, ainda acham que muito poderia ser feito, sobretudo na fiscalização das dunas e dos parrachos. A fiscalização nas dunas das APAJ é ausente, o que se torna uma prática inaceitável, sobretudo, por ser uma área bastante vulnerável a impactos. Enquanto nos parrachos na APARC, existe o monitoramento das cotas diárias, que é a contagem de turistas que embarcam por dia, porém não é suficiente para combater as práticas

inadequadas, onde a fiscalização ostensiva deveria existir na plataforma flutuação que é o local que os turistas realizam o mergulho.

O que pode ser analisado nessa dimensão ambiental, que para compor na promoção da inclusão social do turismo em áreas naturais protegidas, é que o trabalho deve ser contínuo, realizando ações relacionados a conscientização e sensibilização das comunidades sobre a importância da conservação do monumento natural, para o desenvolvimento da atividade turística. Essas ações devem contemplar a valorização da produção local e o fortalecimento dos aspectos relacionados ao patrimônio natural e pautados nos princípios da sustentabilidade.

Nesse sentido, é importante que o planejamento turístico possa facilitar a criação de programas que congreguem a geração de emprego e renda, mas que também possam incluir a valorização dos aspectos culturais das populações residentes, da conservação dos recursos naturais e adoção de práticas responsáveis ambientalmente.

6.3.3 Dimensão Política

Como terceira categoria do tema central da inclusão social, será realizada a discussão da dimensão política, que considerou temas como: Formação cidadã no sentido de adquirir condições efetivas para participar e se fazer representar na esfera política; Espaço para o exercício dos direitos e deveres do cidadão; Descentralização de poder e das ações por parte dos órgãos governamentais; e Acesso ao processo de tomada de decisão por todos os atores sociais envolvidos no desenvolvimento do turismo.

O primeiro questionamento realizado aos respondentes foi se tinha conhecimento de quem tomava as decisões acerca do que deveria ser feito ou não dentro da APA. Em sua maioria, responderam ser o IDEMA, que é o órgão estadual responsável pela gestão das APAs, mas ainda tiveram aquelas que responderam ser o IBAMA, pois associam esses dois órgãos como sendo apenas um, porém existe diferenças, o IBAMA é uma das instâncias de governança que faz parte do conselho gestor das APAs, ainda citaram ser a prefeitura dos municípios, Marinha e entre outros. Mas como o mais citado foi o IDEMA, devido está próximo das comunidades, e pelo fato de estar convocando e realizando as reuniões.

Logo, foi perguntando se a opinião da comunidade era levada em considerações nas tomadas de decisões sobre a APA. Dois respondentes da APAJ relatou de forma resumida sua consideração acerca do questionamento.

“[A6] Nem sempre, muito pouco até porque a comunidade ela tem um processo de desgastes, ausência de formação política, então a comunidade é muito leiga ainda, e as vezes não compreende, até não participa das decisões, o momento em que a comunidade tem para participação é durante as reuniões do conselho gestor da APa, e por muitas das vezes a gente não ver uma participação direta da comunidade. Mas ela existe, inclusive a comunidade de Santa Rita tem participado, pelo menos tem provocado. O nosso conselho não é tão morto não, infelizmente nem sempre somos atendidos e respeitado de fato como deveria ser dentro dessa gestão”

De fato o que esse comentário revela é que existe o conformismo da parte da população em lutar a favor dos seus benefícios por meio da atividade turística, parte disso, está relacionado diretamente com o descrédito em relação ao poder público vir considerar os interesses dos moradores. Pois o que prevalece em muitos casos é o poder público e os agentes de mercado que comandam de forma hegemônica a atividade. Assim como demonstram os dois comentários a seguir:

“[A5] É levada em consideração em termos, ela pode até ser ouvida, mas no final não decide, quem decide é quem está na gestão pública.”

“[A5] Não, acho que não, quando a voz superior (poder público) fala mais alto ninguém tem direito.”

Em outro comentário o respondente afirma da importância da comunidade ser ouvida, mas devido à falta de pensamento coletivo entre os envolvidos com a atividade turística recai em limitações, principalmente em termos de investimentos para a comunidade.

“[A6] Em todos os lugares, geralmente a opinião da comunidade é a chave para sair qualquer projeto, infelizmente aqui em Jenipabu não temos tanta essa harmonia, ente grupos de pessoas que moram aqui, uns pensam de uma forma outros de outra, e nunca chega a um consenso. Por isso temos poucos investimentos, nunca finaliza nossos investimentos, por isso, porque somos apáticos, deixando as coisas acontecer, meia dúzia de pessoas vão atrás, corre atrás e outras não.”

Em suma, o que foi possível perceber é uma população passiva, pois aceitam as determinações dos agentes turísticos hegemônicos, no caso o poder público e o

mercado, excluindo a possibilidade das comunidades se incluir como agente participativo, fazendo valer o seu direito.

Enquanto na APARC, a repercussão foi um pouco diferente, foi possível encontrar depoimentos relatando que a comunidade é ouvida, como, os dois a seguir:

“[A1] Acredito que sim, eles tem uma participação ne, e a opinião deles é de extrema importância”.

“[A1] Está sendo ouvida, “ta” começando a conscientizar as pessoas, que o turismo traz boas coisas”.

Outro depoimento isolado relatado na coleta de dados é que a comunidade não é ouvida, e para que a comunidade seja ouvida e ter seus direitos garantidos, no caso da APARC, foi preciso manifestações e confrontos, para os pescadores também pudessem operacionalizar os passeios como mostra no depoimento a seguir.

“[A2] É não, o IDEMA não dá ouvido a comunidade de nada não, marca reunião ai, o que eles querem ai, como já aconteceu muito ai, para gente conseguir o direito dos passeios aqui, debatemos com o IDEMA, fizemos barricadas ai, eles chegaram, alvejaram, foi em cima de bala ai, eu fui o que provei e provei e na reunião eu “tava” na hora peguei a capa da bala, e comodante chegou, e perguntou se tinha prova, chamei ele no posto, e mostrei a duas capas de balas. Disseram que vieram apoiar a gente, mas não veio. Vieram atirando, a polícia ambiental. A gente não é bandido, a gente só quer trabalhar, ninguém atender ninguém mal, recebemos do menor ou maior”.

O que pode afirmar que existem duas formas de requerer a participação na gestão ou no planejamento turístico, a de forma passiva, como foi possível demonstrar nos depoimentos anteriores na APAJ, aceitando a sobreposição do poder público, ou aquela participação ativa, que é quando se manifesta através dos movimentos sociais onde os cidadãos cobram e exigem seus direitos. No caso da APARC, houve essa manifestação, porém, pode-se discordar que não é a forma adequada para solicitar os direitos que já são assegurados, o que se deve ser realizado, é a inclusão das comunidades em todo o processo, visando garantir os seus direitos, esclarecendo os seus deveres, e sendo beneficiada de forma equitativa.

Por fim, foi investigado se os respondentes participaram de alguma reunião que se tratasse de assunto referente ao turismo na APA. Em sua maioria

participaram de reuniões, tanto realizadas pelo IDEMA ou pela prefeitura, todos responderam ter participado mais de três reuniões. Em seguida, foi perguntado se essas reuniões surtiram algum efeito do que foi debatido, alguns responderam que sim, além disso, foi dada importância a essas reuniões devido ser um momento importante para debater ideias e também uma oportunidade de serem ouvidos.

“[A6] Eu sou positiva, se ainda não estivesse elas ainda estaríamos pior. Em verdade as pessoas reclamam muito, mas eu acredito que é através do processo democrático de discussões de fóruns, que minimamente podemos ta junto, pior se não acontecesse, nós temos um país que desde constituição é dado essa abertura, e realmente é preciso que a gente de fato aproveite essa participação dentro desse processo democrático.”

Enquanto uns não acreditaram que os encontros foram proveitosos, pois nada que foi solicitado foi realizado.

“[A1] As reuniões ficam muito na teoria e nada na prática”.

“[A4] Não acho proveitosa, não surtiram efeito, porque fica só na teoria, nada sai do papel, nada na prática, é raro sair do papel para prática, por exemplo esse projeto de sinalização turística é, é necessário é, mas é mal feito, começou e não terminou, temos o pórtico, todos foram instalados, mas nenhum terminados.”

É comum se deparar com depoimento dessa natureza, uma vez em que a morosidade do poder público quanto as demandas que são solicitadas pela comunidade ou pelo conselho gestor de modo geral é um fato recorrente na gestão de UCs, o que se almeja é que as prioridades sejam executadas e que essas possam beneficiar todos os envolvidos, sobretudo, atender os anseios das comunidades.

6.3.4 Dimensão Social

Para esta dimensão, a social, foram selecionados temas que correspondem a benefícios e malefícios que o turismo pode gerar em uma determinada localidade, nesse sentido, foram feitos questionamentos se o turismo traz benefícios ou malefícios sociais e se o turismo deveria acabar ou continuar nas comunidades pesquisadas.

Para o primeiro questionado foi realizada a pergunta se o turismo trazia alguns benefícios sociais para as comunidades, foi possível observar nas respostas considerável parte confundiram ou associaram benéficos sociais com os benéficos econômicos, porém, teve um depoimento muito esclarecedor de um respondente que mostrou a lógica do real desenvolvimento do turismo nas comunidades.

“[A5] Na perspectiva social não, ainda não, muito pouco, porque o turismo ainda não tem o foco social, tem poucas empresas que tem essa visão que visa isso. O turismo na vertente aqui, na verdade houve uma inversão de valores, porque o que a gente ouve dos mais velhos, que o turismo antes de está aqui com toda veemência, as pessoas eram mais sociáveis, tinha mais festas culturais, mais eventos, as pessoas eram mais ligada a igreja, especificamente a igreja católica que sempre esteve teve aqui, pessoal diz que antes tinha uma pracinha, sentava, dialogava, tinha festas tradicionais, e com a chegada do turismo, a gente observa que é muito resistente daqueles que ainda querem preservar as questões culturais e social, mas o turismo aqui leva mais para vertente do capital”.

Esse depoimento traduz com bastante contundência a lógica atual do desenvolvimento do turismo, como já mencionado anteriormente, o turismo segue um desenvolvimento na lógica do mercado, centrando sempre na ideia o capitalismo, vale ressaltar que, apesar de ser uma atividade econômica, o turismo pode ser praticado a partir da premissa da inclusão social, não tendo essa visão, o que se ver é que a atividade turística tem alavancado impactos nocivos as comunidades, pois há uma tendência a desvalorização das características culturais das populações originais do lugar turístico.

Além disso, foi possível coletar vários depoimentos que infere essa visão que o turismo só traz benéficos econômicos, quando perguntado quais benefícios sociais o turismo poderia trazer. Obteve-se as seguintes repostas:

“[A1] Fonte de renda”

“[A2] Empregos e renda”

“[A5] Financeiro, na medida em que o turismo vem e faz divulgação da área. E tem resultado para a pessoa que vive aqui do turismo.”

“[A1] O financeiro, o dinheiro rola dentro de Maracajaú.”

“[A5] Ajuda principalmente financeira para comunidade, o turismo é a chave daqui de Jenipabu, ajuda muito”

Em seguida foi perguntado se o turismo trazia algo de ruim, tiveram respostas, como:

“[A2] Lixo, unir mais e ajudar mais o local”.

“[A2] É o lixo é o malefício maior”.

“[A1] Violência e roubo, como não tem segurança, piora um pouco”.

“[A1] O turista quando começa a vim ele o assaltante vem atrás o ladrão vem atrás dos turistas para roubar. A droga acompanha, querendo entrar, por exemplo Maracajaú, Maracajaú hoje o povo é tudo assombrado. Não tem segurança, o prefeito não coloca policial, não tem delegacia.”

“[A6] Degradação do ambiente, da cultura”.

Logo, foi perguntado se o turismo deveria acabar, e por unanimidade, responderam que não, sendo que a principal justificativa para não acabar, é devido atividade turística ser a principal atividade de contribui para a geração e emprego e renda para as comunidades.

Vale ressaltar que apesar do discurso político expressar uma visão propensa e otimista quanto o potencial do turismo para a promoção da inclusão social por meio dos benefícios sociais como desigualdades sociais, combate à pobreza, violência, fome e exploração sexual, as políticas públicas deixam muito a desejar, pois é um tema abordado de forma objetiva e superficial. Pois apresenta um discurso na perspectiva da lógica do mercado e do capitalismo, que direcionado e prioriza os aspectos econômicos em detrimento aos sociais.

6.3.5 Dimensão humana

Esta categoria reuniu questionamentos acerca dos seguintes temas: Educação como meio de inserção no mercado de trabalho; Acessibilidade a novas tecnológicas; Acesso aos meios de créditos e Investimento na melhoria das infraestruturas básicas e turísticas.

O primeiro questionamento realizado foi se o respondente já teve oportunidade de participar de algum curso na área de turismo, de modo igual, os respondentes já participaram de curso voltado para o turismo em diversas áreas, como alimentos, atendimento ao cliente, recepção, hotelaria, turismo sustentável, vendas e hospitalidade. Alguns cursos foram de iniciativas de prefeituras locais, através do Sebrae e Senai e outros por iniciativa própria.

Foi possível entrevistar dois bacharéis em turismo, uma formada pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte e outro pela Universidade Potiguar, ambos são empresários no ramo do turismo, uma na área de passeios turísticos e outro na área de alimentos e bebidas. Os turismólogos afirmaram que se qualificaram após já terem iniciado suas atividades profissionais na área do turismo, logo, viram a necessidade de se capacitar e resolveram fazer um curso superior na área.

A promoção de ações de qualificações na área do turismo se torna um elemento essencial para que consiga atingir o objetivo da inclusão social, uma vez existindo a capacitação da população local facilita a inserção do mercado de trabalho, e, além disso, garante novas conquistas e oportunidades profissionais, podendo ser por meio de postos de trabalho como também pelo o empreendedorismo.

Em seguida foi possível investigar se os respondentes já tiveram oportunidade de participar de alguma linha de financiamento para aquisição de equipamento e modernização dos equipamentos turísticos ou setores de crédito para impulsionar sua atividade econômica.

No caso da APAJ de Jenipabu, a empreendedora local já participou relatando que “[A1] *Já, participamos, junto a IDEMA e Boticário, mas não foi contemplado, o Banco do Nordeste com apoio, ações voltadas para turismo ambiental*”. Outra empreendedora local na área de hospedagem relatou que “[A1] *Quem mais chega aqui é o Banco do Nordeste, já fizeram alguma linha de crédito para os comerciantes, o CredAmigo, fizemos conscientização para cadastro de micro empresas, para fortalecer os comércios.*”.

Ainda alguns respondentes falaram da dificuldade de conseguir devido a burocracia e a falta de equidade na participação dos setores créditos, comparando com os empresários de grande porte e comerciantes de comunidades locais.

“[A5] Eu acho que temos bons setores de créditos de turismo, o que precisa é ser bem direcionado, o que não pode é um hotel da Via Costeira receber milhões, e um coitado aqui da comunidade não conseguir 50 mil para revitalizar sua empresa. O ordenamento desse setor deveria ser voltado de uma maneira mais correta”.

“[A4] Sim, temos grandes financiadores que é o Bradesco e Caixa, e a dificuldade é a burocracia que isso impede que qualquer um comerciante conseguir financiamento”.

Enquanto os respondentes da APARC nenhum participou de alguma ação de financiamento ou setor de créditos, todos afirmaram que iniciaram suas atividades por meio do capital próprio. Para o desenvolvimento do turismo é de suma a oferta de microcrédito e orientação para o empreendedorismo, mas por dificuldade de acesso, muito desistem e procuram iniciativa própria.

Apesar de que o Ministério do Turismo por meio das políticas públicas oferecem linhas de financiamento destinadas a aquisição ou modernização de utensílios e equipamento para o turismo, como pode ser citado o FCO Empresarial – Turismo regional; Cartão BNDES; BNDES Automático; Finame – Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos; Finem – Financiamento a Empreendimentos; FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo; PROGER Turismo; Programas de financiamento ao turismo sustentável; Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional e o Programa de Financiamento a Aquisição Isolada de Matérias-Primas e Mercadorias.

Em documento registra-se por meio da Política Nacional de Turismo 2013-2014 ação voltada a Incrementar as linhas de financiamento à iniciativa privada por meio do desenvolvimento de parcerias com instituições financeiras, entidades privadas e órgãos públicos, buscando a ampliação dos recursos e a adequação de linhas de crédito e outros instrumentos financeiros direcionados para o financiamento das atividades dos prestadores de serviços turísticos e do público final.

Por fim, para encerrar a análise da categoria foi investigado se os entrevistados conheciam alguma política pública de turismo (municipal, estadual e federal) com investimentos e ações destinados à implantação, revitalização e modernização da infraestrutura básica e turística.

Na APA Jenipabu foi possível levantar duas ações em prol do turismo, primeiro é na praia de Jenipabu, o projeto Orla, que tem como objetivo a reurbanização da orla da praia, construção do calçadão e quiosques. Porém devido a burocracia da liberação de recursos financeiros e contratação de empresa para a operacionalização foi interrompida para um tempo, ultimamente foi iniciado as obras com garantia de termino de um ano. Outra ação realizada é a sinalização turística de todos os municípios que fazem parte da APAJ, mas ainda não foi dado início ao projeto, os motivos ainda não se sabem. E como projeto para infraestrutura básica a

ação realizada foi o saneamento básico da praia de Jenipabu, que até então não foi concluído.

Na APARC não foi possível levantar nenhuma ação, os relatos dos entrevistados é que nada foi realizada em prol do turismo nas comunidades, a não ser uma tentativa da construção de um pórtico de entrada na praia de Maracajaú, segundo alguns moradores foram investidos 158 mil, o pórtico seria construído ainda na BR, onde serviria para os orientadores turísticos recepcionarem os turistas e praticarem as vendas dos passeios, mas devido a insegurança dos orientadores ficarem na BR, a obra não foi dada a continuidade, só existe as ruínas.

Para que o desenvolvimento do turismo aconteça de forma adequada e satisfatória para os turistas e comunidade, é necessário que o planejamento contemple melhorias de infraestrutura básica e turística de modo que haja expansão dos benefícios socioeconômicos.

6.3.6 Dimensão Trabalho

Por fim, a última dimensão a ser analisada foi a do trabalho, nessa reuniu questionamentos referentes a oferta de empregos e postos de trabalhos na área do turismo. A importância do turismo para a economia local é atrelado a capacidade que a atividade tem de gerar emprego e renda para a população, prova disso, que a maior atribuição dada a atividade turística é ser uma atividade que amplia as oportunidades de ganhos econômicos.

Pensando nisso foi investigado quais os principais postos de trabalhos, a satisfação dos empregos e a importância do turismo para a economia local. Inicialmente foi questionada a quantidade de pessoas da família que trabalham e quantas na área do turismo. Na APAJ e na APARC foi possível investigar que a média de pessoas que trabalham em cada família foi entre 2 a 3 pessoas, na área do turismo ficando a mesma média, pois atividade turística é a que mais gera empregos.

Foi possível levantar diversos postos de trabalhos, em destaque foram empregos na área de alimentos e bebidas, restaurantes e quiosques, é o posto de trabalho que mais oferece empregos a população local. Em seguida o posto de trabalho mais citado foi os passeios turísticos, tais como passeios de buggy,

dromedários e mergulho nos recifes de corais. Em sua maioria mostraram está satisfeitos com as condições de trabalhos

Apenas existiram dois relatos que mostraram insatisfação, a saber:

“[A1] Poderia acrescentar em questões de infraestrutura, para o pessoal tem acesso a caixas eletrônicos. Tem mais segurança. Apesar de ser bastante explorado não tem infraestrutura, o cliente chega com cartão de credito, quer sacar não tem caixa eletrônico. Poderia ter feiras de artesanatos.”

As comunidades das ambas APAs não oferecem serviço de caixa eletrônico devido a ausência de segurança nas localidades, uma vez instalado caixa eletrônico fica mais suscetível a assaltos. Outro relato levantado tem relação com a falta de divulgação dos destinos turísticos “[A2] Não, poderia melhorar nosso ponto de trabalho e material de divulgação.”

Outro fato que foi possível observar é que existe uma insatisfação quanto a permanência dos turistas nas comunidades, pois os turistas estão apenas de passagem quando realizam o passeio do buggy ou quando no passeio nos recifes de corais, após o término do almoço retornam para Natal, sem ter a oportunidade de permanecer mais na comunidade e poder movimentar mais a economia local.

Depois foi investigada a principal atividade que provia a renda familiar, e por unanimidade, foi o turismo, pois como já mencionado anterior, é a principal atividade econômica e a que mais gera emprego, apesar de que a maioria dos postos de trabalhos concentra subempregos, tais como: garçons, cozinheira, auxiliar de cozinhar, auxiliar de serviços gerais e camareira. Essa são os quais a comunidade está inserida, por falta de qualificação, tem se enquadrado nesse contexto e ganhado salários desvalorizados, apesar de que o turismo trouxe mais estabilidade financeira, comparada com as demais atividades que já eram praticadas antes do turismo, como agricultura e pesca.

A questão da criação e do aumento e da manutenção dos postos de trabalhos advindos do turismo é considerada uma das principais prioridades nas políticas públicas de turismo, pois sempre procura evidenciar a importância e o potencial que a atividade tem quanto a geração de emprego e renda, prova disso, que o turismo é capaz de gerar emprego em torno de 50 segmentos da economia, uma vez lembrando que quando for planejada de forma adequada pode propiciar forte inclusão social e econômica no âmbito das comunidades locais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo central compreender como o planejamento e a gestão do turismo no âmbito da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu e a Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais vem sendo desenvolvido sob a ótica da inclusão social das populações tradicionais do entorno.

Para o primeiro objetivo que buscou discriminar a concepção e processo de criação das APARC e APAJ, constatou-se que em ambos os processos de criação das UCs as comunidades do entorno não foram consultadas e sequer participaram do processo de implementação das APAs. O comunicado aos envolvidos foi feito quando a APA já estava instituída legalmente e, desse modo, é fato que os princípios da gestão participativa e dos critérios estabelecidos pelo SNUC não foram atendidos tendo, conseqüentemente, o conceito da inclusão social expresso nas ações tal como dispõe nos documentos oficiais do governo.

Para o segundo objetivo que constitui em diagnosticar a realidade do turismo e os fatores limitantes para o desenvolvimento da atividade turística da APARC e APAJ, foi possível evidenciar que o turismo nas UCs investigadas é de suma importância para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades do entorno, pois é a partir do desenvolvimento da atividade turística que diversas oportunidades de empregos foram criadas, onde antes as comunidades apenas sobreviviam da agricultura e pesca, hoje, com o turismo foi possível aumentar sua renda. Além disso, observou-se que devido essa atividade, alguns investimentos foram realizados para as comunidades em termos de infraestrutura básica, como melhorias em via de acessos, transporte públicos, pavimentação de ruas e entre outros.

No entanto, apesar desses pontuais investimentos, observa-se que ainda existe muito a ser realizado em prol das comunidades, e conseqüentemente para o turismo. De acordo com o que foi investigado a partir das entrevistas realizadas nas comunidades, foi possível identificar demandas visando diversas melhorias, sendo em sua maioria de responsabilidade do poder público como por exemplo: segurança

pública, divulgação do destino, melhorias nos transportes públicos, urbanização das praias, coleta seletiva; melhorias nas vias de acessos; saneamento básico; iluminação pública; praça e espaços de lazer para as comunidades; pontos de informações turísticas; sinalização turística. E de responsabilidade da comunidade e iniciativa privada local as reivindicações foram organização das barracas; organização das comunidades; aumento da permanência dos turistas; atrações socioculturais; melhor receptividade dos turistas; bancos/caixa eletrônico e diminuição dos preços abusivos.

Portanto, é importante frisar a importância da atuação do poder público quando ao desenvolvimento do turismo, pois a partir do que foi observado o turismo deveria ser tornar um assunto na pauta de prioridade dos governos, e pensar o turismo de forma planejada de maneira que venha contribuir não apenas pela vertente econômica e sim potencializar os efeitos sociais por meio da promoção da inclusão social, e assim, conseguir desenvolver atividade turística de forma sustentável, ou seja, de modo que o turismo possa compatibilizar os anseios dos turistas, além disso, garantir a proteção do meio ambiente, mas também estimulando o desenvolvimento da atividade em harmonia com a sociedade local envolvida.

Com relação ao terceiro objetivo, que foi “investigar a inclusão das comunidades do entorno da APARC e APAJ na dinâmica do desenvolvimento do turismo”, foi levado em consideração as dimensões da inclusão social no turismo que foram desenvolvidas pelos autores Sancho e Irving (2007), a saber: política, ambiental, cultural, social, humana e trabalho.

O que foi observado a partir de tal análise é que o conceito de inclusão social no processo de planejamento e gestão do turismo na APAJ e na APARC se distancia do que foi discutido nesse trabalho. O conceito da promoção da inclusão social está pautado em 6 dimensões, que são: política, ambiental, cultural, social, humana e trabalho. Dessa forma, pode-se afirmar que baseado nessas dimensões considera a inclusão social como um processo amplo que está diretamente relacionado com a relação entre os direitos da sociedade de modo que os cidadãos passe a assumir o papel central, decisivo e participativo no processo de planejamento e desenvolvimento do turismo.

No entanto, percebe-se que a inclusão social no turismo está atrelada exclusivamente a capacidade da atividade em gerar emprego e renda com a criação de novos postos de trabalhos que o mercado turístico oferece. Nesse sentido, é

permite-se afirmar que é a concepção desse conceito impera em uma abordagem puramente econômica, ou seja, um discurso reducionista. Onde o ideal da promoção da inclusão social estabelecida pela corrente teórica realizado nesse trabalho prevê uma visão que supera esse conceito reducionista, ou seja, propõe uma maior integração social entre os atores sociais envolvidos com o turismo, garantia de direitos sociais e participativos, prática da cidadania, participação ativa no processo de planejamento e gestão, a distribuição equitativa de benefícios e novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho com melhorias de qualidade de vida, além disso, a inclusão social envolve em seu conceito princípios básicos como acesso a educação, a serviços sociais, a saúde, a investimentos em infraestrutura básica e direitos políticos.

Para tanto, é importante discutir e aprofundar sobre o turismo em UCs como ferramenta que potencializa a inclusão social, pois de acordo Sancho (2007) a partir da releitura de Escorel (1997) pensar o turismo como um vetor de inclusão social é tentar compreendê-lo e analisá-lo sob a ótica de diferentes dimensões da existência humana em sociedade. É refletir, a partir do reconhecimento do seu potencial, sobre as possibilidades que pode alcançar, no âmbito da melhoria da oferta e condições de trabalho, fortalecimento das relações sociais, formação cidadã e política da população, reconhecimento e valorização das tradições culturais, acesso a condições mínimas de desenvolvimento humano e incentivo a adoção de práticas sustentáveis para a conservação dos recursos renováveis.

Para realização do presente trabalho encontraram-se algumas dificuldades pontuais, as quais não interferiram de maneira que não fosse possível atingir os objetivos. Durante a elaboração do referencial teórico, foi possível encontrar limitação acerca de estudos com ênfase no tema inclusão social no turismo devido apresentar estudos semelhantes na área do turismo e pelo tema ser trabalhado no turismo voltado para as questões de acessibilidade para deficientes. Além disso, a concentração de trabalhos produzidos encontraram-se na discussão do tema participação social. Para sanar essa dificuldade o material bibliográfico ficou constituído por meio dos autores nacionais que fizeram releituras de trabalhos internacionais que foram elaborados décadas atrás.

A metodologia permitiu atingir os objetivos sem dificuldades, porém, a dificuldade encontrada foi no campo, ou seja, na coleta de dados, pois foi comum encontrar documentos oficiais das APAs desatualizados e sem arquivos de Atas de

reuniões. Por último, o contato com os entrevistados, porque como era atores sociais envolvidos com o turismo em diversas áreas, muitos desses encontravam ocupados devido suas atividades profissionais, então para os não respondentes as justificavas eram pelos motivos da falta de tempo e/ou interesse, por isso o número das entrevistas foi relativamente pequeno, porém suficiente para realizar a análise.

Por fim, como recomendações para futuros trabalhos a partir da elaboração dessa pesquisa torna-se viável as possibilidades para pesquisas futuras com enfoque maior na temática da inclusão social no turismo em UCs semelhantes, na realização de estudo comparativos em UCs do estado e fora do estado, com o objetivo de ampliar os estudos nessa temática e que possa contribuir para a gestão das UCs para proporcionar melhor desenvolvimento do turismo e da inclusão social.

REFERÊNCIAS

Abreu, M. J. P.; Pinheiro M. R. (2012). *Participação da sociedade civil na gestão de unidades de conservação*. In_____. *Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação*. Realização: WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas. WWF-Brasil.

Aires, C. F (2013). *Análise da capacidade de inserção produtiva no turismo dos moradores da praia de Perobas/RN*. Currais Novos, RN: 79 f. Trabalho conclusão de curso (Graduação em Turismo) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó. Departamento de Ciências Sociais e Humanas. Graduação em Turismo.

Amaral, R. F. [et al.] (2005). *Diagnóstico ambiental da área de uso turístico intensivo (AUTI) no Parracho de Maracajaú*. IDEMA-RN.

Ansarah, M. G. R. (Org.) (2001). *Turismo: Como aprender, como ensinar*. São Paulo: Editora SENAC, 406 p

Antonio C. D. (1997) In: *Viagens à natureza: Turismo, cultura e ambiente*. Célia M. de Toledo Serrano & Heloisa Turini Bruhns (orgs.). Campinas, SP: Papyrus, (Coleção Turismo) (pp. 85-102)

Araújo, L. M (2009). *Planejamento turístico regional: participação, parcerias e sustentabilidade*. Macéio: EDUFAL. 162p.

Arruda, Rinaldo - "*Populações 'Tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação*". In *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Vol. 1 Conferências e Palestras, pp. 262-276. Curitiba, Brasil, 1997.

Ayres, H. H. F; Irving, M. A (2006). O olhar psicossocial para a gestão participativa de áreas protegidas: refletindo sobre possibilidades e desafios. In: IRVING, M. A. (Org.) *Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados*. Rio de Janeiro: Aquarius. p. 77 – 90.

Boisier, S. (2003) *El desarrollo em sul lugar*. Série Geolibros. Inst, de Geografia. Cidade: Pontificia Universidad Catolica di Chile.

Balmford, J., Anderson M, Beresford J, Huang C, Naidoo R, et al. (2015) *Caminhada no lado selvagem: estimar a magnitude global de Visitas a Protegido Áreas*. PLoS Biol 13 (2): e1002074. doi: 10.1371 / journal.pbio.1002074

Bardin, L (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

Barreto, M. *Turismo e identidade: uma abordagem antropológica*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

Beni, M. C (2001). Análise do desempenho institucional do turismo na administração pública. In: CASTROGIOVANNI. *Turismo Urbano*. São Paulo: Contexto.

Bensusan, N. (2006). *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. São Paulo, FGV.

Brasil. Decreto Federal no 6.040/2007 que institui a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. 2007.

Brasil. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. *Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm/>. Acesso em 03 nov 2015.

Costa Neto, P. L. O (1997). *Estatística*. São Paulo: Edgard Blücher, 264 p.

Costa, P. C (2002). *Unidades de conservação: matéria-prima do ecoturismo*. São Paulo: Aleph.

Costa, V. C. (Org.). *Pelas trilhas do ecoturismo*. São Carlos: Rima, p. 33-49.

Debetir, E. e Orth, D. (Orgs.) (2007). *Unidades de Conservação: Gestão e Conflitos*. Florianópolis: Insular, pp. 11-66, 89-110.

Diegues, A. C. S. (1996). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 169 p.

Diegues, A. C. S. (2000). *Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil.

Diegues, A. C., Arruda, R.S.V. (2001). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. MMA. Brasília.

Diegues, A. C. (1997) In: *Viagens à natureza: Turismo, cultura e ambiente*. Célia M. de Toledo Serrano & Heloisa Turini Bruhns (orgs.). Campinas, SP: Papirus. (Coleção Turismo). (pp. 85-102)

Diegues, A.C.S. (2000). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Ed. Hucitec, 169 p.

Duarte, J. (2005). *Entrevista em profundidade*. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação Social*. 2ª ed. São Paulo: Atlas. p. 62- 83.

Eagles, P. (2001). *Evolução do conceito de gestão do uso do visitante em parques*. *Indústria e Meio Ambiente*, 24 (3-4), 65-67.

Faria, H. H. de. (2004) *Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação em Geografia. UNESP. Presente Prudente, SP. 401p.

Faria, H. H. de; Pires, A. S (2007). *Atualidades em Gestão de Unidades de Conservação*. In Unidades de Conservação: Gestão e Conflitos. Org. Dora Orth e Emiliana Debetir. Editora Insular. Florianópolis, SC. 2007a. pg. 11-41.

Fontoura, L. M. & Simiqueli, R. F (2006). *Análise da capacidade de carga antrópica nas trilhas do Circuito das Águas do Parque Estadual do Ibitipoca – MG*. Monografia de especialização. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2006.

Gil, A. C. (1994). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, São Paulo, Atlas.

Hall, C. M (2001). *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.

Hosaka, A. M. S (2010). Unidades de conservação: aspectos históricos e conceituas In: JR, Phillippi, A; Ruschmann, D. V (Org.). *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri SP: Manole, 2010.

Ignarra, L. R (2003). *Fundamentos do turismo*. 2.ed.São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (2007). *Relatório técnico do monitoramento ambiental e de visitação nos parrachos de Maracajaú*. Brasil, Natal.

_____. Área de Proteção Ambiental Jenipabu. Disponível em: <<http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=943&ACT=null&PAGE=0&PARM=null&LBL=Unidades+de+Conserva%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 25 de nov 2015.

_____. Área de Proteção Ambiental Recifes de Corais. Disponível em: <<http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=944&ACT=null&PAGE=0&PARM=null&LBL=Unidades+de+Conserva%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 25 de nov 2015.

Irving, M. A. *Áreas Protegidas e Inclusão Social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil?* Sinais Sociais, v.4, p.122 - 147, 2010.

Irving, M. A.; Mendonça, T. C. M (2004) Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE). *Caderno Virtual de Turismo*, v. 4, n. 4, p. 12-22.

Kinker S. M. S.; Passold, A. J (2010). Visitação sustentável em unidades de conservação. In: JR, Phillippi, A; Ruschmann, D. V (Org.). *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri SP: Manole, 2010.

Lasso, L. A. G. (2008) *Unidades de Conservação e Inclusão Social: Do Dualismo Homem Natureza ao Caminho da Gestão Participativa na Estação Ecológica Carijós Florianópolis SC. – 2008*. Bibliografia: f. 138. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

Lei nº 9.985, 18 jul 2000 (2000). SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF. Recuperado em 10 abril 2015 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>

Lino, C.F (2000). *SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Caderno n. 18, 48p.

Marconi, M. A Lakatos, E. M (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

Medeiros, R.; Irving, M.A.; Garay, I (2006). Áreas Protegidas no Brasil: interpretando o contexto histórico para pensar a Inclusão Social. In: IRVING, M.A. (Org.). *Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados*. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio p.15-40.

Mielke, E. J. C (2009). *Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária*. Campinas, São Paulo: Átomo& Alínea, 2009, v.1. p.190.

Miller, K. R. (1997). *Evolução do conceito de áreas de proteção — oportunidades para o século XXI*. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba: IAP:

Minari, M.L.; Rabinovici, A (2014). Diálogo, participação e projetos de turismo com comunidades em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.7, n.1, fev 2014/abr, pp.44-66.

Minayo, M. C. S. (Org.) (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

Mitraud, S (2003). *Manual de ecoturismo de base comunitária: Ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília, WWF – Brasil, 2003

Molina, S ; Rodríguez, S (2001). *Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina*. Bauru: EDUSC.

Nascimento; E. P.; Costa, H. A. (2015). O jogo da inclusão e exclusão social na dinâmica da sociedade moderna: uma reflexão aplicado ao turismo. In: Irving, M. A.; Rodrigues, C. G. O.; Rabinovici, A.; Costa, H. A. (orgs). *Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 292p.

Neiman, Z. (2008). Ecoturismo e educação ambiental em unidades de conservação: a importância da experiência dirigida. In: COSTA, Nadja Maria Castilho. NEIMAN, Zysman.

Oliveira, S. L (1997). *Tratado de metodologia científica*. São Paulo: Pioneira.

Padua C. V; Chiaravalloti, R (2012). M. *Pesquisa e conhecimento na gestão em unidades de conservação*. In: Cases, M. O (Org.). *Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação*. Realização: WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas. WWF-Brasil.

Passold, A. J; Kinker, S. M. S (2010) *Visitação sustentável em unidades de conservação*. In: *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; RUSCHMANN, Doris van de Meene (Eds.). Barueri, SP: Manole.

Ruschmann, D (2001). *Turismo e Planejamento Sustentável*. 8ª ed. São Paulo: Papirus.

Rylands, A.B; Brandon, K. (2005). *Brazilian protected areas. Conservation Biology*, vol19, nº3, 612-618

Sancho, A; Irving, M. A (2011). *Interpretando tendências para a inclusão social no Plano Nacional de Turismo 2007/2010*. In: *Revista Geografias (UFMG)*, v. 7, p. 44 – 57. (ISSN: 2237-549X)

Sancho, A. *Turismo: Alternativa Efetiva de Inclusão Social? Uma reflexão sobre as Políticas Públicas de Turismo no Brasil*. Dissertação de Mestrado. EICOS/IP/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

Santos, A.A.; Rezende, J.L.P.; Borges, L.A.C.; Borém, R.A.T (2011). Cadeia de serviços turísticos: possibilidade de inclusão social nos parques nacionais brasileiros. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.4, n.1, pp.208-227.

Silva, C. B (2009). *Análise da atividade turística desenvolvida na área de proteção ambiental dos Recifes de Corais –APARC*. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pro - Reitoria de Pós-Graduação. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA. Natal/RN.

Silveira-Junior, W.J.; Botelho, E.S. *Turismo em áreas protegidas e inclusão social de populações tradicionais: um estudo de caso da Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba (PR)*. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.4, n.3, 2011, pp.441-462.

Soares, A. S (2011). *O ecoturismo sob a égide da sociedade do consumo: um estudo das Unidades de Conservação de uso sustentável do RN* Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Turismo.111f.

Pettengill,P. R, Manning, R. E. (2011).*Uma revisão da Recreation Opportunity Spectrum e sua potencial aplicação para Transporte em Parks and Public Lands*. Paul S. Sarbanes Transit em Parks Centro de Assistência Técnica (TAC). Bozeman, MT

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A COMUNIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

Título da pesquisa: TURISMO, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL: Uma análise da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC) e Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (APAJ), RN.

Pesquisador/Discente: Wagner Araújo Oliveira

Orientadora: Kerlei Eniele Sonaglio

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Representantes locais das comunidades do entorno das Unidades de Conservação

1- Dimensão Cultural

- Você frequenta o parracho ou dunas?
- Se sim, com que frequência você vai?
- O que você faz lá?
- Se não frequenta, por quê?
- O que o parracho ou dunas representa para você?
- Você acha que o parracho ou dunas é importante?

2- Dimensão Ambiental

- Você sabe o que é uma (APA) Área de Proteção Ambiental?
- Se sim, o que é?
- Você sabe que o Parracho ou dunas faz parte de uma APA (Área de Proteção Ambiental)?
- Você acha que isso é importante?
- Por quê?
- Você sabe o que pode e o que não se pode fazer no parracho?
- Exemplifique a questão anterior.
- Você acha que o local está conservado?

3- Dimensão Política

- Quem você acha que toma as decisões sobre o que deve e o que não deve ser feito no APAJ e APARC?
- Por que esta pessoa/instituição?
- Você acha que a opinião da comunidade é levada em consideração nas tomadas de decisões sobre APAJ ou APARC?
- Quem você acha que toma as decisões sobre o turismo em APAJ ou APARC?
- Você já foi a alguma reunião que tratava sobre o APAJ ou APARC?
- Quantas vezes você foi?
- Quem organizou a reunião?
- O que você achou da reunião?
- Você fez/faz alguma coisa para que sua opinião seja levada em consideração pelas pessoas que você considera como os tomadores de decisão sobre o turismo na APAJ ou APARC.

4 – Dimensão Social

- Em sua opinião, o turismo traz benefícios à comunidade?
- Se sim, quais
- O turismo traz alguma coisa de “ruim” para a comunidade?
- Se sim, quais?
- Você acha que o turismo deveria “acabar”?
- Por quê?

5 – Dimensão Humana

- Você já participou de algum curso de capacitação na área do turismo?
- Já participou de alguma ação voltada à disponibilização de linhas de financiamento para a aquisição e/ou modernização de equipamentos de uso turístico?
- Tem conhecimento de alguma ação voltada a revitalizar e impulsionar o setor de crédito para a atividade turística?

- Conhece alguma política públicas de turismo (municipal, estadual e federal) com investimentos e ações destinados à implantação, revitalização e modernização da infra-estrutura básica e turística?

6 – Dimensão Trabalho

- Quantas pessoas moram com você?
- Quantas trabalham?
- Alguém de sua família desenvolve algum trabalho relacionado ao turismo?
- Se sim, qual a função desenvolvida?
- Você é satisfeito com as condições do seu trabalho?
- Antes de trabalhar com turismo o que você/esta pessoa fazia?
- A renda da família é proveniente de onde?
- Qual fonte de renda é a mais importante para sua família?
- Você acha que a atividade econômica mais importante de é:
- Por quê?